



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

Distr.
LIMITADA
LC/L.3309
1 de abril de 2011
PORTUGUÊS
ORIGINAL: ESPANHOL

**INFORME DA DÉCIMA PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER
DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**

Brasília, 13 a 16 de julho de 2010





NAÇÕES UNIDAS



Distr.
LIMITADA
LC/L.3309
1 de abril de 2011
PORTUGUÊS
ORIGINAL: ESPANHOL

**INFORME DA DÉCIMA PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER
DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE**

Brasília, 13 a 16 de julho de 2010

ÍNDICE

		<i>Parágrafo</i>	<i>Página</i>
I.	ASSISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS	1-10	3
	Lugar e data da reunião	1	3
	Assistência.....	2-7	3
	Eleição da Mesa Diretiva.....	8	4
	Documentação	9	4
	Temário	10	4
II.	DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO	11-85	5
	Sessão de abertura	11-77	5
	Informe da Relatora.....	78-79	5
	Sessão de encerramento.....	80-83	24
	Aprovação dos acordos da Conferência	84	25
	Resoluções.....	85	25
Anexo 1	Consenso de Brasília	-	28
Anexo 2	Reserva do Chile	-	38
Anexo 3	Reserva da Costa Rica.....	-	39
Anexo 4	Explicação da posição dos Estados Unidos.....	-	41
Anexo 5	Reserva da Nicarágua.....	-	42
Anexo 6	Carta das organizações de mulheres e organizações feministas.....	-	44
Anexo 7	Lista de participantes.....	-	45
Anexo 8	Documentos de trabalho.....	-	83

I. ASSISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS

Lugar e data da reunião

1. A décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe foi convocada pela Secretária-Executiva da CEPAL em cumprimento da resolução 658(XXXIII) da CEPAL, e realizou-se em Brasília, de 13 a 16 de julho de 2010.

Assistência¹

2. Participaram na reunião representantes dos seguintes Estados membros da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: Alemanha, Antígua e Barbuda, Argentina, Barbados, Belize, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Espanha, Estados Unidos, França, Guatemala, Guiana, Haiti, Itália, Jamaica, México, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, República Bolivariana da Venezuela, República Dominicana, Santa Lúcia, Suriname e Uruguai.

3. Também estiveram presentes Estados membros das Nações Unidas que não o são da Comissão e que participam em caráter consultivo: Chipre e Noruega.

4. Da Secretaria das Nações Unidas assistiram: a Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas de Apoio às Atividades em Terreno e a Subsecretária-Geral e Assessora Especial do Secretário-Geral em Questões de Gênero e Avanço da Mulher.

5. À reunião assistiram também representantes dos seguintes programas, fundos e organismos das Nações Unidas: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para Promoção da Mulher (INSTRAW), Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Hábitat), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (ONUSIDA).

6. Igualmente estiveram representados os seguintes organismos especializados das Nações Unidas: Organização Internacional do Trabalho (OIT), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), Organização Pan-Americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS) e o Banco Mundial.

7. Assistiram também à reunião representantes de organizações intergovernamentais, organizações não governamentais reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social e outras organizações não governamentais.

¹ Veja o anexo 7.

Eleição da Mesa Diretiva

8. A Conferência elegeu a seguinte Mesa Diretiva:

Presidência: Brasil

Vice-Presidências: Antígua e Barbuda
Argentina
Barbados
Costa Rica
Chile
Cuba
Equador
El Salvador
Espanha
Guatemala
Jamaica
Panamá
Paraguai
Peru
República Bolivariana da Venezuela
República Dominicana
Trinidad e Tobago
Uruguai

Relator: México

Documentação

9. A lista de documentos de trabalho apresentados pela Secretaria à décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe encontra-se no anexo 8.

Temário

10. Em sua primeira sessão plenária, a Conferência aprovou o seguinte temário:

1. Eleição da Mesa
2. Aprovação do temário provisório
3. Atividades realizadas pela Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, pela Secretaria da CEPAL e por organismos especializados e outras organizações do sistema das Nações Unidas desde a décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe
4. Apresentação do documento “Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?”

5. Consideração e aprovação dos acordos da Conferência
6. Outros assuntos

II. DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO²

Sessão de abertura

11. Na sessão inaugural fizeram uso da palavra Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL, Rachel Mayanja, Subsecretária-Geral e Assessora Especial em Questões de Gênero e Avanço da Mulher das Nações Unidas, Serys Shessarenko, senadora e coordenadora da bancada feminina do Senado Federal do Brasil, Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil e Analba Brazão, Secretária- Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras, responsável pela organização do Fórum de organizações feministas da América Latina e do Caribe. Janete Rocha Pietá, deputada e coordenadora da bancada feminina da Câmara de Deputados do Brasil foi convidada a unir-se à Mesa inaugural.

12. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deu as boas-vindas às e aos participantes da Conferência e reafirmou o compromisso do seu país com o fortalecimento do papel das mulheres tanto no plano interno quanto no internacional. O alcance da igualdade passava pela questão de gênero e pela questão racial, disse, e a promoção dos direitos da mulher dependia da ação conjunta do governo e da sociedade civil. Era responsabilidade do Estado a promoção de políticas de igualdade de oportunidades. Em seu país se haviam fomentado políticas públicas orientadas ao fortalecimento do papel das mulheres na sociedade e as leis contra a violência de gênero eram um exemplo disso, assim como a integração da perspectiva de gênero nas políticas públicas do governo federal e nos programas sociais. A garantia dos direitos humanos das mulheres, a promoção de sua participação social, política e econômica e a ampliação da presença feminina em espaços de decisão eram imprescindíveis para a promoção do desenvolvimento, o fortalecimento da democracia e a luta contra a fome e a pobreza. O caminho em direção à paridade era longo, refletiu, mas se havia avançado na promoção dos direitos humanos das mulheres, de acordo com o estabelecido na Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Assinalou também que o Brasil saudava com entusiasmo o estabelecimento da Entidade das Nações Unidas para a igualdade entre os gêneros e o empoderamento da mulher (ONU-Mulheres), uma instância que fortaleceria o exame do tema de gênero no plano internacional. Apesar da eleição de mulheres para cargos presidenciais na região, reconheceu que ainda faltava muito para alcançar a plena participação das mulheres em instâncias de tomada de decisões, sobretudo nos parlamentos da região. Por último, destacou que a visão de desenvolvimento da CEPAL era determinante para promover a autonomia das mulheres e forjar capacidades e que o Consenso de Brasília que se aprovaria na reunião seria um aporte fundamental para o alcance da igualdade de gênero na região.

13. A Secretária-Executiva da CEPAL saudou as mulheres que de diferentes vertentes e origens se haviam somado à onda de justiça e igualdade que era o movimento de mulheres da América Latina e do Caribe. A CEPAL havia apresentado em seu trigésimo terceiro período de sessões o documento *La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir*, cujo eixo articulador era a igualdade, concebida

² As apresentações estão disponíveis ser em [on-line]: <http://www.eclac.cl/mujer/conferencia/default.asp>.

como titularidade de direitos, e no qual se afirmava que o Estado desempenhava um papel insubstituível na conquista de umbrais mínimos de bem-estar; no documento que se apresentava agora, *Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?*, convocava-se o Estado a assumir um papel central para que os avanços na esfera pública se projetassem na esfera privada e que as conquistas no mercado de trabalho se refletissem na esfera do cuidado, dado o nexo entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo e entre o trabalho de cuidado e o desempenho produtivo na economia. A oradora enfatizou que o caminho em direção à igualdade passava pela conquista e pela conservação da autonomia física, da autonomia na tomada de decisões e da autonomia econômica das mulheres, que não seria possível sem a repartição da carga de trabalho total, incluindo o trabalho de cuidado, entre homens e mulheres. Os países da região tinham avançado na institucionalização da perspectiva de gênero e também realizaram progressos nos últimos anos para dar forma legal, constitucional e política aos compromissos assumidos no Consenso de Quito, e do qual um de seus frutos mais importantes havia sido o Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe. Para finalizar, expressou a satisfação da CEPAL pela aprovação da resolução que dispunha a criação da ONU-Mulheres, uma nova entidade que colocava a igualdade e o empoderamento da mulher no nível mais elevado de consideração nas Nações Unidas.

14. A Subsecretária-Geral e Assessora Especial em Questões de Gênero e Avanço da Mulher das Nações Unidas disse que o tema colocado no documento apresentado pela CEPAL era central para as Nações Unidas. A Declaração e a Plataforma de Beijing continuavam sendo fundamentais para o alcance dos objetivos das Nações Unidas. Assinalou que o desafio que se enfrentava era passar do compromisso à ação e fechar a brecha existente entre a legislação e as políticas e as realidades em que viviam as mulheres e meninas. Observava-se na região uma renovada e intensa sensação de urgência por tomar medidas aceleradas e eficazes a fim de abordar os problemas de gênero, como a falta de empoderamento econômico das mulheres, a persistente desigualdade salarial, a porcentagem ainda insuficiente de mulheres no poder legislativo, a ausência das mulheres na tomada de decisões, tanto no setor privado como no público, a violência contra as mulheres e a mortalidade materna, entre outros. Recordou a recente declaração do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), a qual afirmava que a igualdade das mulheres era necessária para o desenvolvimento e asseverou que a Organização das Nações Unidas estava disposta a oferecer seu apoio aos governos, à sociedade civil e aos demais atores da América Latina e do Caribe para implementar os compromissos globais para o alcance da igualdade de gênero. A oradora confiava em que o estabelecimento da ONU-Mulheres teria um papel destacado no alcance da igualdade entre homens e mulheres como sócios e beneficiários do desenvolvimento, dos direitos humanos, da ação humanitária e da paz e segurança. Por último, elogiou os grupos de mulheres por responsabilizar seus governos pela obtenção de resultados concretos e instou as e os participantes a colaborarem para gerar uma mudança real nas vidas das meninas e mulheres da região e do mundo.

15. Em sua apresentação, a senadora e coordenadora da bancada feminina do Senado Federal do Brasil assinalou que não era possível alcançar a igualdade se as mulheres não desfrutavam de iguais oportunidades e reconhecimentos e que, quanto à participação, as mulheres enfrentavam numerosas dificuldades para chegar a ocupar cargos de poder. A equidade significava, dentre outras coisas, que as mulheres tivessem a mesma possibilidade de acesso ao trabalho, à formação profissional, ao desenvolvimento de sua carreira e a usufruir de um ambiente profissional com igualdade. Recordou que no Brasil a Secretaria de Políticas para as Mulheres havia adquirido status ministerial, que existia um projeto de lei sobre a igualdade salarial e a proteção do trabalho doméstico e que se vinha fazendo uma luta incessante contra a violência de gênero, medidas que constituíam passos importantes para alcançar a igualdade de gênero no país.

16. A Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, entidade à qual recentemente se havia outorgado status de Ministério, deu as boas-vindas às e aos participantes da Conferência e à Brasília, que em 2010 celebrava o quinquagésimo aniversário de sua criação. Graças a uma estratégia de governo que dava prioridade à justiça social, no Brasil se haviam alcançado importantes progressos para as mulheres e meninas, sobretudo no âmbito da educação, da luta contra a violência, da criação de uma rede de atenção especializada para a mulher, da redução da mortalidade materna e do combate à feminização do HIV/AIDS e de outras doenças de transmissão sexual. Contudo, existiam ainda numerosos desafios, sendo as brechas ainda maiores para as mulheres pobres, indigentes e negras. As mulheres da América Latina e do Caribe, apesar da sua diversidade, tinham muitas semelhanças entre si e iguais anseios de justiça e equidade. Queriam saber mais umas das outras, mas também que o mundo soubera mais delas e contavam com uma capacidade de organização que permitia construir uma aliança solidária. Haviam reinventado o presente graças a suas conquistas, tinham traçado políticas públicas para atender as suas demandas, já não aceitavam cumprir com os papéis socialmente impostos e buscavam uma identidade e um espaço próprios. Nessa busca as mulheres procuravam remediar a ausência de seu próprio reflexo no espelho da história. Por último, incitou a aprovação de um Consenso forte que permitisse seguir transitando a senda em direção à igualdade nos países da região.

17. A representante da Comissão organizadora do Fórum de organizações feministas da América Latina e do Caribe somou-se às saudações à Conferência e destacou o seu caráter democrático e participativo, resultado de longos processos de luta. Ressaltou igualmente que era preciso exigir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos governos e que estes, junto com a sociedade civil, deviam assumir os desafios que as interrogantes que davam título ao documento da CEPAL, que se analisaria na Conferência colocavam: *Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?*

Atividades realizadas pela Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, Secretaria da CEPAL e pelos organismos especializados e outras organizações do sistema das Nações Unidas desde a décima Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe (ponto 3 do temário)

18. A Presidência da Mesa Diretiva informou na quadragésima quarta reunião da Mesa, celebrada no dia anterior à Conferência Regional, sobre os principais progressos dos países membros da Conferência desde a adoção do Consenso de Quito, entre os quais se incluía o aumento da importância dos assuntos de gênero na agenda pública, a maior participação política da mulher, um reconhecimento mais amplo do valor econômico do trabalho não remunerado das mulheres, um melhor posicionamento do tema da eliminação da violência de gênero e a criação do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe ([on-line] <http://www.eclac.cl/oig/>).

Apresentação do documento *Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?* (ponto 4 do temário)

19. A Secretária-Executiva da CEPAL apresentou o documento *Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?* e recordou que a região da América Latina e do Caribe era a que registrava a maior disparidade na distribuição de renda e na proteção social. Não obstante a região tenha feito importantes progressos em direção à igualdade de gênero, ainda restam muitos desafios nas três dimensões da autonomia: quanto à autonomia política, existia um “*casillero vacto*” da representação das mulheres nos níveis mais altos de tomada de decisões; em autonomia física, continuava existindo uma elevada taxa de maternidade adolescente e na redução da mortalidade materna o progresso era lento, e em autonomia econômica persistia a segmentação do mercado de trabalho e as barreiras de acesso a este, a carga diferenciada por gênero do trabalho remunerado e não remunerado e a brecha de renda por gênero. O

tema da igualdade econômica e da repartição da carga total de trabalho era o foco do documento que a CEPAL apresentava na Conferência. Era fundamental um pacto fiscal favorável à equidade de gênero, assim como eliminar os vieses do mercado de trabalho e promover políticas para a criação de emprego produtivo e estável para as mulheres no âmbito de uma nova equação entre o Estado, o mercado e a família que seja capaz, entre outras coisas, de melhorar a distribuição do tempo e dos recursos econômicos e de promover a participação equitativa de homens e mulheres no trabalho de cuidado com base na participação ativa do Estado no mercado de trabalho e na esfera familiar e da provisão de cuidado como direito e como responsabilidade social compartilhada.

Conferência Magistral de Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile

20. A ex-Presidente do Chile, Michelle Bachelet, reconheceu que na região se vinha alargando o caminho da igualdade de gênero, mas que ainda se constatava a existência de diversos obstáculos nesta matéria. Afirmando que era necessário criar um círculo virtuoso de igualdade, no qual o Estado, o mercado e a família fossem agentes de construção de sociedades mais justas, em que o trabalho de cuidado se distribuisse equitativamente e a maternidade fosse responsabilidade de todos, reiterou que a luta contra a desigualdade de gênero exigia uma política de Estado e que este não podia manter-se neutro, mas que devia transformar-se em avalista da igualdade de oportunidades por meio da implementação de medidas para eliminar a discriminação. A respeito disso, recordou que a redução da mortalidade materna era o Objetivo de Desenvolvimento do Milênio onde menos se havia avançado na região. Também enfatizou o vínculo entre a democracia e a igualdade de gênero e opinou que era preciso fortalecer a cultura democrática na região, o que supunha construir sociedades que representassem mais fielmente os seus homens e mulheres, e destacou que as democracias da região deviam fundamentar-se na paridade de gênero nas estruturas de poder, o que permitiria tornar visíveis as capacidades das mulheres. Por último, ofereceu alguns conselhos às mulheres latino-americanas que participavam ou se interessavam em participar na vida política: resistir às pressões, ser pacientes e tenazes, dialogar e buscar acordos, e cumprir o mandato recebido.

Leitura de documento da sociedade civil

21. Lise-Marie Déjean, representante da sociedade civil, leu a Declaração do Foro de organizações feministas da América Latina e do Caribe na qual se reconheceu que o labor de numerosas e diversas mulheres havia sido imprescindível para colocar a igualdade na agenda pública e avançar no caminho para a igualdade, a justiça social e a democracia, mesmo que a superação das desigualdades ainda não seja uma dimensão inerente à justiça social na região. Quanto à autonomia e à igualdade das mulheres, a divisão sexual do trabalho era um de seus principais obstáculos. A oradora reiterou que era intolerável a violência contra as mulheres e meninas, assim como a violência institucional que afetava especialmente as mulheres negras e indígenas, e manifestou que a violência doméstica e o femicídio revelavam a dominação patriarcal que ainda pesava sobre as mulheres. Em situações de conflito o corpo das mulheres se transformava em um cenário de guerra, o que as obrigava ao deslocamento e ao exílio. Era necessário, argumentou, modificar a lógica predatória de um modelo de desenvolvimento baseado na mercantilização que conduzia a uma crise climática que ameaçava a qualidade de vida de todos, em particular das mulheres. Os desastres naturais, como o ocorrido no Haiti, colocavam em evidência as desigualdades de gênero existentes. Afirmou também que a crescente criminalização das lutas dos movimentos sociais era alarmante e reclamou maior proteção aos defensores e às defensoras dos direitos humanos em países como Colômbia e México e na América Central. Destacou também que persistia a escassa participação política das mulheres nos espaços de poder, sobretudo de indígenas e afrodescendentes. Recordou que os governos continuavam sem implementar os compromissos assumidos internacionalmente, em particular no Consenso de Quito, apesar da criação de mecanismos para o avanço da mulher nos respectivos países.

A garantia de acesso das mulheres a um trabalho remunerado de qualidade e com pleno respeito dos direitos trabalhistas era uma meta que ainda não se cumpria e era preciso reconhecer o valor social e econômico do trabalho doméstico, assim como equipará-lo juridicamente a outros tipos de trabalho na legislação trabalhista dos países da região. As mulheres continuavam carecendo do direito à terra e aos recursos naturais e era imprescindível garantir a seguridade e a previdência social universal e pública no âmbito de um novo modelo de redistribuição da riqueza. Para promover a igualdade haveria que promover a educação pública de qualidade, assim como políticas democráticas de comunicação com conteúdos não discriminatórios ou estereotipados. Também era necessário garantir o direito universal à saúde através dos sistemas públicos de atendimento, entre eles os dirigidos ao atendimento da maternidade, que continuava sendo um risco para a vida de muitas mulheres, e deveria ser adotada uma perspectiva intercultural que permitisse o reconhecimento da medicina de grupos indígenas e afrodescendentes; também seria fundamental desenvolver uma estratégia integral para a prevenção do HIV/AIDS e a proteção dos direitos das mulheres portadoras. Por último, a oradora defendeu a elaboração de uma convenção interamericana de direitos sexuais e reprodutivos, instância fundamental para o avanço no caminho da igualdade na região.

Painel de alto nível “Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade?”

22. O painel de alto nível foi moderado por Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, e contou com a participação de Rocío Villanueva, Diretora do Instituto de Democracia e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Peru, Delfina Mux Caná, pesquisadora da Guatemala, Carlos Gaviria, ex-presidente da Corte Constitucional da Colômbia e Virginia Vargas do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán do Peru.

23. A Diretora do Instituto de Democracia e Direitos Humanos da Pontifícia Universidade Católica do Peru fez uma apresentação sobre as tensões geradas entre os direitos coletivos das comunidades indígenas e os direitos individuais dentro dos próprios grupos ao momento de resolver os conflitos. Em muitos países da América Latina e do Caribe, o Estado reconhecia o direito dos indígenas de resolver seus conflitos internos de acordo com a justiça comunal, ainda que em alguns casos existissem práticas culturais que vulneravam direitos fundamentais e as mulheres tivessem uma escassa participação nas instâncias de tomada de decisões, como a assembleia comunal. Algumas análises chamavam a atenção sobre as práticas que fomentavam a desigualdade de gênero nas comunidades indígenas e a falta de informação sobre a importância que tem o tema da violência de gênero na justiça comunal. No entanto, pesquisas efetuadas no Equador e no Peru haviam revelado que as mulheres não recorriam à justiça estatal e buscavam que os conflitos fossem resolvidos no âmbito da justiça comunal, mesmo quando elas não formem parte da assembleia comunal exceto quando sejam viúvas. Por último, a oradora afirmou que ainda que a violência de gênero existisse em todas as comunidades, as mulheres indígenas teriam menos acesso à justiça por serem vítimas dos desencontros entre o direito comunal e o direito estatal.

24. A pesquisadora da Guatemala leu uma petição sobre direitos indígenas enviada há 116 anos às autoridades e expressou o desejo de que a hora da igualdade fosse também a hora da diversidade. Assinalou a seguir que as crises que a humanidade havia enfrentado nos últimos tempos exigiam a revisão e a modificação dos modelos de Estado e dos modelos econômicos e de desenvolvimento que haviam sido implementados na região, assim como maiores esforços para construir alternativas que permitissem sustar a deterioração social, política e ambiental, cujos efeitos seriam nefastos para as futuras gerações. Dentre as deficiências do Estado se encontravam a hegemonia monoétnica, a exclusão induzida pelos princípios e valores que fundamentavam a democracia liberal sobre as formas de governar-se dos povos, a existência de Estados que não correspondiam à nação e a escassa capacidade de incidência dos diversos grupos sociais e corporativos. Observou também que o Estado devia ser plural e avançar para a plena garantia do

exercício dos direitos cidadãos das mulheres, tanto individuais como coletivos, e que era necessário refletir acerca do peso das políticas a favor da mulher e dos grupos indígenas.

25. O ex-presidente da Corte Constitucional da Colômbia expressou seu compromisso com as justas lutas da mulher e assegurou que este era um dos setores que mais clamava por um tratamento igualitário. Recordou que as novas constituições da América Latina consagravam em maior medida os direitos da mulher e disse que o reconhecimento destes direitos significava lutar contra um modo de pensar, uma filosofia e uma ideologia que existem há muito tempo. Além disso, argumentou que a mulher sempre havia estado submetida a todo tipo de poder, começando pelo poder familiar, e que quando à condição de mulher, que supunha a existência de certos preconceitos e a necessidade de superar diversos obstáculos, se somava a condição de negra, pobre ou indígena, as dificuldades das mulheres se multiplicavam. Para finalizar, expressou que ainda há muito por ser feito na região para que suas democracias sejam igualitárias e que era preciso lutar contra os estereótipos machistas.

26. A representante do Centro da Mulher Peruana Flora Tristán do Peru enfatizou que as importantes conquistas das mulheres da América Latina e do Caribe eram resultado, principalmente, da força, da inclusão e da persistência do movimento de mulheres, que havia dado voz à diversidade pluriétnica e multicultural dos países da região. Os avanços na participação política não haviam estado acompanhados por um progresso equivalente na equidade social. A busca da igualdade requeria uma forma de democracia diferente da que se encontrava na América Latina, que tendia a reproduzir, estratificar e polarizar a desigualdade. Mais que um sistema político, a democracia era uma maneira de organizar a vida social em todas as suas dimensões, reconhecer os diferentes atores e suas subjetividades. Este horizonte se achava nas propostas de muitos movimentos sociais da região que incluíam os indígenas, afrodescendentes e os movimentos ecologistas e aqueles que defendiam a diversidade sexual. Para desenvolver um novo tipo de Estado era essencial recuperar o seu poder nas dimensões econômicas, políticas e culturais, com paridade em todos os níveis e a promoção da inclusão.

27. As e os participantes repassaram as experiências desenvolvidas em seus países para alcançar a igualdade de gênero e reiteraram a necessidade de continuar trabalhando para eliminar toda discriminação. Também afirmaram que a região necessitava uma integração real e que, apesar de que se pudesse apreciar um novo amanhecer no processo integracionista, ainda persistiam situações adversas a serem superadas. Disseram que havia que aspirar a um Estado que tivesse fortes condições democráticas, que respeitasse a diversidade cultural e que apostasse em políticas sociais e de redistribuição. Igualmente, assinalaram que o Estado devia recuperar seu papel de promotor do desenvolvimento e da igualdade e que era indispensável contar com um financiamento transparente e com perspectiva de gênero. Também enfatizaram que a sociedade civil devia apresentar exigências claras aos governos e aos Estados e que estes deviam cumprir os mandatos assumidos no âmbito internacional. Por último, reconheceram a necessidade de promover a plena participação das organizações não governamentais nos diálogos sobre a igualdade.

28. O primeiro painel Emprego, responsabilidades familiares e obstáculos socioculturais para a igualdade de gênero na economia, foi moderado por Yolanda Ferrer, Secretária-Geral da Federação de Mulheres Cubanas e contou com a participação de Isolda Espinosa, Consultora da CEPAL na Nicarágua, Helena Hirata, Diretora de pesquisa do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França, Carmen Beramendi, docente do Programa Gênero e Cultura da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) do Uruguai e Barbara Bailey, Diretora do Centro de Estudos de Gênero e Desenvolvimento da Universidade das Índias Ocidentais em Barbados.

29. A moderadora do painel destacou que o acesso da mulher ao trabalho era um direito fundamental para poder garantir o seu sustento e o de sua família, assim como a sua plena realização; no entanto, na

região persistiam as disparidades salariais, a ocupação das mulheres em empregos mais precários e no setor informal onde careciam de todos os direitos. As mulheres eram discriminadas por seu gênero e por sua cor e suas capacidades eram subestimadas, enfrentavam uma jornada de trabalho dupla e sua situação se via agravada pela crise. Agregou que o Estado devia implementar programas e estratégias com enfoque de gênero, que era preciso valorizar o trabalho doméstico não remunerado e adotar mecanismos eficazes para enfrentar os obstáculos socioculturais que restringiam a participação das mulheres e o exercício pleno de seus direitos. Na família, deviam ser compartilhados os deveres e os direitos e a sociedade civil devia desempenhar um papel muito mais ativo no momento de assegurar a igualdade.

30. A Consultora da CEPAL apresentou os resultados mais relevantes referidos à Nicarágua de um estudo realizado como parte de uma pesquisa efetuada desde 2006 sobre a economia política e social do cuidado que realizava o Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD) em oito países. A partir da seleção de cinco ocupações, empregadas domésticas, babás, professoras de centros de desenvolvimento infantil e de pré-escolar, enfermeiras e auxiliares de enfermagem, se haviam extraído as principais características sociodemográficas das pessoas que prestam cuidados em forma remunerada, comprovando-se a existência de uma penalidade salarial por cuidar e por ser mulher, ou seja, que as trabalhadoras nessas ocupações recebiam pagamentos menores do que os esperados pela característica dos trabalhos, as habilidades que demandavam e as qualificações necessárias. Dentre as principais implicações para a política pública se destacavam a redução do peso das estratégias familiares e privadas nos cuidados para transladar maiores graus de responsabilidade ao âmbito público e institucional e criar empregos decentes nos serviços de cuidado.

31. A pesquisadora do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) da França assinalou que havia poucas análises diferenciadas por sexo das consequências da crise econômica e financeira e da globalização no emprego e no trabalho, ainda quando fosse possível observar que a precariedade e o desemprego haviam aumentado. A oradora afirmou que se observava uma polarização do emprego feminino como consequência da existência de grupos de mulheres com uma clara diferenciação quanto à sua formação e que as consequências políticas desta bipolarização era o aumento das diferenças dentro e fora dos grupos de mulheres. O novo modelo de conciliação da vida profissional e familiar supunha a existência de um modelo de delegação para outras mulheres, tradicional na América Latina, que recorria a mulheres migrantes, especialmente na Europa e nos Estados Unidos; também se verificava uma divisão sexual do trabalho nos lugares de trabalho e que a formação profissional e tecnológica era menos favorecida nas mulheres. Agregou que o trabalho de cuidado não era reconhecido, tinha pouco prestígio social e escasso reconhecimento salarial e que existiam obstáculos socioculturais para a participação igualitária em tarefas que deviam ser assumidas por todos, pelo que as políticas públicas e os movimentos sociais, como os movimentos feministas e sindicais, cumpriam um importante papel na superação dessas dificuldades.

32. A docente do Programa Gênero e Cultura da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) referiu-se aos obstáculos que as mulheres enfrentavam na esfera da economia e identificou a divisão sexual do trabalho doméstico, funcional ao sistema econômico dominante, como uma das desigualdades fundamentais que as afetavam. Referiu-se também às representações culturais, aos componentes do imaginário e aos conceitos normativos que consolidavam as hierarquias de gênero. A eliminação de todas as formas de discriminação, direta, indireta e sistêmica, requeria processos que afetassem as discriminações acumuladas, as agravadas pela classificação étnico-racial e os obstáculos estruturais, assim como requeriam medidas de ação afirmativa. Mesmo que as políticas públicas para as mulheres tivessem sua origem no Estado, o êxito delas requeria a incorporação e a articulação com a sociedade civil para gerar novas relações de gênero. Agregou que o acoso sexual era uma das formas da violência de gênero e constituía um obstáculo para a permanência das mulheres no mundo do trabalho.

Argumentou que era preciso continuar pesquisando as características da informalidade no emprego e a maneira como esta afetava em forma diferenciada os homens e as mulheres, conhecer melhor os fatores determinantes da qualidade da inserção no trabalho e a existência de ocupações “femininas” concentradas nos estratos inferiores do mercado de trabalho em termos de remuneração, qualificação, estabilidade, mas também em reconhecimento social e perspectivas de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, era preciso examinar a dupla segmentação horizontal e vertical do mercado de trabalho que afetava as mulheres e analisar as barreiras jurídicas contra o empoderamento econômico destas. As cláusulas de igualdade de gênero como pautas na agenda de negociação trabalhista e os selos de equidade de gênero nas empresas eram exemplos de instrumentos que permitiam uma adequada implementação e avaliação das políticas públicas orientadas ao alcance da igualdade.

33. A Diretora do Centro de Estudos de Gênero e Desenvolvimento da Universidade das Índias Ocidentais de Barbados indicou que a autonomia econômica era um dos pilares da igualdade de gênero, concebida como capacidade de gerar renda própria e controlar ativos e recursos e sua análise devia incluir o exame das habilidades criadas pela educação e como eram utilizadas para ter um emprego. No Caribe nos últimos dois decênios haviam existido padrões mutantes de participação no mercado de trabalho e mais mulheres participavam em programas de educação superior e em ocupações tradicionalmente masculinas, ainda que o trabalho no mercado formal fosse limitado, algo que foi agravado pela crise, pelo que as mulheres careciam de proteção social e estavam mais expostas às más condições de trabalho e à exploração física e sexual. Apesar de serem com frequência mais educadas, as mulheres mostravam um maior índice de desemprego e permaneciam desempregadas por mais tempo que os homens, estavam sub-representadas em altos cargos executivos e ganhavam menos do que os homens pelo mesmo trabalho. Apesar das reformas legislativas, muitas das mulheres que trabalhavam tanto no mercado formal quanto no informal e as que participavam na economia do cuidado enfrentavam maior risco de pobreza. Era imprescindível gerar uma mudança nos padrões culturais de gênero, nas práticas de socialização na família e na escola que reforçavam a divisão do trabalho, assim como a formulação de novas posições nas políticas e a revisão das medidas existentes para o empoderamento econômico das mulheres. A oradora enfatizou que o uso de pesquisas de uso de tempo era um ferramental muito importante e que no Caribe poderiam ser usadas para estabelecer pautas de corresponsabilidade no âmbito privado.

34. No debate após as apresentações observou-se que o tema do trabalho doméstico remunerado e não remunerado se relacionava com a economia política e com os direitos trabalhistas que existiam em cada país. O trabalho doméstico constituía um trabalho invisível e com uma elevada mobilidade, pelo que era difícil formalizá-lo por meio de um contrato e controlá-lo quanto aos encargos sociais, ao que muitas vezes se somava a falta de meios para demonstrar a identidade das trabalhadoras. As e os participantes assinalaram, além disso, que era importante passar de uma política de proteção social do trabalho doméstico remunerado e não remunerado para uma política econômica com visão integral que valorizasse socialmente esse trabalho e que promovesse a igualdade salarial. Esperava-se que a OIT adote em 2011 um convênio sobre trabalho decente para as trabalhadoras domésticas, que constituíam uma porcentagem muito significativa da força de trabalho feminina da região e que realizavam um trabalho mal regulamentado e subvalorizado, desempenhado sobretudo por migrantes e por mulheres que pertenciam a grupos que sofriam discriminação. Entre os principais pontos do acordo proposto encontravam-se a definição do trabalho doméstico e o âmbito de aplicação do convênio, a idade mínima de admissão ao emprego, a proteção contra todas as formas de abuso, as condições de trabalho e a seguridade social, incluindo a proteção da maternidade, o salário mínimo, a porcentagem do trabalho que podia ser pago em espécie e os intervalos regulares de salário.

35. O segundo painel, intitulado Políticas de desenvolvimento e tempo das mulheres foi moderado por Sonia Escobedo, Secretária Presidencial da Mulher da Guatemala e contou com a participação de María-Ángeles Durán, Professora de pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Espanha, Juan Carlos Feres, Chefe da Unidade de Estatísticas Sociais da Divisão de Estatística e Projeções Econômicas da CEPAL, Blanca Munster, Pesquisadora do Centro de Pesquisas da Economia Mundial (CIEM) de Cuba, Flavia Marco, consultora independente, do Estado Plurinacional da Bolívia, e Antonella Picchio, Professora do Departamento de Economia Política da Universidade de Módena e Reggio Emilia da Itália.

36. A professora de pesquisa do Instituto de Economia, Geografia e Demografia do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Espanha argumentou que a maneira habitual de definir o desenvolvimento fazia com que as mulheres ficassem invisíveis. Referiu-se à limitação de alguns indicadores econômicos, como o PIB, para captar o trabalho informal e expor dimensões vinculadas ao bem-estar. A esse respeito, recordou que não apenas era importante saber como aumentava a riqueza, mas também era preciso saber que parte desta chegava às pessoas e que setores eram mais beneficiados. Disse que o tempo tinha uma dimensão econômica por ser um recurso escasso e que o cuidado era a atividade que consumia mais tempo. Por último, referiu-se à necessidade de estabelecer um novo contrato social de divisão do trabalho e do tempo entre homens e mulheres e entre gerações.

37. O Chefe da Unidade de Estatísticas Sociais da Divisão de Estatística e Projeções Econômicas da CEPAL fez uma revisão dos avanços na literatura em matéria de pobreza de tempo. Assinalou que o tempo era um recurso escasso e que a liberdade para alocar o uso do tempo constituía uma dimensão do bem-estar. Também afirmou que o trabalho não remunerado e a alocação do tempo dentro dos domicílios deveriam ser reconhecidos e tornados explícitos, a fim de que a análise da pobreza dotasse de maior profundidade e contribuísse para encontrar políticas para enfrentá-la. Mostrou como a medição da pobreza de tempo podia ser abordada a partir dos mesmos enfoques e com as mesmas estratégias desenvolvidas para medir a pobreza monetária. Afirmou que o tema da pobreza de tempo estava perdendo o caráter de emergente e se havia instalado em diversos foros de reflexão, e que era indispensável abordá-lo em caso de desejar aperfeiçoar a análise do desenvolvimento, em especial no que se refere à pobreza. Agregou que além da incorporação do tempo com uma perspectiva transversal de gênero, o tempo devia ser um critério para avaliar as políticas públicas.

38. A pesquisadora do Centro de Pesquisas da Economia Mundial (CIEM) de Cuba referiu-se ao tema de gênero e desenvolvimento local e disse que a partir dos anos noventa os estudos de gênero e desenvolvimento haviam tomado particular impulso em seu país. Fez referência às conquistas realizadas até o momento nesta matéria e destacou as contribuições das pesquisas sobre desenvolvimento humano, a construção de um índice territorial de desenvolvimento humano e equidade, que contemplava oito dimensões relevantes do desenvolvimento humano, e as pesquisas do Escritório Nacional de Estatísticas sobre o uso do tempo e as brechas salariais em nível territorial. A oradora mencionou especialmente a pesquisa sobre uso do tempo realizada pelo Escritório em 2002 e chamou a atenção sobre as diferenças entre o trabalho remunerado e não remunerado realizado por homens e mulheres em zonas urbanas e rurais.

39. A consultora independente do Estado Plurinacional da Bolívia falou sobre o uso do tempo e a possibilidade de harmonizar emprego e família nas legislações trabalhistas. Expôs sobre as reformas apresentadas para as leis trabalhistas de diversos países da região, que deviam servir para possibilitar maior harmonização entre o emprego e as responsabilidades familiares e para propiciar a incorporação dos homens ao cuidado, ainda que isto não sucedesse. Detalhou os diferentes tipos de licença que eram outorgadas às trabalhadoras e aos trabalhadores e fez referência às categorias que tradicionalmente haviam estado excluídas da legislação trabalhista e, portanto, dos direitos de proteção à maternidade,

entre as que se encontrava o caso paradigmático das trabalhadoras domésticas. Para terminar a sua exposição, enumerou diversas propostas em matéria de reformas legais e de políticas sociais.

40. A professora do Departamento de Economia Política da Universidade de Módena e Reggio Emilia da Itália observou as diferenças entre o trabalho total remunerado e não remunerado de homens e mulheres e a respeito disse que não bastava afirmar que existia o trabalho não remunerado e que era preciso medi-lo. O desafio radicava mais na explicação das funções do trabalho não remunerado por meio da construção de um marco teórico referido em parte à economia clássica do século XIX, que abrangia o espaço de reprodução das trabalhadoras. A seguir, ressaltou a importância das pesquisas de uso do tempo, por considerá-las mais próximas da realidade, e a relevância de gerar políticas sociais, já que só assim a realidade poderia ser modificada. Também fez referência à economia de gênero e a respeito disse que havia que observar as mulheres em um determinado esquema teórico e considerar a realidade à luz da sua experiência de vida, isto é, olhar a realidade com uma ótica feminina. Por último, referiu-se ao bem-estar de homens e mulheres e ao uso que cada um fazia do tempo, assim como ao tema da crise financeira.

41. No debate posterior, algumas participantes coincidiram que este assunto já estava instalado nos foros de discussão, mas que ainda não era visível nos países, e na necessidade de conseguir que fosse discutido mais amplamente devido às consequências que tinha em matéria de gênero, assim como em tudo o vinculado à natalidade, à qualidade de vida e ao envelhecimento. Também expôs a preocupação pelo crescente divórcio entre emprego e renda e a necessidade de incorporar à análise a diferenciação entre economia produtiva e economia especulativa, entendendo que a segunda induzia usos intensivos do tempo assim como a competição entre as pessoas. Aqueles que participaram no painel estiveram de acordo que as mesmas políticas não funcionavam bem em todos os países e que era imprescindível continuar fomentando o acesso das mulheres ao tempo de trabalho remunerado e o dos homens ao tempo de trabalho não remunerado. Também fizeram referência aos “*casilleros vacíos*” pendentes na agenda e expressaram que o marco de análise existente carecia de uma série de dimensões, como as de raça e etnia, que podiam aportar mais clareza às análises. Para finalizar, reflexionaram sobre a forte resistência a incorporar estes temas ao debate e destacaram que somente um movimento internacional de mulheres poderia mudar a situação.

42. O terceiro painel, intitulado O empoderamento econômico das mulheres: acesso às tecnologias e aos ativos produtivos e financeiros, foi moderado por Icilda Humes, Diretora do Departamento da Mulher do Ministério de Desenvolvimento Humano e Transformação Social de Belize e contou com a participação de Magdalena León, Professora titular da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nacional da Colômbia, Carmen Diana Deere, Professora de Economia Agrícola e Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida nos Estados Unidos, Tarcila Rivera Zea, Coordenadora do Enlace Continental de Mulheres Indígenas da Região Sul do Peru, Ana Flavia Machado, Professora do programa de Pós-Graduação em Economia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais do Brasil e María Ángeles Sallé, Presidente da Fundação Directa, da Espanha.

43. A professora titular da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Nacional da Colômbia disse em sua apresentação que a justiça de gênero também se vinculava com o exercício do direito de propriedade por parte da mulher e que a redistribuição da terra em favor da mulher fortalecia seu poder de negociação e a empoderava. As mulheres precisavam ter acesso direto e controle da propriedade, sem necessidade de que este fosse obtido através dos homens. A falta de titularidade da propriedade podia ser catastrófica para as mulheres, em particular para as mulheres idosas, que em elevada proporção eram viúvas sem acesso à seguridade social. A oradora afirmou também que as desigualdades existiam dentro dos domicílios, que longe de serem unidades harmoniosas, tal como concebido no enfoque neoclássico da

família unitária, cujo chefe seria guiado por princípios altruístas ao momento de decidir acerca da distribuição dos recursos, eram, de fato, lugares de constante negociação onde se desenvolvia uma complexa matriz de relações de cooperação e conflito. A brecha extremamente ampla entre homens e mulheres nessa área se devia, em parte, às práticas tradicionais do direito de sucessão, que favoreciam os homens. Afirmou que no caso das mulheres rurais, a brecha de gênero as prejudicava enormemente e aquelas que eram proprietárias de suas terras estavam em melhores condições para tomar decisões e eram menos vulneráveis à violência doméstica. Não se podia confiar no mercado para diminuir a desigualdade que existia quanto à propriedade da terra; o que se necessitava, reiterou, era um Estado que assumisse a responsabilidade da redistribuição de ativos, sobretudo no caso das mulheres rurais. Por último, a oradora observou que o Estado precisava reexaminar o tema da reforma agrária.

44. A professora de Economia Agrícola e Estudos Latino-Americanos da Universidade da Flórida nos Estados Unidos fez uma apresentação sobre o acesso à propriedade de ativos e a desigualdade de gênero na América Latina, na qual afirmou que a propriedade era um importante indicador da autonomia econômica das mulheres e que era fundamental para proteger seu bem-estar em caso de dissolução da família por separação, divórcio ou morte. Alguns dos fatores que permitiam às mulheres acumular ativos eram o emprego estável, o acesso ao crédito, em particular ao microcrédito, as políticas públicas a favor da equidade de gênero, a migração internacional (por meio da poupança e das remessas) e a herança. A oradora recomendou que o sistema que colocava o homem como chefe da família devia ser substituído por um sistema de chefia compartilhada. Outras reformas necessárias eram elevar as viúvas à condição de herdeiras prioritárias e impulsionar o conhecimento dos temas legais por parte das mulheres; em situações de viuvez e divórcio as mulheres eram com frequência vítimas de violência patrimonial, que, por sua vez, se vinculava à violência física e psicológica. Por último, observou que a definição de violência patrimonial deveria ser incluída nas leis nacionais.

45. A Coordenadora do Enlace Continental de Mulheres Indígenas da Região Sul começou sua apresentação refletindo acerca do que a terra representava para as mulheres indígenas. A terra devia ser concebida não como propriedade das pessoas, mas sim como as pessoas fazendo parte dela. Um dos direitos das mulheres indígenas era o direito à terra e a usufruir seus recursos, mesmo quando existissem mulheres indígenas com e sem terra, camponesas e não camponesas, e urbanas marginais. O direito à terra se vinculava com o direito à consulta prévia e à participação nas políticas relacionadas. Recordou que após a colonização os povos indígenas haviam ficado com as terras menos produtivas, mas que, no entanto, eles também possuíam outras formas de capital, como o seu conhecimento da biodiversidade e dos recursos medicinais, um conhecimento que estava pouco protegido pelos direitos de propriedade intelectual. As mulheres indígenas defendiam dois direitos incontroversos: o direito a ter um teto e o direito a não ser violentadas. Agregou que o tema das mudanças climáticas impactava as mulheres indígenas mesmo que elas não houvessem feito nada para contribuir com isto. As sociedades na América Latina e no Caribe deviam erradicar o racismo e as mulheres indígenas deveriam contar com as mesmas oportunidades que outras parcelas da população, em particular no que se referia à educação e à saúde. Para finalizar, destacou que o requisito básico das mulheres indígenas era o respeito dos direitos de todos como base das políticas públicas.

46. A representante do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) da Universidade Federal de Minas Gerais do Brasil examinou diversos caminhos para superar a precariedade do emprego das mulheres. A relação entre a participação feminina no trabalho e o desenvolvimento econômico era débil: quanto maior era o nível de integração das mulheres na força de trabalho, mais pobre era o país, exceto no caso do Brasil. Na América Latina, em metade dos domicílios a renda provinha das mulheres e a proporção de chefias femininas nos domicílios havia aumentado significativamente. Indicou também que ainda persistia a desigualdade salarial entre homens e mulheres e que o nível de desemprego

das mulheres duplicava o dos homens; que também seguia existindo um elevado nível de segregação no mercado de trabalho e que a maioria das mulheres estava empregada no setor de serviços e no trabalho doméstico remunerado. Para reduzir a precariedade da integração laboral das mulheres, a oradora recomendou que na agenda de política social fossem incluídas medidas para melhorar as instalações para o cuidado de crianças e para ampliar os serviços sociais, e implementar políticas de educação e de saúde associadas a outras que incentivem a participação das mulheres no mercado de trabalho e em empreendimentos, ao que devia ser somada a distribuição equitativa das tarefas domésticas.

47. A Presidente da Fundação Directa da Espanha fez uma apresentação sobre a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da tecnologia informática e assinalou que as mulheres se encontravam atrasadas em relação aos homens quanto ao acesso à tecnologia e que existia uma enorme brecha quando se tratava de usuários avançados. Além disso, as mulheres não estavam representadas de igual maneira no setor das tecnologias da informação e das comunicações, tanto no que se refere às carreiras profissionais como nos níveis de tomada de decisões. A oradora fez referência à implementação na Espanha de um plano de ação para promover a cidadania digital, que tinha dois objetivos amplos: alcançar a igualdade na sociedade da informação e que o uso desta promova a igualdade. Destacou por último que a sociedade da informação podia, dentre outras coisas, ser uma grande aliada para construir e intercambiar conhecimentos, criar consciência acerca dos temas de gênero e forjar redes de cidadania e de trabalho.

48. No debate a seguir, as participantes destacaram a importância da coleta de dados sobre ativos econômicos por meio de censos rurais e de propriedade da terra para indagar sobre a diferença de gênero no acesso a estes ativos. Além disso, coincidiram em que era preciso levar as tecnologias da informação e das comunicações aos setores rurais e indígenas, já que estas serviam como veículo para que mais mulheres pudessem unir-se a redes de mulheres ou de ajuda. Quando as mulheres usavam estas tecnologias os benefícios se multiplicavam, dado que davam maior valor social às mulheres e que essas tecnologias eram empregadas para melhorar a qualidade de vida das pessoas, pelo que era conveniente incluir a perspectiva de gênero nas agendas digitais.

49. O quarto painel, intitulado Depois da crise, o quê?, foi moderado por Ana Lucía Herrera, Presidente da Comissão de Transição para o Conselho Nacional das Mulheres e a Igualdade de Gênero do Equador e contou com a participação de Maria da Conceição Tavares, Professora da Universidade Estadual de Campinas e professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Verónica Serafini, Coordenadora Geral da Unidade de Economia Social do Ministério da Fazenda do Paraguai, Corina Rodríguez Enríquez, Pesquisadora do Centro Interdisciplinar para o Estudo de Políticas Públicas (CIEPP) da Argentina e Lucía Pérez Frago, Coordenadora da área de orçamentos públicos, Equidade de Gênero: Cidadania, Trabalho e Família do México.

50. A professora da Universidade Estadual de Campinas, professora-emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, assegurou que a crise financeira ainda não havia terminado já que a Europa encontrava-se atravessando o seu pior momento. A este respeito, assinalou que apenas quando comessem a regular os temas bancários se poderia evitar a quebra de alguns bancos europeus. Disse que era possível prever a implementação de algumas políticas que aprofundariam a crise e que as mulheres imigrantes seriam as mais afetadas pela situação econômica internacional. Referiu-se especialmente ao caráter ortodoxo das políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), à hegemonia do dólar no mercado mundial e à falta de alternativas a esta moeda. A oradora dedicou parte de sua apresentação à globalização financeira, que continuava em vigor apesar da crise e se referiu ao caso da China, país com um crescimento sem igual, mas com uma globalização financeira muito limitada. Para finalizar, reiterou que havia que apostar na mudança com uma perspectiva de longo prazo.

51. A coordenadora geral da Unidade de Economia Social do Ministério da Fazenda do Paraguai disse que a crise econômica e financeira de 2008 e 2009 havia encontrado a região em um contexto relativamente favorável. Após expressar que no debate da crise se havia incluído a pobreza e o crescimento, mas não a desigualdade, declarou que as respostas à crise se haviam concentrado principalmente nestas duas áreas e que o tema de gênero havia sido pouco debatido e incorporado. Posteriormente, a expositora detalhou as características de algumas das respostas à crise do ponto de vista das políticas econômicas, sociais e trabalhistas, e destacou as especificidades do caso do Paraguai. Manifestou que a crise e as diferentes respostas haviam evidenciado a dificuldade dos governos para incorporar a perspectiva de gênero e que, ao não incluírem este enfoque, distorciam os efeitos econômicos positivos a favor dos homens. Por último, listou alguns desafios prioritários para aprofundar o debate sobre a igualdade de gênero e a economia, e para gerar conhecimentos e instrumentos a fim de incorporar a perspectiva de gênero nas políticas econômicas e revisar a formulação das políticas anticrise para transformá-las de política conjuntural a uma estrutural com enfoque de direitos.

52. A pesquisadora do Centro Interdisciplinar para o Estudo de Políticas Públicas (CIEPP) da Argentina fez referência ao tema do pacto fiscal para a igualdade e afirmou que era preciso rever os instrumentos fiscais para enfrentar a iniquidade distributiva na região, que, segundo afirmou, continua sendo a mais desigual do mundo. Coincidiu com o posicionamento da CEPAL acerca de o momento ser favorável para um pacto para a igualdade, não apenas pela melhora na situação econômica dos países da região, mas também pela conjuntura ideológica existente. Nesse pacto, que devia contemplar uma reforma integral do gasto e do financiamento, a meta da igualdade devia ser prioritária em relação à de crescimento e que a igualdade de gênero era fundamental para o alcance dessa meta. Para finalizar indicou que esse pacto devia ver-se refletido na divisão sexual do trabalho, na responsabilidade social do cuidado e na discriminação de gênero quanto ao tratamento e à satisfação das necessidades. Afirmou que na América Latina existia espaço para incrementar a receita fiscal e sustentar o crescimento moderado do gasto público.

53. A Coordenadora da área de orçamentos públicos, Equidade de Gênero: Cidadania, Trabalho e Família do México, referiu-se às oportunidades de integrar políticas de igualdade de gênero em conjunturas de abertura comercial e afirmou que se requeria a intervenção do Estado na economia, assim como contar com um pacto fiscal para a instrumentação de políticas de redistribuição. Também era necessário um incremento das políticas para a geração de empregos produtivos e estáveis e a criação de infraestrutura para os serviços de cuidado. As funções da política fiscal eram satisfazer as necessidades sociais, estabilizar a economia, redistribuir a renda, promover a competitividade do país e atrair investimento estrangeiro direto. Quanto à política tributária defendeu um incremento dos impostos diretos e menor dependência dos impostos indiretos e, quanto ao gasto, o incremento da infraestrutura social para os serviços de cuidado. Observou que era importante que os gastos de gênero fossem irredutíveis nos orçamentos e que não fosse preciso negociá-los anualmente. Por último, indicou que o papel do Estado devia ser mais regulador e que o modelo econômico de cada país devia priorizar os objetivos de eliminar as desigualdades de renda e de gênero.

54. No debate após as apresentações comentou-se que as políticas sociais não podiam ser formuladas antes de ser solucionado o problema das políticas estruturais. As participantes manifestaram que os aportes do feminismo permitiam pôr a desigualdade no centro do debate. Também reiteraram a necessidade de criar mais instrumentos que fortaleçam o Estado e o setor público, que sejam úteis para os países e que permitam formular, implementar e avaliar as políticas públicas com perspectiva de gênero. Era preciso integrar esta perspectiva aos orçamentos e incluir indicadores de gênero na medição dos resultados da aplicação de políticas.

55. O quinto painel, intitulado O empoderamento econômico das mulheres: os grupos mais vulneráveis, foi moderado por Sheila Roseau, Diretora Executiva da Direção de Assuntos de Gênero de Antígua e Barbuda, e nele participaram Andrea Butto, Assessora especial para assuntos de gênero, raça e etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil; Jeanette Sánchez Zurita, Ministra de Coordenação de Desenvolvimento Social do Equador, Silvia Lara, Diretora Executiva da Associação Empresarial para o Desenvolvimento (AED) da Costa Rica e Rania Antonopulos, Diretora do Programa Igualdade de Gênero e Economia do Instituto Levy dos Estados Unidos.

56. A assessora especial para assuntos de gênero, raça e etnia do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil revisou as teorias feministas do desenvolvimento e suas interações com o debate sobre as relações sociais e apresentou um estudo sobre as políticas de desenvolvimento para mulheres rurais baseado na perspectiva de raça e gênero. Manifestou que a verdadeira igualdade não podia ser alcançada com um modelo econômico capitalista baseado na divisão sexual do trabalho existente e que era necessário um novo modelo de desenvolvimento que considerasse a diversidade das mulheres e lhes permitisse viver independentemente, em harmonia com a natureza e em meio de relações econômicas baseadas na solidariedade. O Governo do Brasil havia implementado políticas democráticas para melhorar a participação das mulheres rurais e, além disso, havia feito algumas reformas que haviam ampliado o direito das mulheres à propriedade da terra. Havia sido criados instrumentos específicos de financiamento para as mulheres rurais e milhares de trabalhadoras rurais, administradoras e agentes financeiros haviam recebido capacitação. O governo federal havia atuado junto com entidades públicas para regularizar a situação da propriedade da terra de algumas comunidades. Nas áreas rurais e de selvas se havia lançado a campanha “Mulheres donas da própria vida” para criar consciência sobre a violência de gênero e se havia promovido a implementação da lei Maria da Penha, iniciativas que conduziam à autonomia das mulheres rurais e estimulavam o desenvolvimento sustentável, baseado em solidariedade e etnicamente orientado. Com esse fim, as autoridades buscavam dar fim à divisão sexual do trabalho, promover as ações afirmativas e alentar as mulheres rurais e etnicamente diversas a participar no novo modelo de desenvolvimento. Por último indicou que a responsabilidade do Estado no cuidado era considerada um bem público.

57. A Ministra de Coordenação de Desenvolvimento Social do Equador manifestou que o legado do neoliberalismo era um Estado débil, políticas sociais e de bem-estar compensatórias e políticas sociais universais muito limitadas, o que alentava a privatização. A liberalização do comércio, a flexibilização do trabalho e o limitado papel do Estado no apoio à reprodução social e à redistribuição do trabalho haviam obrigado homens e mulheres a viverem em maior pobreza. Ao mesmo tempo em que aumentava a feminização da pobreza, constatava-se que as mulheres se recuperavam da crise mais lentamente do que os homens. O Estado podia e devia ser um catalisador para a promoção da igualdade e seu papel devia ser ampliado e fortalecido. Para construir a cidadania necessitava-se um modelo de proteção social e de desenvolvimento baseado em direitos. Mesmo quando no Equador a desigualdade social, étnica e de gênero ainda seja elevada, o governo havia implementado políticas para a inclusão social, em particular políticas universais de educação, saúde, seguridade social, nutrição, acesso à moradia e hábitat. Reconhecia-se que o trabalho doméstico remunerado era equivalente a qualquer outra forma de trabalho e, como em outras categorias de trabalho, neste existia o salário mínimo. Em resposta a que tipo de Estado e que tipo de igualdade se necessitam, disse que se deveria dar impulso a um Estado democrático, edificado sobre instituições legítimas e capazes de apoiar práticas mais solidárias, favorecer o bem público e regular o mercado.

58. A Diretora Executiva da Associação Empresarial para o Desenvolvimento (AED) da Costa Rica assinalou que o setor dos negócios cumpria um papel importante na redução da pobreza e na construção da igualdade. Nesse setor, a alta tecnologia e as indústrias baseadas em exportação coexistiam em forma

isolada das indústrias locais menos dinâmicas. Na América Central os consumidores cada vez mais baseavam seus padrões de consumo na contribuição que as empresas faziam ao desenvolvimento social. Considerando que a capacidade de manter-se não dependia só da habilidade para fazer negócios, mas de envolver-se com os interesses e as necessidades que preocupavam a comunidade e a sociedade, as empresas buscavam forjar uma reputação por meio do valor social agregado e seria possível supor que pudessem considerar a igualdade também como um valor agregado. O êxito das empresas podia depender então da sua capacidade de atender as necessidades e os interesses dos consumidores e da sociedade, o que significava que os consumidores responsáveis poderiam gerar uma mudança. As pequenas e médias empresas, por sua vez, podiam incrementar sua capacidade e integrar-se ao setor formal por meio de vínculos com grandes empresas, do desenvolvimento de cadeias de valor, tecnologias transparentes e empréstimos. Por último, a oradora indicou que se devia construir uma nova equação entre o Estado, o setor dos negócios, as comunidades e as famílias.

59. A Diretora do Programa Igualdade de Gênero e Economia do Instituto Levy dos Estados Unidos assinalou que durante as crises econômicas os problemas pré-existentes se acentuavam. Homens e mulheres enfrentavam maior pobreza, uma grave desigualdade de renda, um espaço cada vez menor para ganhar o sustento e desemprego. Quanto aos acordos comerciais observou que haviam ocasionado situações muito desiguais, muitos países não haviam se beneficiado em nada e nenhum havia escapado do problema do desemprego. O desafio era duplo: que tipo Estado era necessário para alcançar a igualdade de gênero, mas também que tipo de Estado, considerando as inexoráveis falhas de mercado e a prolongação do desemprego? Os padrões mundiais e os ganhos de produtividade, assim como o desenvolvimento liderado pelos investimentos se haviam traduzido em uma perda de postos de trabalho por unidade de produção. Agregou que o paradoxo para as mulheres, sobretudo para as mulheres pobres, era que havia demasiado trabalho não remunerado e pouco trabalho remunerado e as mulheres que viviam em extrema pobreza e que estavam condenadas a buscar alimento e água para suas famílias empregavam ainda mais tempo em trabalho não remunerado. As políticas do governo deviam evitar reforçar os papéis tradicionais das mulheres como prestadoras primárias de cuidado mediante o trabalho não remunerado. Também era vital estimular a demanda interna para transferir a renda do setor financeiro aos salários. Em vez de pagar transferências por trabalho não remunerado, o Estado podia aliviar a extraordinária carga de trabalho não remunerado e as dificuldades que as mulheres enfrentavam com a criação de programas de garantia de emprego e de serviços de cuidado necessários para gerar maior resposta de trabalho por parte das mulheres.

60. No debate realizado após as apresentações as participantes mencionaram os avanços em alguns países da região no alívio da pobreza e insistiram que se devia criar riqueza antes que esta pudesse ser distribuída. Com relação ao papel transformador do setor empresarial, algumas participantes recalcararam que, ainda que as empresas tivessem um papel a desempenhar na mudança de valores, eram os cidadãos e as cidadãs que reclamavam por seus direitos os que fariam uma mudança no mundo, enquanto outras defenderam o impacto simbólico que as medidas empresariais podiam ter sobre o imaginário social. Mencionou-se a respeito que cada país devia encontrar o seu caminho na busca do equilíbrio entre o Estado e as empresas privadas, e que não se deveria esquecer a necessidade de diminuir não só as brechas entre mulheres e homens, mas também entre os diferentes grupos de mulheres.

Sessão especial sobre o Haiti e o Chile: (re)construir a igualdade

61. A sessão especial foi moderada por Marjorie Michel, Ministra da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres do Haiti e contou com a participação de Sergia Galván, Diretora Executiva da Coletiva Mulher e Saúde da República Dominicana; Lise-Marie Déjean, coordenadora nacional de Solidarite Fanm Ayisyen (SOFA) do Haiti; Susana Malcorra, Secretária-Geral Adjunta de Apoio às

Atividades em Terreno das Nações Unidas, e Belén Sapag, Primeira-Secretária da Missão do Chile ante as Nações Unidas.

62. A Ministra da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres do Haiti agradeceu a CEPAL por haver favorecido a participação do Haiti na sessão. Assinalou que a igualdade entre os sexos era uma garantia constitucional em seu país ainda que faltasse muito por fazer para a sua efetiva aplicação. Após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 no Haiti se haviam aplicado medidas de urgência cujo propósito era atender a problemática da saúde de mulheres e crianças, a segurança dos desabrigados e a realocização de mulheres e crianças em espaços específicos. Depois da etapa de urgência se passava à de reconstrução, ou de voltar a fundar no sentido amplo, para alcançar uma sociedade igualitária e mais justa, uma etapa na qual se necessitava reunir todos os recursos humanos disponíveis. Agregou que a reconstrução da igualdade supunha que homens e mulheres pusessem em comum seu potencial e valor para superar as barreiras e trabalhar juntos por uma sociedade mais humana.

63. A Diretora Executiva da Coletiva Mulher e Saúde da República Dominicana recordou que o Haiti e a República Dominicana eram dois povos que compartilhavam a mesma história e a mesma geopolítica. Disse que o impacto do terremoto havia sido proporcional às desigualdades que o Haiti sofria, e que a magnitude da catástrofe estava mais relacionada com as desigualdades e com o subdesenvolvimento do que com um fenômeno da natureza. Igualmente ficou evidente o desequilíbrio na distribuição do cuidado, que em situações de catástrofe se transferiam às mulheres. Alertou que no plano de reconstrução, alguns temas como o reprodutivo não são considerados relevantes e que as mulheres tinham dificuldades para incorporar-se ao mercado de trabalho. Em caso de não ser adotado um novo paradigma de cuidado, afirmou, o processo de reconstrução continuaria perpetuando as desigualdades e ampliando as desigualdades no âmbito do trabalho, incrementando a pobreza das mulheres e afetando ainda mais a sua autonomia econômica. Era imprescindível habilitar as mulheres para o exercício da igualdade pelo fortalecimento de capacidades e habilidades para inserir-se rapidamente no mercado laboral e pelo desempenho de ocupações não tradicionais, pelo empoderamento em relação a seus direitos de acesso à moradia, terra, crédito, à tecnologia e pelo fortalecimento da sua liderança para que possam ter acesso a espaços de poder e de tomada de decisões no cenário de reconstrução.

64. A coordenadora nacional de Solidarite Fanm Ayisyen (SOFA) do Haiti assinalou que antes do terremoto as mulheres eram chefes de família, trabalhavam no setor informal e havia uma elevada mortalidade materna. O terremoto havia gerado impactos diretos e indiretos e havia agravado ainda mais a situação das mulheres em temas como a violência. Destacou o trabalho da sua organização em matéria de violência de gênero antes e depois do terremoto. Antes, as estruturas de proteção eram quase inexistentes e poucos casos de violência eram denunciados. Sua organização tinha centros de acolhimento para mulheres vítimas de violência de gênero em um contexto institucional mutante e havia participado na promoção da modificação da tipificação do delito de violação no código penal, na formulação de um protocolo com o ministério de saúde pública e população, com os órgãos de justiça e de segurança pública quanto ao acesso a certificados médicos em caso de violência, e com o ministério de justiça e de segurança pública para que considerassem a problemática de gênero em suas diferentes estruturas, sobretudo no caso de violência sexual. Sua organização oferecia um enfoque integral das consequências dos atos de violência na vida das mulheres por meio do acompanhamento médico, psicológico e jurídico. Depois do terremoto se havia gerado uma mudança da estratégia com a criação de grupos de apoio psicossocial nos albergues provisórios, orientados a prover terapia às mulheres vítimas, prevenir a violência e documentar os casos de violência contra as mulheres. Reconheceu a necessidade de formação dos atores que intervenham na problemática da violência de gênero nas estruturas estatais, do estabelecimento de centros integrais de acolhida, da elaboração de uma lei-marco contra a violência de

gênero e de aumento da sensibilização de todos os setores em relação ao flagelo da violência que afetava a sociedade haitiana.

65. A Secretária-Geral Adjunta de Apoio às Atividades em Terreno das Nações Unidas assinalou que antes do terremoto, existia no Haiti um processo de reconstrução cujos resultados se refletiam nos indicadores e que com o terremoto perdeu-se grande parte dos avanços realizados. Mesmo que a resposta solidária do mundo tenha sido extraordinária, existiam obstáculos para canalizar a ajuda devido aos danos na infraestrutura. Destacou também que a magnitude da catástrofe em termos de perdas de vidas humanas era comparável com a do maremoto que afetou vários países da Ásia e do Pacífico em 2004, mas neste caso a emergência se havia concentrado em um espaço geográfico muito menor. A catástrofe também havia produzido a perda de pessoal das Nações Unidas que tinha maior conhecimento sobre o Haiti. O trabalho da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) tinha como pilares a manutenção da segurança, com especial referência à violência extrema contra mulheres e crianças, e a prestação de ajuda humanitária, em que a mulher desempenhava um papel central como receptora de alimentos. Para finalizar, destacou que apesar das dolorosas consequências da catástrofe existiam oportunidades de reconstrução com base na ação coletiva do povo haitiano.

66. A Primeira-Secretária da Missão do Chile ante as Nações Unidas indicou que após o terremoto que abalou o Chile em 27 de fevereiro de 2010 se havia aplicado um plano tripartite que compreendia medidas de emergência cidadã, de emergência durante o inverno e um plano de reconstrução. Havia-se apelado a recursos inovadores, como alianças público-privadas para a reconstrução de escolas e as mulheres ocupavam um papel central no plano de emergência e reconstrução. Por último, assinalou que as políticas de inclusão social haviam permitido que a sociedade civil participasse em atividades de reconstrução e apoio.

67. As representantes reiteraram a necessidade de evitar que as mulheres e crianças pagassem os maiores custos da crise humanitária. Também destacaram que os recursos prometidos ao Haiti e que ascendiam a 11 bilhões de dólares não haviam sido efetivados. Por último, apoiaram amplamente as medidas para alcançar um maior equilíbrio de gênero nas forças de paz.

Sessão especial sobre o papel dos mecanismos para o avanço da mulher na política econômica

68. Na sessão especial sobre o papel dos mecanismos para o avanço da mulher na política econômica, moderada por Sonia Montañó, Oficial a cargo da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL, participaram Julia Evelyn Martínez, Diretora Executiva do Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU), Isabel Martínez, Secretária-Geral de Políticas de Igualdade do Ministério de Igualdade da Espanha, Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, María del Rocío García Gaytán, Presidente do Instituto Nacional das Mulheres do México, Marlene Malahoo Forte, Ministra de Relações Exteriores e Comércio Exterior da Jamaica, Charms Gaspard, Diretora da Divisão de Relações de Gênero do Ministério de Saúde, Bem-Estar, Família, Mobilização Nacional, Serviços Humanos e Relações de Gênero de Santa Lúcia, e Maureen Clarke, Presidente Executiva do Instituto Nacional das Mulheres (INAMU) da Costa Rica.

69. A Oficial a cargo da Divisão de Assuntos de Gênero da CEPAL inaugurou a sessão dizendo que as políticas de gênero e os avanços em direção à igualdade de gênero não teriam sido possíveis sem o apoio do movimento de mulheres e dos mecanismos para o avanço da mulher nos países da região. Neste contexto, convidou as painelistas a olhar o futuro e a perguntar-se acerca da maneira como os referidos mecanismos poderiam contribuir para integrar plenamente o empoderamento econômico das mulheres na corrente principal da economia.

70. A Diretora Executiva do Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU) explicou que em El Salvador, depois da instalação em 2009 de um novo governo com visão orientada em maior medida aos temas de gênero, se havia conseguido dar uma reorientação estratégica aos mecanismos para o avanço da mulher. Disse que o propósito era que o eixo transversal das políticas públicas fosse o enfoque de gênero e que o Estado cumprisse os compromissos internacionais assumidos neste âmbito. Também expressou que, ainda que não se tenha conseguido difundir suficientemente o tema de gênero nos meios de comunicação de seu país, ele foi incluído na agenda de políticas públicas, inclusive na política fiscal. Destacou que, em geral, em todos os países, as mulheres deviam enfrentar diversos obstáculos para ter acesso ao mercado de trabalho, manter-se nele e progredir, e afirmou que o objetivo da igualdade de gênero devia ser incluído no planejamento estratégico dos planos de desenvolvimento correspondentes. Em modo mais específico, destacou o papel positivo dos selos de equidade, que podiam incidir tanto em gerar igualdade dentro das empresas como em suas interações com o mercado e as políticas públicas.

71. A Secretária-Geral de Políticas de Igualdade do Ministério de Igualdade da Espanha afirmou que a paridade tinha que mudar a lógica sobre as políticas e convocou a vincular as políticas de igualdade às políticas sociais e de redução da pobreza a fim de colocar a equidade no centro da agenda política. Destacou que o novo modelo de crescimento e emprego devia ser socialmente sustentável, que era preciso contar com mais instituições que servissem de apoio a esse novo modelo e que os institutos da mulher deviam ser promovidos ao nível hierárquico de ministério e assumir a tarefa de coordenar e dar impulso ao tema da igualdade no funcionamento do governo. Igualmente ressaltou a necessidade de estabelecer pactos com diversos aliados do governo e de outros setores e referiu-se, como exemplo, à grande notoriedade que o Ministério de Igualdade tinha nos meios de comunicação. Reiterou que as empresas e os sindicatos deviam trabalhar para alcançar a equidade e referiu-se aos planos de igualdade adotados por um número crescente de empresas para revisar os critérios de acesso ao trabalho e à promoção. Assegurou que deveria formular-se um modelo baseado em inovação, produtividade e em sustentabilidade, incluindo a ambiental. Ao final da sua exposição, detalhou alguns fatores que conspiravam contra a igualdade e ressaltou a necessidade de que se operasse uma mudança em nível cultural e de valores para alcançá-la.

72. A Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil destacou a relevância de que mais mulheres assumissem cargos de ministras, mas disse que mais importante que o fato de que um determinado cargo fosse ocupado por um homem ou uma mulher era que quem o ocupasse fora um agente de mudança para incorporar a agenda das mulheres e a perspectiva de gênero às atividades diárias das instituições. Enfatizou a necessidade de contar com uma visão global e de abordar simultaneamente diferentes dimensões para implementar uma determinada política. Ao referir-se ao plano plurianual formulado pelo Governo do Brasil, a painelistas recordou que havia sido o primeiro plano baseado em desafios reais que o governo devia enfrentar, mas destacou que além de integrar nos planos as perspectivas de gênero e de raça, estas deviam ser parte dos objetivos estratégicos dos orçamentos. Em relação à incidência dos mecanismos nacionais para o avanço da mulher no mercado de trabalho, reafirmou a importância de dar impulso aos selos de equidade, à participação das mulheres nas relações sindicais e à inclusão nas negociações coletivas do tema da distribuição das responsabilidades familiares. Por último, ressaltou a necessidade de promover a igualdade com participação social e recalçou que as demandas não buscavam apenas o benefício das mulheres, mas que tanto homens como mulheres vivessem melhor.

73. A Presidente do Instituto Nacional das Mulheres do México disse que o mais importante era conseguir uma ampla coordenação dos mecanismos nacionais para o avanço da mulher e uma grande abertura em todos os níveis e destacou a relevância das responsabilidades compartilhadas entre o poder legislativo e o judiciário e a necessidade de estabelecer uma estreita aliança com a sociedade civil.

Reiterou que se deveria dispor de um orçamento de gênero e explicou que em seu país se havia conseguido uma dotação orçamentária irredutível para esta área. Ao referir-se aos diversos níveis de trabalho, observou que não era suficiente trabalhar em nível de governo federal, mas que também era preciso trabalhar com os estados e municípios. A seguir recordou que a luta para conseguir uma dotação orçamentária alocada especialmente às mulheres tinha muitos anos e que a sociedade civil devia exigir que isto fosse cumprido, independentemente de quem governasse. Para finalizar, destacou a importância de saber utilizar as estatísticas oficiais em todos os temas e de encontrar a forma de beneficiar as políticas públicas com o conhecimento acumulado.

74. A Ministra de Relações Exteriores e de Comércio Exterior da Jamaica observou a importância de que cada país entendesse a etapa em que se encontrava quanto à implementação de políticas de equidade. Recalçou que todos os países deviam aprovar e implementar leis de igualdade e disse que o governo de seu país estava muito comprometido com a igualdade de gênero e com a luta contra a discriminação. Enfatizou igualmente a necessidade de que o tema de gênero estivesse mais presente nas políticas públicas. Ressaltou a importância de formar alianças com os parlamentares e de traduzir a linguagem técnica das políticas em termos mais coloquiais do eleitorado e indicou que os grupos de mulheres deviam prestar atenção em que se cumprissem os acordos internacionais ratificados pelos países e que se adotassem as normas que ainda não tenham sido adotadas; também deviam estar atentas não apenas às dotações orçamentárias de gênero, mas também aos ciclos administrativos existentes para começar a incidir desde o início.

75. A Diretora da Divisão de Relações de Gênero do Ministério da Saúde, Bem-Estar, Família, Mobilização Nacional, Serviços Humanos e Relações de Gênero de Santa Lúcia reconheceu que a escassez de recursos havia-se acentuado após a crise e que em seu país haviam tido que ser muito criativos para contornar essa restrição, principalmente por meio da promoção de alianças com diversos organismos. Ressaltou que, como medidas mais destacadas, haviam decidido continuar apoiando os programas que já estavam em andamento e começar a confiar mais nos recursos locais e se havia buscado gerar atividades nas que as mulheres pudessem utilizar e aproveitar os conhecimentos das comunidades às que pertenciam para dar impulso à sua autonomia econômica, capacidade de tomar decisões e a seu direito a uma vida livre de violência. Destacou também a importância de estabelecer uma conexão entre os ministérios de economia e os mecanismos nacionais para o avanço da mulher. Também destacou o papel da solidariedade na busca da igualdade e das alianças com a sociedade civil e com a classe política.

76. A Presidente-Executiva do Instituto Nacional das Mulheres (INAMU) da Costa Rica reconheceu que em seu país haviam-se registrado importantes mudanças desde que uma mulher havia sido eleita Presidente e que o avanço das mulheres era o resultado de muitas décadas de luta de diferentes grupos. Declarou que não bastava que as instituições tivessem uma política de gênero, mas que esta política devia ser transversal. Também fez referência ao trabalho conjunto com os núcleos duros da política, como o Ministério de Finanças e o Ministério do Trabalho e Planejamento para concretizar ações dirigidas à população feminina. Afirmou que as organizações de mulheres deviam encarregar-se de vigiar a obtenção dos recursos necessários para garantir a instrumentação das políticas de gênero. A seguir referiu-se à importância de eliminar a brecha de gênero no setor privado com o apoio dos selos de equidade e de conseguir uma mudança cultural para chegar à corresponsabilidade de homens e mulheres, e assegurou que havia que insistir na elaboração de orçamentos com visão de gênero.

77. Na rodada de encerramento, as panelistas coincidiram na importância de manter o diálogo nos países e de seguir apoiando-se no movimento já iniciado. Destacaram que nunca antes houve tantas mulheres em postos de tomada de decisões e enviaram uma mensagem de empoderamento às presentes para que estivessem conscientes de que o tempo de crise que se vivia também era um tempo de

oportunidades. Expressaram que as chaves para o desenvolvimento econômico eram a educação, o comércio e a integração econômica, e expuseram cinco desafios que deviam ser enfrentados em matéria de gênero: i) agir sobre os silêncios estratégicos que impediam os encarregados de tomar decisões de ver as brechas econômicas entre homens e mulheres, ii) mobilizar recursos financeiros, políticos e técnicos, iii) institucionalizar as mudanças e os avanços, iv) estar ciente que os mecanismos para o avanço da mulher são o enlace entre o movimento de mulheres e o Estado e v) incluir a mudança cultural como eixo transversal das políticas públicas para a igualdade. As expositoras coincidiram em que este último estava no centro dos obstáculos à igualdade e que era urgente impulsionar uma mudança de mentalidade, incluindo o uso de elementos não racionais e simbólicos. Para finalizar, concluíram que graças à persistência dos grupos de mulheres se conseguiriam avanços e que se devia aspirar a dispor de um Estado que permitisse avançar em matéria de igualdade já que na medida em que as mulheres estivessem em melhor situação, os países também estariam em melhor situação.

Informe da Relatora

78. A Relatora apresentou um informe oral no qual antecipou os elementos que fariam parte do informe final da Conferência e informou sobre os prazos para seu exame e aprovação pelos países. Também leu uma carta das organizações de mulheres e organizações feministas participantes da Conferência, na qual se felicitava o Secretário-Geral das Nações Unidas pela criação da nova entidade ONU-Mulheres, aprovada pela Assembleia Geral em virtude da resolução 64/289 de 2 de julho de 2010. Na carta também foi expresso o anseio das organizações de que a região da América Latina e Caribe fosse considerada para ocupar a liderança desse órgão.

Consideração e aprovação dos acordos da Conferência (ponto 6 do temário)

79. Foi submetido à consideração da reunião plenária e foi aprovado o Consenso de Brasília.

Sessão de encerramento

80. Na sessão de encerramento fizeram uso da palavra Alicia Bárcena, Secretária-Executiva da CEPAL, Nilcéa Freire, Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil, e Alejandrina Germán Mejía, Ministra da Mulher da República Dominicana.

81. A Secretária-Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe agradeceu ao Governo do Brasil e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela organização da reunião. Destacou que a CEPAL na reunião havia recebido aportes que enriqueceram um intenso processo de debate e havia assumido o mandato de trabalhar em prol da redução das assimetrias de gênero, da existência de empregos de qualidade, da implementação de políticas sociais que permitissem romper a desigualdade intergeracional, de uma análise mais profunda do papel das instituições e do Estado e da formulação de um novo paradigma de desenvolvimento com igualdade.

82. A Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Brasil felicitou as e os participantes da reunião e elogiou a presença da Secretária-Executiva da CEPAL, que reafirmava o compromisso de traduzir as ideias em ação. Quanto aos progressos realizados desde a décima Conferência, destacou a existência de mais mecanismos para a execução de políticas de gênero e a inclusão de uma parte muito ativa da sociedade civil no processo multilateral de debate. No documento da CEPAL se propunha incidir no processo de desenvolvimento global e de construção de um mundo mais igualitário, respeitando as especificidades de

cada país. As duas resoluções aprovadas pela Conferência refletiam a solidariedade com o Chile e o Haiti pelos terremotos que haviam sofrido. Por último, reiterou que a América Latina e o Caribe deviam desempenhar um papel protagonista na reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que seria realizada em Nova York em setembro de 2010.

83. Ao término da sessão, a Ministra da Mulher da República Dominicana apresentou oficialmente o oferecimento de seu país como sede da décima segunda Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, oferecimento que foi recebido com beneplácito pelas delegações.

Aprovação dos acordos da Conferência

84. Os Estados membros da décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe aprovaram o Consenso de Brasília, cujo texto se apresenta no anexo 1 do presente informe³.

Resoluções

85. Os Estados membros da décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe aprovaram também duas resoluções, cujos textos incluem-se a seguir.

³ O Consenso de Brasília não foi aprovado pelos Estados Unidos (veja o anexo 4).

RESOLUÇÃO 4(XI)**RESOLUÇÃO DA DÉCIMA PRIMEIRA CONFERÊNCIA REGIONAL SOBRE A MULHER DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE A NOVA ENTIDADE ONU-MULHERES**

Os governos dos países participantes na décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe saúdam, expressam seu beneplácito e felicitam o Secretário-Geral das Nações Unidas pela criação da nova entidade ONU-Mulheres, aprovada pela Assembleia Geral em virtude da resolução 64/289, de 2 de julho de 2010.

Agradecem igualmente o seu compromisso com a igualdade de gênero e com os direitos humanos das mulheres e manifestam seu reconhecimento à sua aposta pela paridade, ao haver nomeado mais de 60% de mulheres em cargos de alto nível na Organização.

Ante o funcionamento da nova entidade ONU-Mulheres,

Instam o Secretário-Geral a:

1. *Fortalecer* a arquitetura regional de gênero de caráter intergovernamental das Nações Unidas, que tem sua expressão na Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, órgão subsidiário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Esta é uma instância regional pioneira, integrada pelas mais altas autoridades dos mecanismos nacionais para o avanço da mulher, que tem estado em sessão por mais de 30 anos;

2. *Incorporar* à gestão da nova entidade os acordos substantivos e políticos adotados nas sucessivas conferências regionais. Estes acordos, concretizados por meio de Consensos como os do México, D.F., Quito e Brasília, constituem o mapa do caminho que orienta a agenda regional de gênero e as estratégias para os governos, os órgãos e as organizações das Nações Unidas e a sociedade civil;

3. *Considerar* a possibilidade de que a ONU-Mulheres esteja chefiada por uma pessoa da região da América Latina e do Caribe, com legitimidade e experiência para liderar esta entidade das Nações Unidas. Requer-se uma liderança com habilidades de diálogo em mais alto nível, comprovada capacidade de gestão e mobilização de recursos e compromisso com os direitos humanos das mulheres, respeito pela diversidade e capacidade de diálogo permanente com os governos e a sociedade civil;

4. *Levar em consideração*, neste sentido, a longa trajetória do movimento de mulheres, feministas, indígenas e afrodescendentes da região, seus aportes e seu compromisso com a defesa e promoção de todos os direitos das mulheres, assim como a escassa representação que as mulheres da América Latina e do Caribe ainda têm no sistema das Nações Unidas;

5. *Garantir* que a nova entidade promova a cooperação para o desenvolvimento e para a igualdade de gênero e conte com os recursos financeiros e humanos necessários para cumprir seus objetivos. Para isso, é preciso incrementar os recursos ordinários e extraorçamentários de acordo com o parágrafo 26 da resolução 64/289 da Assembleia Geral. Isto implica somar, completar e aumentar os recursos atualmente disponíveis nos organismos a fundir e manter e fortalecer os recursos para a transversalidade de gênero nos outros organismos e entidades do sistema.

RESOLUÇÃO 5(XI)**RESOLUÇÃO EM SOLIDARIEDADE COM A SITUAÇÃO DO HAITI E DO CHILE
DEPOIS DOS TERREMOTOS**

Os governos dos países participantes na décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe,

Considerando que os terremotos ocorridos no Haiti e no Chile tiveram efeitos devastadores na população e sobretudo nas mulheres,

Decidem:

1. *Apoiar* ativamente os esforços que os governos e os povos do Haiti e do Chile realizam para implementar a recuperação e a reconstrução posteriores ao desastre com ações que contribuam ao desenvolvimento sustentável, aos direitos das mulheres e à igualdade de gênero, respeitando a soberania e a livre determinação de ambos os povos;

2. *Reconhecer* o importante papel que as mulheres cumprem nos processos de reconstrução depois dos desastres e a necessidade de que esta participação seja garantida e fortalecida;

3. *Instar* a comunidade internacional a cumprir o quanto antes seus compromissos com os processos de reconstrução no Haiti.

Anexo 1

CONSENSO DE BRASÍLIA

Os governos dos países participantes na décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, representados por ministras, delegadas e delegados do mais alto nível dedicados à promoção e defesa dos direitos das mulheres, reunidos em Brasília, de 13 a 16 de julho de 2010, para discutir o tema das conquistas e desafios para alcançar a igualdade de gênero com ênfase na autonomia e no empoderamento econômico das mulheres,¹

Ratificando o Consenso de Quito e sua plena vigência, além dos consensos regionais adotados nas anteriores conferências sobre a mulher da América Latina e do Caribe. Reafirmando também nosso compromisso com os tratados internacionais sobre a mulher, principalmente a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e seu Protocolo Facultativo, a Convenção interamericana para prevenir, sancionar e erradicar a violência contra a mulher, a Declaração e Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (1994), o Programa de Ação da Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância (Durban, 2001) e os convênios da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e reafirmando também o compromisso com os demais instrumentos e resoluções em matéria de igualdade de gênero, empoderamento e progresso das mulheres,

Considerando que a região somou-se à Campanha do Secretário-Geral das Nações Unidas “Unite pelo fim da violência contra as mulheres”,

Tendo presente a necessidade de multiplicar os esforços para alcançar efetivamente os objetivos acordados internacionalmente, incluindo os estabelecidos na Declaração do Milênio da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 2000),

Tendo presente também a resolução 54/4 sobre o empoderamento econômico da mulher, aprovada pela Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas em seu quinquagésimo quarto período de sessões (Nova York, 2010),

Reconhecendo que, dentre os avanços realizados pelos países a 15 anos da implementação da Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995), podem-se destacar o incremento do acesso das mulheres à educação e ao atendimento da saúde, a adoção de marcos legais igualitários para a construção e o fortalecimento dos mecanismos para o avanço da mulher, a formulação de planos e programas para a igualdade de gênero, a definição e operacionalização de planos nacionais de igualdade de oportunidades, a aprovação e o cumprimento de legislação para prevenir todas as formas de violência contra a mulher, sancionar aqueles que a exercem e garantir os direitos humanos das mulheres, a presença crescente das mulheres em cargos de tomada de decisões e as medidas dirigidas à luta contra a pobreza,

Reconhecendo também que persistem obstáculos que mostram a necessidade de redobrar os esforços para eliminar todas as formas de violência contra a mulher e que limitam ou impedem a plena

¹ O Consenso de Brasília não foi aprovado pelos Estados Unidos (veja o anexo 4).

igualdade de gênero, tais como a feminização da pobreza, a discriminação no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a falta de proteção social e de pleno acesso à educação e a serviços de saúde, incluindo a saúde sexual e reprodutiva, e o trabalho doméstico não remunerado, a discriminação por raça ou etnia, e as medidas unilaterais contrárias ao direito internacional e à Carta das Nações Unidas, cujas consequências fundamentais recaem sobre as mulheres, meninas e adolescentes,

Reiterando a ativa e coordenada contribuição a estes processos por parte dos poderes do Estado, dos organismos internacionais dedicados à promoção e defesa dos direitos das mulheres e da sociedade civil, por meio do movimento de mulheres e feminista,

Reiterando a contribuição do movimento de mulheres e feminista da região no aprofundamento da democracia, na construção da igualdade real e no desenvolvimento da institucionalidade e de políticas públicas de gênero,

Reafirmando que o caráter laico dos Estados contribui para eliminar a discriminação contra as mulheres e para garantir o exercício pleno de seus direitos humanos,

Reafirmando também que a paridade é uma condição determinante da democracia e uma meta para erradicar a exclusão estrutural das mulheres da sociedade, que afeta sobretudo as mulheres afrodescendentes, dos povos indígenas e com deficiências. Reafirmando igualmente que paridade tem como objetivo alcançar a igualdade no exercício do poder, na tomada de decisões, nos mecanismos de participação e de representação social e política, e nas relações familiares, sociais, econômicas, políticas e culturais,

Considerando também que o trabalho doméstico não remunerado constitui uma carga desproporcional para as mulheres e na prática é um subsídio invisível ao sistema econômico, que perpetua a sua subordinação e exploração,

Dado que um efeito do processo de transição demográfica que os países da região atravessam é o envelhecimento da população, que sobrecarrega as mulheres com a tarefa de cuidar das pessoas idosas e das pessoas enfermas,

Reconhecendo que o acesso à justiça é fundamental para garantir o caráter indivisível e integral dos direitos humanos, incluído o direito ao cuidado,

Assinalando que o direito ao cuidado é universal e requer medidas sólidas para a sua efetiva materialização e a corresponsabilidade por parte de toda a sociedade, do Estado e do setor privado,

Destacando a significativa contribuição das mulheres, em toda sua diversidade, à economia —nas dimensões produtiva e reprodutiva— e ao desenvolvimento de múltiplas estratégias para enfrentar a pobreza e preservar os conhecimentos, incluindo os conhecimentos científicos, e as práticas fundamentais para a sobrevivência e a sustentação da vida, especialmente no que se refere à saúde integral e à segurança alimentar e nutricional,

Considerando que os avanços em matéria de igualdade na região são heterogêneos e que ainda persistem desafios para o alcance da igualdade de gênero que demandam investimentos permanentes e políticas de Estado em relação à divisão sexual do trabalho, ao trabalho doméstico não remunerado, à eliminação da discriminação no mercado de trabalho e à proteção social das mulheres, à prevalência e persistência da violência contra as mulheres, ao racismo, ao sexismo, à impunidade e à lesbofobia, à

paridade em todos os espaços de tomada de decisão e ao acesso a serviços públicos, universais e de qualidade em matéria de conscientização, educação e saúde, incluída a saúde sexual e reprodutiva,

Considerando também que o direito à propriedade da terra, assim como ao acesso à água, bosques e biodiversidade em geral, é mais restringido para as mulheres do que para os homens; que o uso desses recursos naturais está condicionado pela divisão sexual do trabalho; que a poluição ambiental tem impactos específicos sobre as mulheres na cidade e no campo, e que é preciso que o Estado reconheça o aporte das mulheres à conservação da biodiversidade, implemente políticas de ação afirmativa e garanta o exercício de seus direitos neste âmbito,

Considerando igualmente que as mulheres estão marginalizadas do acesso e controle dos meios de comunicação social e das novas tecnologias da informação e que o Estado deve formular políticas específicas que, junto com as universais, garantam a sua participação em condições de igualdade,

Levando em consideração que as crises alimentar, energética e financeira põem em risco a sustentabilidade das conquistas obtidas pelas mulheres e ressaltam a imperativa necessidade de acelerar os progressos em matéria de igualdade de gênero,

Considerando que as medidas adotadas para o alcance da estabilidade macroeconômica não reduziram as desigualdades de gênero e persiste a baixa carga tributária e o baixo investimento público,

Reconhecendo que, apesar das medidas para prever, prevenir ou reduzir ao mínimo suas causas e mitigar seus efeitos adversos, a mudança climática e os desastres naturais podem afetar de forma negativa o desenvolvimento produtivo, o uso do tempo por parte das mulheres, particularmente nas áreas rurais, e seu acesso ao emprego,

Reafirmando a necessidade de superar a tendência à vinculação exclusiva das políticas de igualdade com a área social,

Colocando em destaque a importância e a necessidade de contar com sistemas de seguridade social amplos, inclusivos, sustentáveis, redistributivos, solidários e fortalecidos, que funcionem como mecanismos de proteção social para a população em situação de vulnerabilidade, promovam a justiça social e contribuam para reduzir as desigualdades,

Considerando que a saúde integral das mulheres é um direito fundamental que implica a interação de fatores social, culturais e biológicos e que a desigualdade de gênero forma parte dos determinantes sociais da saúde,

Considerando também que a América Latina e o Caribe continuam sendo a região mais desigual do mundo e que as brechas de gênero, etnia e raça que registra se acentuam; que é impostergável a modificação das bases sociais, políticas, culturais e econômicas que mantêm a divisão sexual do trabalho e que a chave para alcançá-la supõe uma nova equação entre o Estado, a sociedade em seu conjunto, o mercado e as famílias, na qual o trabalho doméstico não remunerado e as tarefas de cuidado sejam entendidos e tratados como assuntos públicos, de responsabilidade compartilhada entre todas estas esferas,

Destacando que a autonomia econômica das mulheres é o resultado de uma articulação entre independência econômica, direitos sexuais e reprodutivos, uma vida livre de violência e paridade na política,

Reconhecendo a importância do fortalecimento das estruturas do Estado e o papel estratégico que têm desempenhado os mecanismos para o avanço da mulher, assim como a necessidade de dotá-los de autonomia e de recursos humanos e financeiros que lhes permitam incidir em forma transversal na estrutura do Estado para a construção de estratégias de promoção da autonomia das mulheres e da igualdade de gênero,

Reconhecendo a persistência do racismo e a conseqüente acumulação de desvantagens para as mulheres afrodescendentes e de povos indígenas,

Considerando que a saúde integral das mulheres depende de medidas concretas para reduzir a morbimortalidade materna e a gravidez na adolescência e assegurar melhor qualidade de vida e que o quinto Objetivo de Desenvolvimento do Milênio é o que está mais longe ser alcançado,

Tendo presente que o crime organizado e a presença de alguns grupos que ameaçam a segurança e o fortalecimento da democracia, e os conflitos armados, com os deslocamentos que provocam, têm especial impacto no tráfico de pessoas, no comércio sexual e na insegurança das mulheres,

Reconhecendo que o território ocupado milenarmente pelas mulheres dos povos indígenas é a base para o seu desenvolvimento econômico e cultural,

Decidem, a fim de enfrentar os desafios para a promoção da autonomia das mulheres e da igualdade de gênero, adotar os seguintes acordos para a ação,

1. Conquistar maior autonomia econômica e igualdade na esfera do trabalho

- a) *Adotar* todas as medidas de política social e econômica necessárias para avançar na valorização social e no reconhecimento do valor econômico do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres na esfera doméstica e do cuidado;
- b) *Fomentar* o desenvolvimento e o fortalecimento de políticas e serviços universais de cuidado, baseados no reconhecimento do direito ao cuidado para todas as pessoas e na noção de prestação compartilhada entre o Estado, o setor privado, a sociedade civil e as famílias, assim como entre homens e mulheres, e fortalecer o diálogo e a coordenação entre todas as partes envolvidas;
- c) *Adotar* políticas que permitam estabelecer ou ampliar as licenças dos pais, assim como outras licenças para cuidado dos filhos e filhas, a fim de contribuir para a distribuição das tarefas de cuidado entre homens e mulheres, incluindo as licenças de paternidade irrenunciáveis e intransferíveis, que permitam avançar na corresponsabilidade;
- d) *Impulsionar* o estabelecimento, nas contas nacionais, de uma conta satélite sobre o trabalho doméstico não remunerado e o trabalho de cuidado que as mulheres realizam;
- e) *Impulsionar* mudanças no âmbito jurídico e programático para o reconhecimento do valor produtivo do trabalho não remunerado nas contas nacionais, para a formulação e aplicação de políticas transversais,
- f) *Desenvolver* políticas ativas referidas ao mercado de trabalho e ao emprego produtivo a fim de estimular a taxa de participação laboral feminina, de formalização do emprego e da ocupação de cargos de poder e decisão por parte das mulheres, assim como a redução das taxas de desemprego, especialmente das mulheres afrodescendentes, dos povos indígenas e das jovens afetadas pela discriminação racial, de sexo e orientação sexual, a fim de assegurar trabalho digno para todas e garantir igual salário por trabalho de igual valor;

- g) *Impulsionar e fazer cumprir* leis de igualdade no trabalho que eliminem a discriminação e as assimetrias de gênero, raça, etnia e orientação sexual no acesso e permanência no mercado de trabalho, na tomada de decisões e na distribuição das remunerações, e que estabeleçam mecanismos de apresentação de queixas e determinem sanções para as práticas de acoso sexual e outras formas de assédio no espaço de trabalho;
- h) *Promover e incidir* na aprovação de uma legislação que equipare os direitos das trabalhadoras domésticas² com os direitos dos demais trabalhadores, regulamentando sua proteção, promovendo sua valorização social e econômica e erradicando o trabalho doméstico infantil;
- i) *Promover* a ratificação e implementação do Convênio 156 da Organização Internacional do Trabalho;
- j) *Garantir* igual remuneração por trabalho de igual valor entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres, em conformidade com os convênios internacionais ratificados, em particular com o Convênio 100, 111 e 112 da Organização Internacional do Trabalho, e as normas internacionais em matéria de direitos das mulheres;
- k) *Promover* a adoção de políticas e programas de formação profissional para as mulheres, urbanas e rurais, em áreas competitivas e dinâmicas da economia, para alcançar o acesso às tecnologias e ao reconhecimento das tecnologias tradicionais e à uma participação feminina mais ampla, diversificada e qualificada no mercado de trabalho, considerando também as limitações impostas pela jornada de trabalho dupla;
- l) *Garantir* o acesso das mulheres a ativos produtivos, incluindo a terra e os recursos naturais, e o acesso ao crédito produtivo, tanto urbano como rural;
- m) *Promover* a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais e povos indígenas, assim como nos povos afrodescendentes ou grupos minoritários e das mulheres migrantes através das remessas;
- n) *Promover também* a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do fomento da capacidade empresarial, da associação e do cooperativismo, mediante a integração das redes de mulheres a processos econômicos, produtivos e de mercados locais e regionais;
- o) *Impulsionar e aprofundar*, no setor público e privado, na adoção de sistemas de gestão de igualdade de gênero que promovam a não discriminação das mulheres no emprego, a conciliação da vida profissional, privada e familiar, e a prevenção e erradicação de todas as formas de violência de gênero no âmbito do trabalho, principalmente o acoso sexual e outras formas de assédio no espaço de trabalho;
- p) *Estabelecer* legislação orientada à certificação de estudos e programas de educação não formal que habilitem as mulheres adultas para a produtividade e o emprego;
- q) *Adotar* medidas para eliminar todas as formas de violência econômica exercida contra as mulheres, particularmente aquelas que atentam contra a sua dignidade humana ou que as excluem do direito a receber recursos financeiros com vistas a estimular a sua autonomia e o respeito a seus direitos na esfera do trabalho.

² O termo foi extraído do documento “El trabajo decente para los trabajadores domésticos”, apresentado pela Comissão dos Trabalhadores Domésticos na 99ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho celebrada em Genebra em junho de 2010, que no parágrafo 145, item b), diz “La expresión [trabajador o trabajadora doméstica] [trabajador o trabajadora del hogar] debería designar a toda persona que realice trabajo doméstico en el marco de una relación de trabajo”, ou seja, que a expressão [trabalhador ou trabalhadora doméstica] [trabalhador ou trabalhadora de casa] deveria referir-se a toda pessoa que realize trabalho doméstico no âmbito de uma relação de trabalho.

2. Fortalecer a cidadania das mulheres

- a) *Promover e fortalecer* políticas de Estado que garantam o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos das mulheres, de todas as idades e condições, como base substantiva dos processos democráticos;
- b) *Garantir* a liberdade religiosa e de culto, sempre que respeitem os direitos humanos das mulheres;
- c) *Propiciar* que as políticas fiscais combinem critérios de eficácia com critérios de equidade, ressaltando sua função redistributiva e progressiva, que assegurem a execução de políticas que garantam o desenvolvimento das mulheres;
- d) *Promover e assegurar* a transversalização do enfoque de gênero, raça e etnia em todas as políticas, especialmente na política econômica e cultural, e na articulação entre os poderes do Estado e os atores sociais para garantir a igualdade de gênero;
- e) *Aumentar* o investimento público em seguridade social, de modo que abranja em forma integral as demandas específicas de cuidado e proteção social que as mulheres requerem em situações relacionadas com a enfermidade, a deficiência, o desemprego e os ciclos vitais, especialmente na infância e na velhice;
- f) *Fortalecer* a produção da informação estatística necessária desagregada para tornar visíveis os problemas de desigualdade de gênero no âmbito da autonomia física e econômica e da tomada de decisões;
- g) *Adotar* o enfoque e as medidas de igualdade de gênero, raça e etnia, em relação com a política econômica, fiscal e tributária, a reforma agrária, o acesso à propriedade da terra, a moradia e outros recursos produtivos, para assegurar a redistribuição equitativa da riqueza;
- h) *Realizar* estudos sobre os efeitos da crise econômica, financeira, alimentar, energética e ambiental nas mulheres, em especial nos fluxos migratórios internos e internacionais e na reconfiguração de todas as esferas;
- i) *Avançar* na adoção de medidas que melhorem a situação das mulheres migrantes e de suas famílias, considerando a situação de vulnerabilidade pela qual atravessam, a fim de melhorar sua situação trabalhista e sua inclusão social, tanto em seu país de origem quanto no de destino;
- j) *Desenvolver* políticas que favoreçam a radicação das mulheres no campo e o emprego rural nas áreas afetadas por processos de reconversão produtiva e assegurar os mecanismos necessários para sua efetiva implementação;
- k) *Implementar* medidas que tendam a eliminar as limitações específicas que as mulheres enfrentam no acesso aos serviços financeiros formais como a poupança, o crédito, os seguros e as transferências;
- l) *Garantir* o direito e o acesso das mulheres à propriedade das terras e das moradias concedidas pelos programas habitacionais dos governos, com títulos de propriedade, respeitando o direito das mulheres dos povos indígenas ao seu território, já que é a base para o desenvolvimento econômico e cultural;
- m) *Promover* a reformulação dos sistemas previdenciários nacionais, a fim de incluir em sua cobertura as trabalhadoras do mercado informal, as agricultoras de produção familiar, as trabalhadoras autônomas, e as trabalhadoras domésticas³, as diversas formas de família, incluindo os casais de mesmo sexo e as mulheres que se dediquem a atividades relacionadas com o cuidado;
- n) *Impulsionar* a revisão dos sistemas previdenciários nacionais existentes, para que garantam os direitos das mulheres como beneficiárias, contemplando a situação de sua incorporação ao mercado de trabalho;

³ Veja a definição de trabalhadora doméstica na nota 1.

- o) *Implementar* sistemas de gestão de riscos naturais e antrópicos com enfoque de gênero, étnico e racial que permitam atender as causas e consequências dos desastres naturais e os impactos diferenciais destes e da mudança climática nas mulheres, com ênfase particular na recuperação dos meios de vida sustentáveis, na administração de refúgios e albergues, na saúde sexual e reprodutiva, na prevenção da violência de gênero e na superação das barreiras que impedem uma rápida inserção ou reinserção das mulheres no emprego formal, devido ao seu papel no processo de reconstrução econômica e social;
- p) *Impulsionar* a reforma do sistema e das práticas educativas para que se introduza em seu conteúdo a transmissão do conceito de corresponsabilidade na vida familiar e pública;
- q) *Fomentar* a ruptura de estereótipos de gênero por meio de medidas dirigidas aos sistemas educativos, aos meios de comunicação e às empresas;
- r) *Incorporar* as variáveis sexo, etnia e raça, considerando a autoidentificação como critério básico para o registro da informação nos censos de população e moradia, pesquisas de domicílios, pesquisas rurais e registros vitais, dentre outros;
- s) *Elaborar e aplicar* políticas e planos de educação ao longo de toda a vida com recursos suficientes, com metas mensuráveis, especialmente dirigidos a mulheres jovens e adultas, a fim de reforçar o exercício pleno de sua cidadania.

3. Ampliar a participação das mulheres nos processos de tomada de decisões e nas esferas de poder

- a) *Incrementar e reforçar* os espaços de participação igualitária das mulheres na formulação e implementação das políticas em todos os âmbitos do poder público;
- b) *Adotar* todas as medidas que sejam necessárias, incluindo mudanças em nível legislativo e políticas afirmativas, para assegurar a paridade, a inclusão e a alternância étnica e racial em todos os poderes do Estado, nos regimes especiais e autônomos, no âmbito nacional e local e nas instituições privadas, a fim de fortalecer as democracias da América Latina e do Caribe com uma perspectiva étnico-racial;
- c) *Contribuir* ao empoderamento das lideranças de mulheres indígenas para eliminar as brechas existentes e garantir sua participação em espaços de decisão respeitando o consentimento livre, prévio e informado para a formulação e implementação de políticas públicas nacionais e regionais;
- d) *Promover* a criação de mecanismos e apoiar os que já existem para assegurar a participação político-partidária das mulheres que, além da paridade nos registros de candidaturas, assegurem a paridade de resultados, garantam o acesso igualitário ao financiamento de campanhas e à propaganda eleitoral, assim como sua inserção nos espaços de decisão nas estruturas dos partidos políticos. Da mesma forma, criar mecanismos para sancionar o descumprimento das leis neste sentido;
- e) *Estimular* ações para garantir o acesso das mulheres aos espaços de decisão, e fortalecer, entre outros, a sindicalização feminina, tanto no meio urbano como no rural, com vistas a avançar em matéria de igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens no âmbito laboral;
- f) *Impulsionar* a criação e o fortalecimento dos mecanismos governamentais de políticas para as mulheres em nível nacional e subnacional, dotando-os dos recursos necessários e da mais alta hierarquia governamental de acordo com os contextos nacionais;
- g) *Promover* a representação paritária nos parlamentos regionais, como, por exemplo, no Parlamento do Mercosul, Parlamento Centro-Americano, Parlamento Andino e Parlamento Latino-Americano;

- h) *Impulsionar* a criação e o fortalecimento da observação cidadã sobre os processos eleitorais e o estabelecimento de mecanismos institucionais para o cumprimento das legislações que garantem a participação política das mulheres;
- i) *Criar* mecanismos de apoio à participação pública e política das mulheres jovens, sem discriminação de raça, etnia e orientação sexual, em espaços de tomada de decisões e o respeito a suas expressões organizativas próprias, propiciando condições para a prevenção de estigma geracional de suas formas próprias de organização e expressão;
- j) *Promover* medidas para incrementar a participação das mulheres nos conselhos de administração das empresas.

4. Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres

- a) *Adotar* medidas preventivas, penais, de proteção e atenção que contribuam à erradicação de todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços públicos e privados, prestando especial atenção às mulheres afrodescendentes, indígenas, lésbicas, transgênero, do campo, da selva, migrantes e das zonas de fronteira;
- b) *Ampliar e garantir* o acesso efetivo à justiça e a assistência jurídica gratuita das mulheres em situação de violência e capacitar e sensibilizar, com um enfoque de gênero, o pessoal e os funcionários encarregados da justiça;
- c) *Adotar* todas as medidas necessárias e efetivas para prevenir, sancionar e erradicar todas as formas de tráfico de mulheres, jovens e meninas, para exploração sexual ou qualquer outro fim;
- d) *Formular e aplicar* medidas para combater a violência contra as mulheres que exercem a prostituição;
- e) *Garantir* os direitos humanos das mulheres privadas de liberdade;
- f) *Incorporar* nas políticas de segurança pública medidas específicas para prevenir, investigar, sancionar, punir e erradicar o femicídio e o feminicídio, entendidos como a forma mais extrema de violência de gênero contra as mulheres;
- g) *Promover* políticas e programas para prevenir a violência contra as mulheres dirigidos aos agressores e a suas famílias para evitar a reincidência;
- h) *Promover* políticas dirigidas à mudança dos padrões socioculturais que reproduzem a violência e a discriminação das mulheres;
- i) *Criar* sistemas nacionais de vigilância da violência de gênero para coletar, compilar e analisar dados sobre a violência de gênero com vistas a influir nas políticas e programas nacionais e locais;
- j) *Assegurar* que em situações de desastres naturais ou climáticos as mulheres não sejam vítimas nem corram risco de qualquer tipo de violência e que a ajuda humanitária contemple as necessidades das mulheres, evitando uma dupla vitimização;
- k) *Promover e fortalecer* programas de sensibilização e capacitação com perspectiva de gênero, dirigidos a operadores de justiça, que assegurem um atendimento de qualidade e eliminem a violência institucional contra as mulheres;
- l) *Adotar* medidas de segurança cidadã dentro das estratégias regionais e nacionais que incluam critérios de gênero e diversidade das cidades e/ou comunidades como espaços de encontro de todas as pessoas, que assegurem um ambiente isento de violência contra as mulheres;
- m) *Garantir* o atendimento integral, multiprofissional e gratuito para as mulheres vítimas de violência;
- n) *Promover e adotar* medidas para a alocação orçamentária aos programas de prevenção e atendimento da violência contra as mulheres.

5. Facilitar o acesso das mulheres às novas tecnologias e promover meios de comunicação igualitários, democráticos e não discriminatórios

- a) *Promover* ações que facilitem o acesso das mulheres de todas as idades às comunicações e às novas tecnologias da informação, como a educação e a capacitação sobre o uso de tais tecnologias para a criação de redes, a promoção e o intercâmbio de informação, as atividades educativas e o emprego especializado nas atividades econômicas;
- b) *Formular* políticas orientadas a eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios em meios de comunicação e capacitar os profissionais da comunicação em tal sentido, valorizando as dimensões de gênero, raça, orientação sexual e geração;
- c) *Construir* mecanismos de monitoramento do conteúdo transmitido pelos meios de comunicação social, assim como nos espaços de regulação da Internet, assegurando a participação ativa e constante da sociedade com o fim de eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios;
- d) *Promover e garantir* o acesso das mulheres, sobretudo de povos indígenas e afrodescendentes, aos meios de comunicação de massa por meio de programas que incorporem as línguas próprias e as identidades culturais em espaços comunitários de rádio e audiovisuais;
- e) *Promover* o acesso das mulheres à ciência, à tecnologia e à inovação, estimulando o interesse das meninas e das jovens nestes campos científicos e tecnológicos.

6. Promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres

- a) *Garantir* as condições e os recursos para a proteção e o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres em todas as etapas de seu ciclo de vida e nos diversos grupos populacionais, sem nenhum tipo de discriminação, com base no enfoque integral promovido pelo Programa de Ação da Conferência sobre População e Desenvolvimento;
- b) *Incluir*, nos orçamentos nacionais e subnacionais, recursos suficientes para a ampliação da oferta pública de serviços de qualidade para o atendimento integral da saúde das mulheres, em toda sua diversidade, em particular de doenças crônicas e não transmissíveis.
- c) *Fomentar* a regulamentação e a implementação das leis aprovadas em matéria de igualdade de gênero, incluindo as relativas à autonomia física, e favorecer o acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho;
- d) *Garantir* o acesso à educação sexual implementando programas de educação sexual integral com perspectiva de gênero e pertinência cultural;
- e) *Garantir* o acesso universal das mulheres, em toda a sua diversidade, a serviços integrais e de qualidade em saúde sexual e reprodutiva, incluindo o atendimento do HIV e da AIDS, sua prevenção, diagnóstico e tratamento gratuito e em especial promover campanhas para o uso dos preservativos masculinos e femininos;
- f) *Revisar* as leis que prevêem medidas penais contra as mulheres que tenham sido submetidas a abortos, conforme o recomendado na Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, incluindo as novas medidas e iniciativas para a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, assim como no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, e nas observações do Comitê contra a Tortura das Nações Unidas, e garantir a realização do aborto em condições seguras nos casos autorizados por lei;
- g) *Fortalecer e ampliar* os planos e programas que promovam a maternidade saudável e previnam a mortalidade materna, assegurando o acesso universal aos serviços de saúde, especialmente para as adolescentes e mulheres de povos indígenas e afrodescendentes;

- h) *Promover* a redução da gravidez na adolescência mediante a educação, a informação e o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o acesso a todos os métodos anticoncepcionais;
- i) *Promover* o acesso das mulheres de povos indígenas e afrodescendentes a serviços de saúde, com pertinência cultural e linguística, incorporando e valorizando os conhecimentos e práticas da medicina ancestral e tradicional, exercidos especialmente pelas mulheres;
- j) *Recomendar* que, na Reunião plenária de alto nível da Assembleia Geral sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que será realizada em setembro de 2010, se dê especial atenção à meta 5B relativa ao acesso universal à saúde reprodutiva.

7. Realizar atividades de capacitação, intercâmbio e difusão que permitam a formulação de políticas públicas baseadas nos dados do Observatório da igualdade de gênero da América Latina e Caribe

- a) *Solicitar* à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe o desenvolvimento de atividades de formação e criação de capacidades, de intercâmbio e difusão de experiências, incluindo aquelas de incidência política, dirigidas a aqueles que planejam as políticas públicas e aos operadores políticos, com o fim de coligir as práticas dos países e avançar na formulação de políticas públicas baseadas nos dados do Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, e que constituam uma fonte geral de conhecimento e um complemento do Observatório.

8. Promover a cooperação internacional e regional para a equidade de gênero

- b) *Impulsionar* programas de cooperação regional, sub-regional e multilateral, aproveitando os processos de integração para o desenvolvimento socioeconômico que ocorrem na América Latina e no Caribe, particularmente ações que promovam a igualdade de gênero;
- c) *Fortalecer* a cooperação Sul-Sul para o alcance da igualdade de gênero e o avanço das mulheres;
- c) *Instar* os doadores a cumprir os seus compromissos em matéria de assistência oficial para o desenvolvimento, como um elemento essencial para a promoção da igualdade de gênero.

9. Acolher com beneplácito o oferecimento do Governo da República Dominicana de ser anfitrião da décima segunda Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe

Anexo 2

RESERVA DO CHILE

A delegação do Chile solicita à Mesa Diretiva da décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe realizar a seguinte Reserva:

Brasília, 16 de julho de 2010

A Delegação do Chile na décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, de acordo com a Constituição Política da República do Chile que protege a vida daquele que vai nascer, subscreve o Consenso de Brasília entendendo de que este não implica um endosso ao aborto.

Anexo 3

RESERVA DA COSTA RICA

O Governo da Costa Rica solicita à Mesa Diretiva da décima primeira Conferência Regional sobre as Mulheres da América Latina e do Caribe realizar as seguintes Reservas:

Brasília, 16 de julho de 2010

Senhora
Alicia Bárcena
Secretária-Executiva
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

Prezada Senhora:

Tenho a honra de dirigir-me à Senhora, por ocasião de referir-me ao Consenso de Brasília, subscrito em 16 de julho de 2010. Considerando que a República da Costa Rica é um país com uma tradição democrática centenária, com uma decidida vocação de respeito aos direitos humanos e promotor da tolerância, apoia o Consenso de Brasília com a certeza de que este instrumento será valioso para a promoção e o avanço das mulheres da região.

Consequentemente, a Costa Rica tem adotado, assinado e ratificado todos os instrumentos que promovem a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, e tem vindo adequando a sua legislação nacional a estes instrumentos, especialmente em relação com a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher.

Neste sentido, reafirmamos nossa vontade de subscrever o conteúdo do presente Consenso, mas solicitamos deixar constância no informe das seguintes reservas do Governo da República da Costa Rica:

1. Para o Consenso de Brasília reiteramos a reserva ao considerando 9 que diz textualmente, “*Reafirmando* que o caráter laico dos Estados contribui para eliminar a discriminação contra as mulheres e garantir o exercício pleno de seus direitos humanos”.
A Costa Rica consagra em sua Constituição Política a liberdade de culto e os avances registrados a favor das mulheres em todos os âmbitos de seu desenvolvimento, político, econômico, social e cultural foram alcançados com a constituição atual, que contempla um Estado confessional e uma absoluta liberdade de cultos. A inclusão deste ponto na parte das considerações não constitui um aspecto primordial para alcançar os objetivos que se pretendem na luta das mulheres.
2. Reiteramos a reserva à medida f) do eixo: promover a saúde integral e os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, que diz textualmente: “*Revisar* as leis que prevêm medidas penais contra as mulheres que tenham sido submetidas a abortos, conforme o recomendado na Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, incluindo as novas medidas e iniciativas para a aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, assim

como no Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, e nas observações do Comitê contra a Tortura das Nações Unidas, e garantir a realização do aborto em condições seguras nos casos autorizados por lei”.

A Sala Constitucional da República da Costa Rica em reiteradas oportunidades tem afirmado que, “a partir do momento em que tenha sido concebida, uma pessoa é uma pessoa e estamos ante um ser vivo, com direito a ser protegido pelo ordenamento jurídico” (Exp: 01-003721-0007-CO Res: 2001-06685), de acordo com as normas jurídicas e a Constituição Política vigentes na Costa Rica.

3. A Costa Rica deseja fazer constar que entende quando se fala de direitos sexuais e reprodutivos, que estes se referem à capacidade que a mulher e o homem têm de alcançar e manter a saúde sexual e reprodutiva, no âmbito de relações de igualdade e respeito mútuo. Além disso, a autonomia física implica o exercício do poder e o controle sobre seu próprio corpo, sua sexualidade e fertilidade, assim como o direito a uma vida livre de violência (sexual, física, psicológica), em respeito ao marco normativo nacional vigente.

Senhora Secretária, receba a expressão de minha mais alta e distinguida consideração,

Maureen Clarke Clarke
Presidente-Executiva
INAMU

Anexo 4

EXPLICAÇÃO DE POSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

A delegação dos Estados Unidos deseja fazer a seguinte explicação de posição:

O Governo dos Estados Unidos apoia firmemente as medidas que se tomam no hemisfério para promover e assegurar a igualdade de direitos das mulheres, incluindo as medidas para prevenir a violência contra as mulheres e para aumentar seu empoderamento econômico. No entanto, o Governo dos Estados Unidos não está de acordo com muitas das disposições do Consenso de Brasília e se opõe a muitas delas, pelo que não se encontra entre os participantes da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe que aprovaram o referido documento.

Anexo 5

RESERVA DA NICARÁGUA

Nova York, 20 de agosto de 2010

Sra.
Alicia Bárcena
Secretária-Executiva
Comissão Econômica para a
América Latina e o Caribe
Em mãos

Prezada Senhora Bárcena:

O Governo da República da Nicarágua fixou como uma de suas prioridades a restituição dos direitos das mulheres nicaraguenses em todos os âmbitos da sociedade. Adquirimos um compromisso firme, expressado através de políticas públicas eficazes, que permitem avançar em direção à equidade de gênero e ao empoderamento da mulher, transitando da retórica à prática. Nossas mulheres conquistaram espaços de poder nos processos de tomada de decisões, na vida econômica, social e cultural do país. Também temos procurado propiciar-lhes os meios básicos para sua superação como saúde e educação gratuita, acesso aos meios de produção, dentre outros.

O Governo da República da Nicarágua, por motivos de força maior, não teve a oportunidade de estar representado na décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, celebrada em Brasília, de 13 a 16 de julho de 2010. Não obstante, o Governo da República da Nicarágua considera que o documento emanado da referida Conferência, conhecido como Consenso de Brasília, é um excelente documento para a proteção e promoção dos direitos da mulher em nossa região e está em consonância com as políticas públicas do nosso país.

Pelo exposto anteriormente, o Governo da República da Nicarágua se une ao Consenso de Brasília aprovado pelos *governos dos países participantes na décima primeira Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe*, entendido que este não implica um endosso ao aborto.

O Governo da Nicarágua, de acordo com sua Constituição e suas leis, reafirma que toda pessoa tem direito à vida, sendo este direito fundamental e inalienável e que este direito começa no momento da concepção.

O aborto ou a interrupção da gestação em nenhuma circunstância poderão ser considerados como um meio de regulação da fecundidade ou de controle da natalidade; toda legislação interna que regula esta matéria é soberania da nação da Nicarágua.

Solicito que esta Reserva Geral conste no informe desta Conferência.

Aproveitando a oportunidade para expresar-lhe minha mais alta consideração.

Atenciosamente,

S.E. Maria Rubiales de Chamorro
Representante Permanente da Nicarágua
ante as Nações Unidas e
Vice-Ministra de Relações Exteriores

Anexo 6

CARTA DAS ORGANIZAÇÕES DE MULHERES E ORGANIZAÇÕES FEMINISTAS

Brasília, 15 de julho de 2010

Excelentíssimo Sr. Ban Ki-moon
Secretário-Geral das Nações Unidas

Por ocasião da XI Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, realizada em Brasília de 13 a 16 de julho de 2010, reunindo representantes de governos e da sociedade civil, dos países da região, nos dirigimos a Vossa Excelência para felicitá-lo pela aprovação, por parte da Assembleia Geral, da criação de ONU-Mulheres.

Reconhecendo a importância fundamental que este novo organismo exercerá para o aprofundamento das políticas de igualdade de gênero, assim como para o alcance das reivindicações de organizações e movimentos de promoção de direitos das mulheres, expressamos nosso anseio de que a região da América Latina e do Caribe, que teve um papel destacado nas conquistas e no cumprimento dos objetivos do Cairo e de Beijing, seja contemplada com a liderança desse órgão.

As razões que motivam e sustentam nossa reivindicação derivam dos seguintes fatos:

- A América Latina e Caribe possuiu movimentos de mulheres dos mais destacados do planeta.
- Tais movimentos foram pioneiros na conquista de espaços institucionais e políticos do mais alto nível que desenvolveram experiências históricas e políticas públicas inovadoras para a afirmação das cidadanias femininas.
- Existem na América Latina e no Caribe lideranças expressivas de mulheres que acumularam experiência governamental com comprovada capacidade de gestão democrática e compromisso com os direitos das mulheres.
- As sociedades da América Latina e Caribe, pouco representadas nas diversas instâncias das Nações Unidas, apresentam uma acentuada pluralidade cultural, étnica, racial e religiosa, expressadas na diversidade de sua população, que favorece o diálogo com as diferentes regiões do mundo, o que é imprescindível para o exercício da direção desse novo organismo.

À espera de sua consideração, nos despedimos

Atenciosamente

Organizações de mulheres e organizações feministas,
participantes da XI Conferência Regional
sobre a Mulher em Brasília.

Anexo 7

**LISTA DE PARTICIPANTES
LIST OF PARTICIPANTS**

**A. Estados membros da Comissão
Member States of the Commission
États membres de la Commission**

ALEMANHA/GERMANY

Membros da delegação/Delegation members:

- Claudia Meyer, Agregada de Assuntos Sociais da Embaixada da Alemanha no Brasil
- Mirtha Sudbrack, responsável pelos assuntos de gênero do projeto de Cooperação Regional Sul-Sul em HIV/AIDS na América Latina e no Caribe, Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) responsible for gender issues for the project “Regional South-South Cooperation HIV/AIDS in Latin America and the Caribbean”, German Agency for Technical Cooperation (GTZ)
- Ludmilla O. Diniz, responsável pelos assuntos de gênero do Programa de Energia e Ambiente, Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ)/ responsible for gender issues for the Energy and Environment Programme in Brazil, German Agency for Technical Cooperation (GTZ)

ANTIGUA E BARBUDA/ANTIGUA AND BARBUDA

Representante/Representative:

- Sheila Roseau, Diretora-Executiva de Assuntos de Gênero/Executive Director, Directorate of Gender Affairs

ARGENTINA

Representante/Representative:

- María Fabiana Loguzzo, Diretora da Mulher, Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto

Membros da delegação/Delegation members:

- Diana Juárez, Coordenadora Geral, Programa Médicos Comunitários, Ministério de Saúde
- Marcela Bordenave, Assessora em temas de gênero, Ministério de Relações Exteriores
- Sandra Dosch, Ministra, Vocal da Comissão Cascos Blancos
- Malena Derdoy, Diretora de Políticas de Gênero, Ministério de Defesa da Nação
- Cecilia Manigrasso, programa Las Víctimas contra las Violencias, Ministério de Justiça, Seguridad e Derechos Humanos
- Elisa Noemi Schuster, Presidente Regional, Fórum de Mulheres do MERCOSUL
- Eva Gamboa, Conselho Nacional da Mulher Indígena (CONAMI)
- Norma Sanchís, Rede Internacional de Gênero e Comércio
- Susana Pastor, Comissão de Equidade de Gênero do Conselho Consultivo (CSC)
- Susana Stilman, Comissão de Equidade de Gênero do Conselho Consultivo (CSC)
- Dafne Plour, Comissão de Equidade de Gênero do Conselho Consultivo (CSC)

- Ana Falú, Comissão de Equidade de Gênero do Conselho Consultivo (CSC)
- Cecilia Lipszyc
- María Eugenia Bagnasco, Consultora Gerência de Recursos Humanos, Programa Médicos Comunitários, Argentina

BARBADOS

Representante/Representative:

- Irene Sandiford-Garner, Parliamentary Secretary in the Ministry of Health

Membros da delegação/Delegation members:

- Yvette Goddard, Embaixadora de Barbados na República Federativa do Brasil/Ambassador of Barbados to the Federative Republic of Brazil
- Patricia Hackett-Codrington, Programme Officer, Bureau of Gender Affairs

BELIZE

Representante/Representative:

- Icilda Humes, Director of the Women's Department of the Ministry of Human Development and Social Transformation

BRASIL/BRAZIL

Representante/Representative:

- Nilcéa Freire, Ministra, Secretaria de Política para as Mulheres

Membros da delegação/Delegation members:

- Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores
- Celso França, Chefe da Coordenação-Geral de Organizações Econômicas, Ministério das Relações Exteriores
- Andrea Lorena Butto Zarzar, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Assessora Especial do Gabinete do Ministro, Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Carla Charbel Stephanini, Coordenadora Especial, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para a Mulher do Estado de Mato Grosso do Sul
- Leonor da Costa, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério do Trabalho e Emprego
- Helena de Carvalho Fortes, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)
- Terezinha Beraldo, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)
- Natália Fontoura, Coordenadora de Igualdade de Gênero, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)
- Verônica Freire Ferreira Lima e Silva, Coordenadora, Comitê Permanente para Questões de Gênero, Ministério das Minas e Energia
- Terezinha Gomes de Magalhães Lameira, Coordenadora Especial, Coordenadoria Especial de Promoção da Política para Igualdade de Gênero da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
- Lúcia Maria Maierá, Assessora Especial, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Célia Maria Farias Vieira, Assessora, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Maria Liège Santos Rocha, Secretária Nacional da Mulher
- Emília Fernandes, Deputada Federal, Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, Brasil

- Rosiléa Maria Roldi Wille, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Coordenadora Geral de Direitos Humanos, Ministério da Educação (MEC)
- Eliana Ferreira da Glória Silva, Coordenadora, Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (CEPAM)
- Vanda de Souza Vieira, Gerente de Políticas de Gênero, Prefeitura Municipal de Vitória
- Cecília Teixeira Soares, Superintendente, Superintendência de Direitos da Mulher da Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos do Rio de Janeiro
- Vera Lúcia Teixeira, Gestora - Estadual - Coordenadora, Governo do Estado de Santa Catarina
- Ester de Castro Nogueira Azevedo, Superintendente de Políticas para Mulheres, Secretaria de Estado da Cidadania e Justiça
- Raquel Viana, Secretaria de Políticas para Mulheres, Prefeitura Municipal de Fortaleza
- Douraci Vieira dos Santos Doura, Secretária, Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Estado da Paraíba
- Ariane Carla Pereira, Superintendente, Superintendência de Políticas para Mulheres da Prefeitura Municipal de Salvador
- Maria José Machado, Coordenadora, Secretaria de Estado do Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social
- Maria Amélia Lima Freire, Coordenadora de Políticas para Mulheres
- Neusa Nunes Malheiros, Coordenadora, Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado de Sergipe
- Berenice Rosa Francisco, Membro Representante dos Municípios - Fórum Nacional de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM/ Coordenadora da Coordenadoria da Mulher - Prefeitura Municipal de Campinas
- Rejane Maria Pereira da Silva, Secretária da Mulher, Prefeitura do Recife
- Naiara Correa, Coordenadora, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Ana Arraes, Deputada Federal, Câmara dos Deputados
- Jeanete Mazzeiro, Conselheira Titular, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Fórum de Mulheres do Mercosul
- Estela Maria Aquino, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Associação Brasileira de Pós – Graduação em Saúde Coletiva (ABRASCO)
- Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Rede Nacional Feminista da Saúde
- Arlete Carminatti Zago, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil (BPW)
- Albertina de Oliveira Costa, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM)
- Claudia Prates, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Marcha Mundial de Mulheres (MMM/SOF)
- Rita de Cassia Paste Camata, Deputada Federal, Câmara dos Deputados
- Dalva Figueiredo, Deputada Federal, Câmara dos Deputados
- Daiane de Oliveira Lopes Andrade, Socióloga, Ministério da Educação (MEC)
- Luiza Erundina, Deputada Federal, Câmara dos Deputados
- Ana Lúcia Sabóia, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Gerente, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- Denise Aparecida Carvalho, Secretária de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial do Estado de Goiás (SEMIRA)
- Sônia Malheiros Miguel, Subsecretária, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Rosa Maria Marinho Rocha, Assessora Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)

- Maria Lúcia de Santana Braga, Assessora Técnica, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Fernanda Reznik, Assessora Especial, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Daniela Fernandes Alarcon, Assessora Técnica, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Maria Márcia dos Santos Leporace, Gerente de Projetos, Subsecretaria de Articulação Institucional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Renata Laviola Carreiro, Assessora de Cerimonial e Eventos, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Olga Alessandra da Silva, Assessoria de Cerimonial e Eventos, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Marinézia Gomes Toné, Secretária, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Maria Dulce Silva, Diretora de Políticas para Mulheres, Coordenadoria Estadual de Direitos Humanos e Juventude do Piauí (CDJH/PI-DPM)
- Vera Lúcia Ubaldino Machado, Membro-Conselheira, Rede de Economia e Feminismo / Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (REF/CNDM)
- Angela Cristina Kravczyk, Coordenadora, Coordenação Municipal da Mulher, Governo Municipal de Porto Alegre, RS
- Maria Araújo de Aquino, Assessora Especial da Mulher, Assessoria Especial da Mulher (Assemulher)
- Janete Rocha Pietá, Deputada Federal, Câmara dos Deputados
- Fátima Bezerra, Deputada Federal, Câmara dos Deputados
- Susana Cabral, Secretária-Executiva, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Secretaria de Política para as Mulheres (CNDM/SPM/PR)
- Quenes Silva Gonzaga, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Secretaria-Geral, Presidência da República
- Catharina Nunes Bacelar, Secretária, Secretaria de Estado da Mulher
- Mônica Sapucaia, Assessoria Especial, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Teresa Cristina Nascimento Sousa, Secretária Executiva, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Aparecida Gonçalves, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Hildete Pereira de Melo, Gerente de Projetos, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Maria Elisabete Pereira, Diretora, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Stéfane Silva, Técnica de Suporte, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Eunice Lea de Moraes, Gerente de Projetos, Subsecretaria de Articulação Institucional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Thereza Lamare, Coordenadora Área Técnica da Saúde da Mulher, Ministério da Saúde
- Monica Aparecida Rodrigues, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Substituta, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Maria do Socorro Santos Ribeiro, Diretora, Departamento de Atenção às Mulheres
- Carmen Helena Ferreira Foro, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG)
- Raquel Licursi Benedeti Rosa, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Casa Civil da Presidência da República
- Vera Lúcia de Oliveira, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

- Kátia Guimarães, Diretora de Programas, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Taís Cerqueira Silva, Coordenadora Geral, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Cristina Maria Buarque, Secretária, Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco (SECMULHER)
- Márcia de Campos Pereira Campos, Presidente, Federação Democrática Internacional de Mulheres
- Guacira Cesar de Oliveira, Diretora, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), Grupo de Trabalho Brasileiro para a Organização do Fórum de Organizações Feministas
- Schuma Schumacher, Coordenadora da Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), Grupo de Trabalho Brasileiro para a Organização do Fórum de Organizações Feministas
- Analba Brazão, Secretária Executiva da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Grupo de Trabalho Brasileiro para a Organização do Fórum de Organizações Feministas
- Maria Betânia de Melo Ávila, Coordenadora Geral, SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, Grupo de Trabalho Brasileiro para a Organização do Fórum de Organizações Feministas
- José Roberto Alvarenga Frutuoso, Analista Técnico de Suporte, Subsecretaria de Articulação Internacional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), Grupo de Trabalho Brasileiro para a Organização do Fórum de Organizações Feministas
- Ivonete Carvalho, Diretora de Programas – Comunidades Tradicionais, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR)
- Jana Petaccia de Macedo, Conselheira, Secretaria de Direitos Humanos (SEDH)
- Cristina Villanova, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Ministério de Justiça (MJ)
- Mara Helena Sousa, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Analista de Planejamento e Orçamento, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)
- Tatiana Gomes Bustamante, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Ministério das Relações Exteriores (MRE)
- Ângela Maria de Lima Nascimento, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Articulação de ONGs de Mulheres Negras
- Gláucia de Fátima Barban Morelli, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Presidente, Confederação das Mulheres do Brasil (CMB)
- Janeta Pieta, Deputada Federal, Brasil
- Seys Shhersarenko, Senadora, Brasil
- Joyce del Frari Coutinho, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom-PR)
- Maria da Conceição da Silva Azevedo, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (FENATRAD)
- Maria das Graças de Figueiredo Costa, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia
- Justina Inês Cima, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)
- Elza Maria Campos, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Coordenadora Nacional, União Brasileira de Mulheres (UBM)
- Rosane da Silva, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Secretária de Mulheres, Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Isis Tavares Neves, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Secretária de Relações de Gênero, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE)
- Viviane Pereira de Oliveira, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Secretária de Mulheres, Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF)

- Lúcia Maria Rodrigues Pimentel, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Secretaria de Relações Internacionais, Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
- Nara Teixeira Souza, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Secretária de Gênero e Etnia, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE)
- Jacqueline Pitanguy, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Coordenadora Executiva, Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação
- Clara Goldman Ribemboim, Conselheira, Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), Conselheira do Conselho Federal de Psicologia (CFP)
- Sonia Maria Zerino da Silva, Secretária Nacional Assuntos da Mulher e Juventude, Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST)
- Magaly Correia Marques, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Casa Civil da Presidência da República
- Leia Bezerra do Vale, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Marta Regina G. Leite, Subsecretária, Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, Subsecretaria para Assuntos da Mulher (SSEJUS/SUBSEAM/DF)
- Nadyma Catarina Cavalcante Alves, Assistente Social, Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SEAS)
- Jucilena Oliveira da Silva, Secretária Especial de Política para as Mulheres do Estado do Amapá (SEPM)
- Maria Dantas Nóbrega, Secretária de Estado do Trabalho e Bem-Estar Social, Governo do Estado de Roraima
- Mônica Maria Paula Barroso, Coordenadora, Coordenadoria Estadual de Políticas para as Mulheres do Estado do Ceará (COMUL)
- Ana Emilia Iponema Sotero, Superintendente de Políticas para as Mulheres, Governo do Estado de Mato Grosso (SEPMMT)
- Sâmea Brito de França, Coordenadoria Municipal da Mulher
- Mara Regina da Silva Oliveira Araújo, Coordenadora Municipal, Coordenadoria de Mulheres da Prefeitura de Porto Velho
- Débora Gomes de Figueiredo Nóbrega, Assistente Social, Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR
- Sandra Maria Torres da Costa, Coordenadora Municipal, Coordenadoria Municipal da Mulher
- Fátima Cleide, Senadora, Senado Federal
- Cíntia Rodrigues, Chefe de Gabinete, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Regina Adami, Assessora Parlamentar, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Gabriela Ferreira do Vale, Assessora de Comunicação, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Elizabeth Saar de Freitas, Gerente de Projeto, Subsecretaria de Articulação Institucional, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Ane Rosenir Cruz, Gerente de Projeto, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Ana Teresa Iamarino, Gerente de Projeto, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Ana Paula Gonçalves, Gerente de Projeto, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Lourdes Maria Bandeira, Subsecretária de Planejamento, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Rufino Correia Santos Filho, Diretor, Subsecretaria de Planejamento, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)

- Luana Simões Pinheiro, Gerente de Projeto, Subsecretaria de Planejamento, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Fernanda Bittencourt, Subsecretaria de Planejamento, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Marcela Torres Resende, Subsecretaria de Planejamento, Subsecretaria de Enfrentamento à Violência, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR)
- Márcia Lopes, Ministra do Desenvolvimento e Presidente da Comissão Interamericana de Ministros de Desenvolvimento Social da OEA
- Terezinha Beraldo Pereira Ramos, Membro do Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, Secretaria Municipal da Mulher

CHILE

Representante/Representative:

- Carolina Schmidt Zaldívar, Ministra Directora, Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM)

Membros da delegação/Delegation members:

- Jorge Montero Figueroa, Embaixador do Chile no Brasil/Embajador de Chile en el Brasil
- Pier-Franco Barberi, Consejero, Embajada de Chile en el Brasil
- Jaime Cortes-Monroy, Segundo Secretario y Consul, Embajada de Chile en el Brasil
- Macarena Villarino, Jefa Departamento de Comunicaciones, Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM)
- Maricel Sauterel, Chefa, Departamento de Relaciones Internacionales y Cooperación, Servicio Nacional de la Mujer (SERNAM)
- Belén Sapag, Primera Secretaria, Misión de Chile ante las Naciones Unidas, Ministerio de Relaciones Exteriores
- Evelyn Matthei, Senadora, Congreso Nacional
- María Antonieta Saa, Deputada, Congreso Nacional
- Carmen Ipinza, Jefa Departamento de Acción Social, Hospital del Trabajador, Asociación Chilena de Seguridad
- Claudia López Mazuela, Jefa Responsabilidad Social Empresarial, Banco Estado Microempresas
- Lilian Wertheim, Dirección de Comunicaciones Corporativas, Corporación Nacional del Cobre (CODELCO)
- Maritza Briones Gajardo, Agente de Igualdad, Laboratorios Bagó
- Soledad García, Jefa Comunicaciones, Empresa de Cosméticos Avon
- Cecilia Aguilar, Gerenta General, Empresas INCOSEC
- Gladys Quinteros, Dirigenta, Empresa Nacional de Minería (ENAMI)
- Teresa Celedón Águila, Presidente, Federación de Mujeres Empresarias
- Carolina Peyrin Bravo, Directora Ejecutiva, Corporación DOMOS
- Margarita María Errázuriz, Vicepresidenta de la Comunidad Mujer y Decana de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad del Desarrollo
- Olga Pizarro Stieповic, Directora, Centro de Estudios Empresariales de la Mujer (CEEM), Universidad del Desarrollo
- Claudio Rojas, Consejero Económico, Embajada de Chile en el Brasil

COLÔMBIA/COLOMBIA

Representante/Representative:

- Marylu Nicholls, Ministro Conselheiro, Embaixada da Colômbia no Brasil

COSTA RICA

Representante/Representative:

- Maureen Clarke Clarke, Presidenta Ejecutiva, Instituto Nacional de las Mujeres (INAMU)

Membros da delegação/Delegation members:

- Zarela Villanova Monge, Magistrada, Vicepresidenta de la Corte Suprema de Justicia
- Marcela Piedra Durán, Coordinadora a.i., Área Ciudadanía Activa, Liderazgo y Gestión Local, Instituto Nacional de las Mujeres (INAMU)
- Lauren Palma Rojas, Encargada de Asuntos Económicos y Políticas Públicas, Área de Políticas Públicas para la Igualdad y Equidad de Género, Instituto Nacional de las Mujeres (INAMU)
- Lucette Watler, Colegio de Abogados
- Carolina Fernández, Ministra Consejera, Embajada de Costa Rica en el Brasil

CUBA

Representante/Representative:

- María Yolanda Ferrer Gómez, Secretaria General de la Federación de Mujeres Cubanas (FMC), miembro del Consejo de Estado

Membros da delegação/Delegation members:

- Carlos Rafael Rodríguez Zamora, Embaixador de Cuba no Brasil
- Rebeca Cutié Cancino, Especialista, Direcção de Organismos Económicos Internacionales, Ministerio del Comercio Exterior y la Inversión Extranjera
- Ana Milagros Martínez Rielo, Membro do Comitê Nacional, Federação de Mujeres Cubanas (FMC)
- Alexis Bandrich, Embaixada de Cuba no Brasil
- Maura Juanpere, Conselheira Cultural, Embaixada de Cuba no Brasil

EQUADOR/ECUADOR

Representante/Representative:

- Ana Lucía Herrera Aguirre, Presidente, Comissão de Transição hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la Igualdad de Género

Membros da delegação/Delegation members:

- Myriam Alcivar, Suplente da Chefia da Delegação, Ministerio Coordinador de Desenvolvimento Social
- Tania Arias, Presidente, Tribunal Contencioso Eleitoral
- Jeannete Sánchez Zurita, Ministra de Coordenação e Desenvolvimento Social
- Berenice Polit M., Asesora de la Corte Constitucional
- Daniela Idrovo, Subsecretaria de Planificação, Ministerio de Justiça y Direitos Humanos
- Soraya Arévalo Serrano, Direcção de Equidad de Género, Ministerio de Finanzas
- María del Pilar Troya, Delegada al Pleno, Comissão de Transição, Secretaria de la Administração Pública
- Luzmila Álvarez, Delegada al Pleno, Comissão de Transição hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la Igualdad de Género, por la Coordinadora Política de Mujeres
- Lorena Herrera González, Directora Técnica, Comissão de Transição hacia el Consejo Nacional de las MULHERes y la Igualdad de Género

- Verónica Esperanza Silva Alcoser, Especialista en Género, Comissão de Transição hacia el Consejo Nacional de las MULHERes y la Igualdad de Género
- Jessica Villacrés, Coordinadora, Área Justiça y Protecção de Direitos, Comissão de Transição hacia el Consejo Nacional de las MULHERes y la Igualdad de Género
- Edith Mariana Segarra Guerrero, Especialista en Políticas y Presupuestos con Enfoque de Género, Comissão de Transição hacia el Consejo Nacional de las MULHERes y la Igualdad de Género
- Carolina Portaluppi Castro, Secretaria Técnica Provisional UNASUR-Haiti
- Tatiana Cordero, Directora Ejecutiva, Corporação Promoção de la MULHER/Taller de Comunicação de la MULHER
- Irene Pesántez, Delegada da sociedade civil
- Magdalena León, Delegada da sociedade civil
- Miguel Eduardo Vasco Viteri, Ministro, Encarregado de Negócio
- Hernán Alfonso Yañez González, Ministro, Cônsul Geral
- Sonia Elizabeth Viveros Padilla, Coordinadora Região Andina, Red de Mujeres Afrocaribeñas
- Norma Mayo, Dirigenta, Confederação de Nacionalidades Indígenas del Ecuador (CONAIE)
- Hilda Herrera, Delegada de la sociedad civil

EL SALVADOR

Representante/Representative:

- Julia Evelyn Martínez, Directora Ejecutiva, Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU)

Membros da delegação/Delegation members:

- Ana María Minero, Gerente Política Nacional de la Mujer, Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU)
- Claudia Carolina Conde, Jefa de la Unidad de Seguimiento y Monitoreo de la Política Nacional de la MULHER, Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU)
- Myrna Guadalupe Minero, Jefa, Unidad de Cooperación Externa, Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la MULHER (ISDEMU)
- Rina del Socorro Angulo Rojas, Embajadora, Embaixada de El Salvador en el Brasil

ESPANHA/SPAIN

Representante/Representative:

- Isabel Martínez, Secretaria General de Políticas de Igualdad, Ministerio de Igualdad

Membros de la delegação/Delegation members:

- Capitolina Díaz, Directora, Oficina de Relaciones Internacionales, Ministerio de Igualdad
- Pedro Flores, Coordinador General de la Cooperación Española en el Brasil, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación.
- Elisa Nieto, Jefa de la Unidad de Género, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
- Raquel Tomas Pérez, Experta en Género y colaboradora de la Dirección de Cooperación con América Latina y el Caribe, Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID), Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación Rosario Boned, Responsable de Género de la OTC Brasil, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación

- Carmen Clavel, Responsable de Género de la OTC Nicaragua, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
- Gretel Liliana Guerra, Responsable de Género de la OTC, Guatemala, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
- María del Mar Humberto Cardoso, Responsable de Género de la OTC Colombia, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
- Rosana Pastor, Responsable del Área de Género de la OTC Uruguay, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación
- Maribel Rodríguez, Responsable de Programas, Fundación Carolina
- María Luisa Revilla, Directora Centro de Estudios CEALCI- Fundación Carolina
- María Ángeles Sallé, Experta en Género y Directora de la Fundación Directa

ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA/UNITED STATES OF AMERICA

Representante/Representative:

- Carmen Lomellin, Embaixadora e Representante Permanente ante a Organização dos Estados Americanos (OEA)

Membros da delegação/Delegation members:

- Tom Shannon, Embaixador no Brasil
- Gianni Paz, Alternate Representative, US Department of State
- Lisa Kubiske, Deputy Chief of Mission (Ministro-Conselheira), Embaixada dos Estados Unidos no Brasil
- Frederick Kaplan, Primeiro-Secretário, Embaixada dos Estados Unidos no Brasil
- James Potts, Embaixada dos Estados Unidos no Brasil
- Zachary Cohen, International - Political Section, US Department of State
- Socorro Leal, Political Advisor, Embaixada dos Estados Unidos no Brasil
- Cristina Velez, Foreign Service Officer, U.S. Agency for International Development (USAID)
- Sheri Jackson, Diplomata, Embaixada dos Estados Unidos

FRANÇA/FRANCE

Representante/Representative:

- Cécile Merle, Primeira Secretaria, Embaixada de França no Brasil

GUATEMALA

Representante/Representative:

- Sonia Mercedes Escobedo Escalante, Secretaria Presidencial de la Mujer, Secretaría Presidencial de la Mujer

Membros da delegação/Delegation members:

- Carlos Jiménez Licona, Embaixador da Guatemala no Brasil
- Ana Leticia Aguilar Theissen, Secretaria de Políticas Globales y Sectoriales, Secretaría de Planificación y Programación de la Presidencia
- Cleotilde Cú Caal, Defensora Nacional, Defensoría de la Mujer Indígena, Presidencia de la República
- Maura Estrada Mansilla, Deputada, Congreso de la República
- Otilia Inés Lux García, Deputada, Congreso de la República

- Ana Lorena Robles Rodas, Directora de Comunicación Social y Relaciones Públicas, Secretaria Presidencial de la Mujer
- María Verónica Sajbin Velásquez, Diretora de Fortalecimiento Institucional, Secretaría Presidencial de la Mujer
- Martha Godínez, Coordinadora, Programa Desarrollo Económico del Sector de Mujeres
- Alma Odette Chacón, Integrante de la Agenda Política Mujeres en la Diversidad
- Elida Ajsac, Integrante del Movimiento de Mujeres Indígenas Tz'ununija'
- Mirza Judith Arreaga Meza, Diputada, Presidenta de la Comisión de la Mujer, Congreso de la República
- Maira Patricia Pinto Quijano, Directora, Colectiva para a Defensa de los Derechos de las Mujeres en Guatemala (CODEFEM)
- Thelma Esperanza Aldana Hernández, Magistrada Vocal VII, Corte Suprema de Justicia

GUIANA/GUYANA

Representante/Representative:

- Pauline Rose Ann Sukhai, Ministra, Ministério de Assuntos Ameríndios/Minister, Ministry of Amerindian Affairs

Membros da delegação/Delegation members:

- Charlene Phoenix, Primeira-Secretária, Embaixada da Guiana no Brasil
- Sharon Austin, Coorcenador de Projeto, Ministério de Assuntos Ameríndios/Project Coordinator, Ministry of Amerindian Affairs

HAITI

Representante/Representative:

- Marjorie Michel, Ministra da Condição Feminina e dos Direitos das Mulheres/Ministre a la condition féminine et aux droits de la femme

Membros da delegação/Delegation members:

- Idalbert Pierre-Jean, Embaixador do Haiti no Brasil
- Yvette Mengual, Directrice de Cabinet, Ministère a la condition féminine et aux droits de la femme (MCFDF)
- Marie Carmel Lafontant, Membre de Cabinet
- Jackson Bien-Aime, Conselheiro, Embaixada do Haiti no Brasil
- Sandra J.S. Michel, Consultant, Embaixada do Haiti no Brasil
- Yvio Fanfan Lans, Consultant, Embaixada do Haiti no Brasil

ITÁLIA/ITALY

Representante/Representative:

- Pier Mario Dacco, Conselheiro Social, Embaixada da Itália no Brasil

Membros da delegação/Delegation members:

- Roberta Ronzitti, Terceira-Secretária, Embaixada da Itália no Brasil

JAMAICA

Representante/Representative:

- Marlene Malahoo Forte, Ministro de Estado, Ministério de Relações Exteriores e Comércio/Minister of State, Ministry of Foreign Affairs and Trade

Membros de la delegação/Delegation members:

- Faith Webster, Diretor-Executivo, Secretaria de Assuntos das Mulheres/Executive Director, Bureau of Women's Affairs

MÉXICO/MEXICO

Representante/Representative:

- María del Rocío García Gaytán, Presidente, Instituto Nacional das Mulheres/Presidenta, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)

Membros da delegação/Delegation members:

- Alejandro de la Peña Navarrete, Embaixador, Embaixada do México no Brasil/Embajador, Embajada de México en el Brasil
- Patricia Wohlers, Diretora Geral Adjunta de Assuntos Internacionais, Instituto Nacional das Mulheres/Directora General Adjunta de Asuntos Internacionales, Instituto Nacional de las Mujeres (INMULHERES)
- Mónica Elizabeth Orozco Corona, Directora General de Evaluación y Desarrollo Estadístico, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Claudia Gabriela Salas Rodríguez, Directora General de Institucionalización del Programa de Equidad de Género (PEG), Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Ingrid Clara Velázquez Alcalá, Directora General Adjunta de Comunicación Social y Cambio Cultural, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Isaac Puig Moreno, Director, Modelo de Equidad de Género (MEG), Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- María Cristina Ramírez Esteves, Consejera Consultiva, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Stela María Fragnals Aguilar, Directora General del Instituto de la Mujer Oaxaqueña, Instituto Nacional de las Mujeres
- María Marcela Eternod Arámburu, Investigadora, Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI)
- Martha Eugenia Tapia Benavides, Consejera, Embaixada do México no Brasil
- Carmen Dorantes Martínez, Directora General, Instituto Hidalguense de las Mujeres (IHM)
- Erika Cortés Martínez, Directora General, Instituto de la Mujer para el Estado de Morelos
- María Antonieta González Ferriño, Directora General, Instituto Coahuilense de las Mujeres
- Martina Lara González, Encargada, Direção General, Instituto para la Mujer Zacatecana
- Natividad Cárdenas Morales, Presidenta, Consejo Ciudadano para la Promoción y Defensa de los Derechos Políticos de las Mujeres
- María del Consuelo Mejía Piñeros, Directora General, Católicas por el Derecho a Decidir
- Stella Lirusso, Directora General, Oficina de Coordinación Nacional Red Familia
- Daptnhe Cuevas Ortiz, Directora, Consorcio para el Diálogo Parlamentario y la Equidad
- Melissa Ortiz Massó, Investigadora, FUNDAR, Centro de Análisis e Investigación
- Marcelina Bautista Bautista, Presidenta del Centro de Apoyo y Capacitación para Empleadas del Hogar, A.C.

- Teresa Incháustegui, Diputada
- Silvia Hernández Hernández, Vocal Propietaria, Consejo Social del Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Ana Estela Durán Rico, Secretaria de la Comisión de Equidad y Género, Cámara de Diputados
- Elvia Hernández, Secretaria de la Comisión de Equidad y Género, Cámara de Diputados
- Herón Escobar, Integrante, Comisión de Seguridad Social, Cámara de Diputados
- Cecilia R. Loria Marín, Directora General, Instituto Quintanarroense de la Mujer
- Lucila del Carmen Gallegos, Diputada Federal

PAÍSES BAIXOS/NETHERLANDS

Representante/Representative:

- Josselien Verhoeve, Primeiro Secretário, Embaixada dos Países Baixos no Brasil

PANAMÁ/PANAMA

Representante/Representative:

- Markelda Montenegro de Herrera, Directora General, Instituto Nacional de la Mujer (INAMU)

Membros da delegação/Delegation members:

- Luz Marina Vergara, Instituto Nacional da Mulher/Instituto Nacional de la Mujer (INAMU)
- Lidia Delgado, Instituto Nacional da Mulher/Instituto Nacional de la Mujer (INAMU)
- Marilyn Vallarino, Presidente, Comissão da Mulher, Infância e Família, Membro do Conselho Nacional da Mulher/Presidenta, Comisión de la Mujer, la Niñez y la Familia, Miembro del Consejo Nacional de la Mujer
- Aleyda Terán, Delegada, Grupo de Expertas, Mecanismo de Seguimiento a la Convención Interamericana para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer (MESEVIC)
- Olga Cárdenas, Red de Mujeres Afro Panameñas (REMAP)
- Cecilia Moreno, Directora, Centro de la Mujer Panameña (CEMP)
- Gabriela García Carranza, Embaixadora do Panamá no Brasil
- Gloria Young, Presidente, Agrupação de Parlamentares e ex-Parlamentares/Presidenta, Agrupación de Parlamentarias y ex Parlamentarias

PARAGUAI/PARAGUAY

Representante/Representative:

- Gloria Beatriz Godoy de Rubin, Ministra, Secretaria de la Mujer, Presidência da República

Membros da delegação/Delegation members:

- Benefrida Espinoza, Diretora de Cooperação Externa, Secretaria da Mulher
- María Victoria Hieckel, Assessora Técnica, Secretaria da Mulher, Presidência da República
- Lidia Ortiz, Secretaria de Gabinete
- Ivonne Lugo, Asesora, Secretaría de la Mujer, Presidencia de la República
- Angélica Roa Romero, Coordinadora de Turno, Coordinación de Mujeres
- Ana María Ortiz Villalva, Directora Asociación Paraguaya de Empresas y Profesionales
- Alicia Álvarez Alvarenga, Coordenação da Unidade de Gênero, Direção Geral de Estatísticas, Levantamentos e Censos
- Delia Evangelista Ocampos, Embaixada do Paraguai no Brasil
- Rosa Elizabeth Riquelme, Embaixada do Paraguai no Brasil

- Lidia Edelina Giménez, Secretaria Privada de la Secretaría de la Mujer
- Mercedes González Villalba, Parlamentaria del Mercosur, PARLASUR
- Mirtha Elizabeth Palacios Melgarejo, Senadora del Mercosur, Congreso Nacional

PERU

Representante/Representative:

- Norma Añaños Castilla, Viceministra de la Mujer, Ministerio de la Mujer y Desarrollo Social (MIMDES)

Membros da delegação/Delegation members:

- Lourdes Mendoza del Solar, Vicepresidenta Segunda de la República del Perú, Partido Aprista
- Karina Juliza Beteta Rubín, Congressista, Presidenta de la Comisión de la Mujer y Desarrollo Social del Congreso de la República
- Cecilia Chacón de Vetori, Vicepresidenta del Congreso de la República, Partido Fujimorista
- Cenaida Uribe Medina, Congressista, Partido Nacionalista, Congreso de la República
- Rosa María Venegas Mello, Congressista
- Veronika Bustamante, Embaixada do Peru no Brasil

PORTUGAL

Representante/Representative:

- José Rui Velez Carço, Encarregado de Negócios a.i., Embaixada de Portugal em Brasília/Chargé d' Affaires a.i, Embassy of Portugal in Brasilia

Membros da delegação/Delegation members:

- Isabel Romão, Diretor de Relações Internacionais, Comissão de Cidadania e Igualdade de Gênero/Director of International Relations, Commission of Citizenship and Gender Equality
- Luisa Palma Fragoso, Conselheira, Embaixada de Portugal em Brasília/Counsellor, Embassy of Portugal in Brasilia

REPÚBLICA DOMINICANA/DOMINICAN REPUBLIC

Representante/Representative:

- Alejandrina Germán Mejía, Ministra de la Mujer, Ministerio de la Mujer

Membros da delegação/Delegation members:

- Sonia Margarita Díaz Pérez, Viceministra Técnica, Ministerio de la Mujer (MIDEMU)
- Magda Alina Altagracia Rodríguez Azcona, Diputada, Cámara de Diputados
- Nery Alexandra Maldonado De Taveras, Directora de Comunicaciones, Ministerio de la Mujer (MIDEMU)
- Marcia Josefina Contreras Tejeda, Investigadora asistente, Departamento de Investigaciones, Oficina Nacional de Estadísticas (ONE)
- Amparo Arango, Coordinadora Unidad Técnica, Comisión Nacional para la Sociedad de la Información y el Conocimiento (CNSIC), Instituto Dominicano de las Telecomunicaciones
- Ilsa Nina, Sectorialista de Saúde, Ministerio de Economía, Planificación y Desarrollo
- Magaly Pineda, Directora Ejecutiva, Centro de Investigación para la Acción Femenina (CIPAF)
- María Eugenia Dargam, Consejera, Embajada de la República Dominicana en el Brasil
- Orly Burgos, Primera Secretaria, Embajada de la República Dominicana en el Brasil

- Sergia Galván, Directora Ejecutiva de la Colectiva Mujer y Salud
- Altagracia Eloisa Balcácer, Directora Ejecutiva, Red de Mujeres Afrodescendientes, Colectiva Mujer y Salud
- Milosiss Liriano, Directora Ejecutiva, Red Dominicana para la Salud de las Mujeres

SANTA LÚCIA/SAINT LUCIA

Representante/Representative:

- Charms Gaspard, Director, Division of Gender Relations, Ministry of Health, Wellness, Family Affairs, National Mobilization, Human Services and Gender Relations

SURINAME

Representante/Representative:

- Ngadimin Mireille, National Bureau for Gender Policy, Ministry of Home Affairs

Membros da delegação/Delegation members:

- Reijme Melinda, Ministry of Home Affairs / National Bureau for Gender Policy
- Mavis Demon, Embajador de Suriname en el Brasil
- Somai Shoblinadebie, Policy Officer, Ministry of Labour

URUGUAY

Representante/Representative:

- Beatriz Ramírez, Directora, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)

Membros da delegação/Delegation members:

- Leticia Benedet, Jefa de Relaciones Internacionales y Proyectos, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Lucía Scuro, Responsable Sistema de Información, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES)
- Patricia Pacheco Prado, Segunda Secretaria, Embaixada do Uruguai no Brasil
- Melissa Rosano, Segunda Secretaria, Embaixada do Uruguai no Brasil
- Vicenta Camusso, Integrante de la Coordinación General de la Comisión Nacional de Seguimiento Mujeres por Democracia, Equidad y Ciudadanía
- Alma Fernández, Responsable del Departamento de Género y Equidad, Plenario Intersindical Trabajadores, Convención Nacional de Trabajadores (PIT-CNT)
- Elizabeth Suárez, Coordinadora, Red de Mujeres Afrodescendientes

VENEZUELA (REPÚBLICA BOLIVARIANA DA)/VENEZUELA (BOLIVARIAN REPUBLIC OF)

Representante/Representative:

- Nora Castañeda, Viceministra para las Estrategias Socioeconómicas con Perspectivas de Género

Membros da delegação/Delegation members:

- Merlyn Pirela, Coordinadora de Mujeres Afrodescendientes de la Dirección de Planes y Proyectos de la Promoción de la Mujer
- Virginia Aguirre, Directora, Observatorio Bolivariano de Género, Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad de Género
- Carmen Navas Reyes, Ministra Consejera, Embaixada da República Bolivariana da Venezuela no Brasil

**B. Estados membros das Nações Unidas que não o são da Comissão
e participam em caráter consultivo
States Member of the United Nations not members of the Commission and
participating in a consultative capacity
Etats membres des Nations Unies qui ne sont pas membres de la Commission et y
participant à titre consultatif**

CHIPRE/CYPRUS

Representante/Representative:

- Martha Mavrommatis, Ambassador the Republic of Cyprus in Brazil

NORUEGA/NORWAY

Representante/Representative:

- Turid Bertelsen Rodrigues Eusébio, Embajadora de Noruega en el Brasil

**C. Convidados especiais
Special guests
Invités spéciaux**

- Michelle Bachelet, ex-Presidente do Chile

**D. Secretaria da Organização das Nações Unidas
United Nations Secretariat
Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies**

**Departamento de Apoio às Atividades em Terreno/Department of Field Support (DFS)/Département
de l'appui aux missions**

- Susana Malcorra, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas para o Apoio às Atividades em Terreno/Under-Secretary-General for Field Support

**Oficina de la Asesora Especial del Secretario General en Cuestiones de Género y Adelanto de la
Mujer/Office of the Special Adviser to the Secretary-General on Gender Issues and the
Advancement of Women (OSAGI)**

- Rachel Mayanja, Subsecretaria General y Asesora Especial del Secretario General en Cuestiones de Género y Adelanto de la Mujer/Assistant Secretary-General and Special Adviser on Gender Issues and the Advancement of Women

**E. Organismos das Nações Unidas
United Nations bodies
Organisations rattachées à l'Organisation des Nations Unies**

Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)/United Nations Population Fund (UNFPA)/Fonds des Nations Unies pour la Population (FNUAP)

- Marcela Suazo, Directora Regional para América Latina y el Caribe
- Harold Robinson, Representante del UNFPA en el Brasil, Director de País de las oficinas de Paraguay y la Argentina
- Leonor Calderón, Representante del UNFPA en Guatemala
- Manuelita Escobar, Representante Auxiliar, Paraguay
- Elizeu Chaves, Representante Auxiliar de la Oficina en el Brasil
- Ana Elena Badilla, Asesora Regional en Género, Oficina Regional para América Latina y el Caribe
- Ulisses Bigaton, Oficial de Comunicación de la Oficina en el Brasil
- Doretta Di Marco, Asistente Especial de la Directora Regional
- Priscila Cabrera, Especialista en Género, Oficina en el Ecuador
- Dayanara Edith Salazar Medina, Oficial del Programa en Género, Panamá
- Laura Flores, Representante Auxiliar, Panamá
- Florbela Fernandes, Oficial Nacional de Programa, Brasil
- Taís Santos, Representante Auxiliar, Brasil
- Fernanda Lopes, Oficial de Saúde Sexual e Reprodutiva, Brasil
- Angela Donini, Assessora em VIH/SIDA, Brasil
- Marcelo Britto, Assistente de Programa, Brasil

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)/United Nations Children's Fund (UNICEF)/Fonds des Nations Unies pour l'enfance (UNICEF)

- Christine Norton, Asesora Regional, Género y Desarrollo/Regional Adviser, Gender and Development
- Casimira Bengue, Chief, Child Protection Unit, Brazil
- Ilaria Favero, Programme Officer, Child Protection, Brazil
- Helena Oliveira Silva, Especialista da Área de Proteção

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)/United Nations Development Fund for Women (UNIFEM)/Fonds de développement des Nations Unies pour la femme (UNIFEM)

- Gladys Acosta, Jefa de la División de América Latina y el Caribe/Chief, Latin American and Caribbean Division
- Ana Güzmes, Directora Regional para México, Centroamérica, Cuba y República Dominicana/Regional Director for Mexico, Central America and the Dominican Republic
- Rebecca Reichmann Tavares, Directora Regional de Programas, Cono Sur
- Lucia Salamea, Directora Regional de Programas, Región Andina
- Nadine Gasman, Gerente Mayor para América Latina y Caribe, Campaña del Secretario General UNETE para poner fin a la violencia contra las Mujeres
- Carolina Taborga, Especialista de Programas, Sección para América Latina y el Caribe
- Junia Puglia, Oficial Nacional de la Oficina subregional del Cono Sur
- Paula Pallares González, consultora de la Oficina subregional del Cono Sur
- Camila Ramos Almeida, Asistente de Programa, Cono Sur
- Paula Pompeu Fiuza Lima, Asistente de Programa, Cono Sur
- Danielle Oliveira Valverde, Asistente de Programa, Cono Sur

- Cleiton Euzébio de Lima, Asistente de Programa, Cono Sur
- Tanimara Santos Elias, Asistente de Programa, Cono Sur
- Shirley da Luz Villela, Responsable del Programa en el Brasil y Cono Sur
- Caio Csermak, Asistente del Programa, Cono Sur
- Ángela Fontes, Coordinadora del Programa Interagencial de Promoción de la Igualdad de Género, Raza y Etnia
- Bárbara Amaral dos Santos, Asistente de Programa, Cono Sur
- Diana Monge, Analista de Programa, Cono Sur
- Isabel Clavelín, Asesora de Comunicación, Brasil
- Mara Karina Sousa Barbosa da Silva, Asistente de Comunicación, Brasil
- Susana Martínez Martínez, Analista de Programa - Técnica Internacional, Brasil
- Adalgisa Soares, Asistente de Programa, Brasil
- María Isabel Miguel Emperador, Analista de Programa, Área Gobernabilidad, Violencia y VIH, Região Andina
- Paola Gutiérrez, Consultora
- Verônica dos Anjos, Coordinadora de Violência Contra as Mulheres do UNIFEM no Brasil e Cone Sul
- Daniela Pinto, Programme Associate, Brazil
- Luciana Marques, Assistente da Representante
- Ana Carolina Querino, Coordinadora de Direitos Econômicos, Brasil
- Ernestina Pais, Argentina

Instituto Internacional de Investigações y Capacitação para la Promoción de la Mujer (INSTRAW)/United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW)/Institut international de recherche et de formation pour la promotion de la femme (INSTRAW)

- Yassine Fall, Director
- Nielsen Pérez, Oficial de Proyecto, República Dominicana
- Ionara Vieira Moura Rabelo, Colaboradora, Brasil
- Alejandra Valdés, Consultora, Chile

Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito (UNODC)/United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC)/Office des Nations Unies contre la drogue et le crime

- Flávia Antunes, Coordinadora de Cooperación Sur-Sur
- Nivio Nascimento, Coordinador, Unidad de Justicia Criminal y Seguridad Pública
- Adriana Maia de Souza da Silva, Asistente de Proyectos, Brasil

Oficina del Alto Comisionado de Naciones Unidas para los Derechos Humanos (ACNUDH)/Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (OCHCR)/Bureau du Haut Commissariat des Nations Unies aux Droits de l'Homme

- Margarita Zambrano, Punto Focal de Género
- Jeanneth Cooper Cooper, Consultora, Panamá

Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR)/Office of the United Nations High Commissioner for the Refugees (UNHCR)

- Ticiania Maloney, Oficial de Programa, Brasil

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD)/United Nations Development Programme (UNDP)/Programme des Nations Unies pour le développement (PNUD)

- Jorge Chediek, Coordinador Residente del sistema de las Naciones Unidas, Brasil
- Nieves Bernabeu García, Gender Practice Policy Specialist, Regional Centre for Latin America and the Caribbean
- Beat Rohr, Director Regional Adjunto para América Latina y el Caribe/Deputy Regional Director, Regional Bureau for Latin America and the Caribbean (RBLAC)
- Carmen de la Cruz, Gender Practice Team Leader, Regional Centre for Latin America and the Caribbean
- Anika Gaertner, Punto Focal para los temas de género
- Rafaela Lamourier, Asistente de Programa, Brasil
- Ana Laura Rodríguez Gustá, Consultora
- Marcela Ríos, Oficial de Gobernabilidad, Chile
- Leisa Perch, Coordinator, Rural and Sustainable Development, UNDP International Policy Centre for Inclusive Globe (IPC-IG)
- Francisco Filho, Communication Officer, UNDP International Policy Centre for Inclusive Globe (IPC-IG)
- Mariana Hoffmann, Knowledge Management Assistant, UNDP International Policy Centre for Inclusive Globe (IPC-IG)
- Jacob Said, Communications, Outreach and Advocacy Intern, UNDP International Policy Centre for Inclusive Globe (IPC-IG)
- Dina Ardiyanti, Global Labour University, Indonesia and Visiting Researcher, UNDP International Policy Centre for Inclusive Globe (IPC-IG)
- Amanda Carvalho, consultora, Brasil

Programa de las Naciones Unidas para los Asentamientos Humanos (ONU-Hábitat)/United Nations Human Settlements Programme (UN-Habitat)/Programme des Nations Unies pour les établissements humains

- Cecilia Martínez, Directora, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, Brasil/Director, Regional Office for Latin America and the Caribbean
- Diana Medina, Coordinadora de Género, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, Brasil

Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente (PNUMA)/United Nations Environment Programme (UNEP)/Programme des Nations Unies pour l'environnement (PNUE)

- Helena Pavese, Oficial de Proyectos

Programa Conjunto de las Naciones Unidas sobre el VIH/SDA (ONUSIDA)/Joint United Nations Programme on HIV/AIDS (UNAIDS)/Programme commun des Nations Unies sur le VIH et le Sida (ONUSIDA)

- Pedro Chequer, coordinador de ONUSIDA en el Brasil
- Naiara García da Costa Chaves
- Ligia Galletti de Lima

**F. Organismos especializados
Specialized agencies
Institutions spécialisées**

**Organização Internacional del Trabajo (OIT)/International Labour Organization (ILO)/
Organization internationale du travail (OIT)**

- María Elena Valenzuela, Especialista Regional en Género y Empleo, Chile
- Laís Wendel Abramo, Diretora para o Brasil
- Márcia Vasconcelos, Coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho
- Rafaela Egg, National Officer, Brazil
- Lucas Sampaio, Assistente Administrativo
- Margarita Gutiérrez, Consultora no Brasil

Organização de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura (UNESCO)/United Nations Education, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)/Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture (UNESCO)

- Fabio Eon, Chefe de Gabinete, UNESCO, Brasil
- Karla Skeff, Oficial de Projetos, Brasil

Organização de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación (FAO)/Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)/Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (FAO)

- Gustavo Chianca, Asistente del Representante de la FAO en el Brasil
- Solange Sanches de Prado, Consultora de Género para América Latina e Caribe

Organización Mundial de la Salud (OMS)-Organización Panamericana de la Salud (OPS)/World Health Organization (WHO)-Panamerican Health Organization (PAHO)/Organisation panaméricaine de la santé (OPS)

- Marijke Velzeboer-Salcedo, Coordinadora, Oficina de Género, Diversidad y Derechos Humanos (GDR), Washington, D.C.
- Lilia Jara, Asesora en Género y Salud, Washington, D.C.
- Alma Catharina Cuellar, Asesora Regional, Oficina de Género, Diversidad y Derechos Humanos
- Floriza Gennari, Género, Diversidad y Derechos Humanos, Washington, D.C.
- Fátima Marinho de Sousa, Asesora Senior de Análisis de Salud, Washington, D.C.
- Mónica Brana, Washington, D.C.
- Diego Victoria, Representante en el Brasil
- Patricio Jamriska, Oficial y Punto Focal de Género, Brasil
- Pamela Bermudes, Punto Focal de HIV/AIDS
- Alessandra Guedes, Asesora Regional en Violencia Intrafamiliar

**Banco Mundial - Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento (BIRF)/World Bank -
International Bank for Reconstruction and Development (IBRD)/Banque mondiale - Banque
internationale pour la reconstruction et le développement (BIRD)**

- María Elena Castro, Senior Social Scientist

**G. Otras organizações intergubernamentales
Other Intergovernmental Organizations
Autres organisations intergouvernementales**

Banco Interamericano de Desarrollo (BID)/Inter-American Development Bank (IDB)/Banque Interaméricaine de Développement (BID)

- Andrew Morrison, Jefe, Unidad de Género y Diversidad, Vicepresidencia de Sectores y Conocimiento/Chief, Gender and Diversity Unit, Vice Presidency for Sectors and Knowledge
- Gabriela Vega, Especialista principal en desarrollo social, Unidad de Género y Diversidad/Social Development Lead Specialist, Gender and Diversity Unit
- Patricia Trindade Maranhão Costa, Especialista, Unidad de Género y Diversidad

Canadian International Development Agency (CIDA)/Agencia Canadiense para el Desarrollo Internacional (ACDI)/Agence canadienne de développement international

- Neusa Zimmermann, Consultora

Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo (CIID)/International Development Research Centre (IDRC)/Centre de recherches pour le développement international

- Francisco Cos-Montiel, Senior Program Specialist

Instituto Interamericano de Cooperación para Agricultura (IICA)/Inter-American Institute for Cooperation on Agriculture (IICA)/Institut interaméricain de coopération pour l'agriculture

- Marco Ortega Berenguer
- Fernanda Tallarico, Coordinadora de Comunicação, Brasil

Corporación Andina de Fomento (CAF)/Andean Development Cooperation (ADC)/Société andine de développement (SAD)

- Moira Paz-Estensoro, Directora, Representante da la CAF en el Brasil

Organización de los Estados Americanos (OEA)/Organization of American States (OAS)/Organisation des états américains (OEA)

- Carmen Moreno, Secretaria Ejecutiva, Comissão Interamericana de Mujeres (CIM)
- Belkys Mones Almonte, Asesora en Género y Derecho de las Mujeres, Comisión Interamericana de Mujeres (CIM)
- Wanda K. Jones, Presidenta de la Comisión Interamericana de Mujeres (CIM)

Sistema de la Integración Centroamericana (SICA)/Central American Integration System/Système d'intégration de l'Amérique centrale

- Miosotis Mercelia Rivas Peña, Secretaria Técnica de la Mujer, Consejo de Ministras de la Mujer de Centroamérica (COMMCA)

Secretaría General Iberoamericana (SEGIB)/Ibero-American Secretariat (SEGIB)/Secretaría Geral Ibero-Americana (SEGIB)

- Agustín Espinoza, Diretor, Brasil
- Alice Pessoa de Abreu, Subdirectora, Brasil
- María Jesús Aranda, Asesora de Género

Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR)/Union of South American Nations (UNASUR)/Union des nations de l'Amérique du Sud (UNASUR)

- Carolina Portaluppi Castro, Secretaria Técnica Provisional, Haiti

**H. Organizações não governamentais reconhecidas como entidades consultivas pelo Conselho Econômico e Social
Non-governmental organizations recognized by the Economic and Social Council as having consultative status
Organisations non gouvernementales auxquelles le Conseil économique et social reconnaît le status consultatif**

Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento (AGENDE)/Actions on Gender, Citizenship and Development

- Marlene Libardoni, Diretora Executiva

Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica (ABMCJ), Federação Internacional de Mujeres que ejercen Carreras Jurídicas/International Federation of Women in Legal Careers/Fédération internationale des femmes des carrières juridiques

- Herilda Balduino de Sousa, Presidente da Comissão do Distrito Federal, Brasil

Asociación de Mujeres Indígenas Ngobe Buglé

- Doris Gallardo Santos, Presidenta, Panamá

Asociación de Mujeres Jóvenes Generando

- Lauren Levy, Fundadora

Asociación para el Progreso de las Comunicaciones (APC)/Association for Progressive Communications

- Dafne Sabanes Plou, Coordinadora Regional del Programa de Apoyo a Redes MULHERes de la Associação para el Progreso de las Comunicações (PARM-APC), Argentina

Asociación para los Derechos de la Mujer y el Desarrollo/Association for Women's Rights in Development (AWID)/Association pour les droits de la femme et le développement

- Lidia Alpizar Duran, Directora Ejecutiva, Costa Rica
- Diana Aguiar, Consultora, Brasil

Associação de Assistência Social Bom Pastor

- Maria Inês de Sousa Evangelista, Coordenadora da Equipe de Justiça e Paz, Brasil

Casa da Mulher 8 de Março, Brasil

- Cynthia Mara, Miranda, Associada
- Vera Lúcia Fermiano, Vice-Presidente

Centro di Formazioni ed Informazioni dell' America Latina (CEFIAL-UE)

- Isabel Recabarren Malpartida, Directora

Coalizão Internacional pela Saúde das Mulheres/International Women's Health Coalition (IWHC)/Coalition internationale pour la santé de la femme

- Maria Aitchison, Associada de Programa, Brasil
- Ana Carolini Lu, Parceira, Brasil
- Jackeline Romio, Parceira, Brasil
- Jenny Bolivar Guayacundo, Parceira, Equador
- Lucina Di Meco, Assistant Program Officer, Itália
- Ysabel Marin Partner, Peru
- Daniela Tellechea Díaz, Parceira Uruguai
- Gabriela García Patino, Parceira, México

Comunidade Internacional Baha'í/Baha'í International Community/Communauté internationale Bahá'íe

- Mary Aune, Secretária Nacional Adjunta, Representante, Brasil

Centro da Mulher Peruana Flora Tristán/Flora Tristán Peruvian Women's Center

- Diana Miloslavich Túpac, Coordenadora, Programa de Participação Política e Descentralização

Coletivo de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores e Trabalhadoras, Brasil

- Katia Cilene de Mendonça Almeida, Secretaria Geral

Confederação Colombiana de ONG (CCONG)/Colombian Confederation of Non-Governmental Organizations/Confédération colombienne des ONG

- Elisa Dulce Ruiz, Diretora, Fundação Cepsiger para o Desenvolvimento Humano
- Ximena Romero Fuentes, Coordenadora da Rede Latino-Americana de Gerontologia

Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT

- Maria Ferreira Lopes

Confederação de Mulheres Metodistas da América Latina e do Caribe (CMMALC)

- Edna Porto
- Suzana Rabelo
- Cristiane Rabelo
- Ivonne Pereira Díaz

Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (CONAMI)

- Leticia Luisa, Conselheira, Brasil
- Evanisa Mariano da Silva, Coordenadora, Brasil
- Doralia Barbosa, Conselheira, Brasil
- Alissinda Tibério, Conselheira, Brasil
- Samira Marcos, Conselheira, Brasil
- Valdete Parecis, Conselheira, Brasil
- Angela Vieira de Souza, Conselheira, Brasil
- Maria Helena Azomezohero, Conselheira, Brasil
- Suzinete Azomezohero, Conselheira, Brasil
- Vera Urupá, Membro, Brasil

Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM)/Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM)/ Latin American and Caribbean Committee for the Defence of Women's Rights/Comité de l'Amérique latine et des Caraïbes pour la défense des droits de la femme

- Ingrid Viana Leão
- Carmen Hein de Campos, coordenadora nacional, Brasil
- Claudia Giacometti, Argentina
- María Elena Reyes Meléndez, Peru
- Desiree Del Rosario Sosa, Coordenadora Acadêmica, Centro de Estudios de Genero, República Dominicana

Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (CONAIE)

- Norma Graciela Mayo, Secretaria da Mulher e Família

Confederação de Povos Indígenas da Bolívia (CIDOB)

- Dominga Chinchilla, Dirigente

Consejo Internacional para la Educación de Adultos/Consejo Internacional para la Educación de Adultos/International Council for Adult Education (ICAE)/Conseil international d'éducation des adultes

- Yandira Álvarez, Integrante de la Oficina Género y Educación, Uruguay
- Marcela Ballara, Chile
- Nicole Bidegain, Asistente de Campañas, Uruguay
- Stella Maris Moraes, Integrante Oficina Género y Educación, Uruguay

Consórcio Desenvolvimento e Justiça/Consortio Desarrollo y Justicia /Justice Consortium

- Aixa Armas, República Bolivariana da Venezuela

Coordenadora da Mulher/Coordinadora de la Mujer

- Mónica Alejandra Novillo Gonzales, Responsável Incidência

Enlace Continental de Mujeres Indígenas do Peru – Região Sul-América/Enlace Continental de Mujeres Indígenas del Perú – Región Sudamérica

- Tania Pariona, Ñoqanchip, Peru
- Librada Pocaterra, Red Wayuu, República Bolivariana da Venezuela
- Dora Tavera, Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC)
- Fabiola del Jurado, Centro Nacional de Misiones Indígenas (CNAMI), México
- Justa Cabrera, Confederação Nacional de Mulheres Indígenas da Bolívia (CNAMIB)
- Doris Gallargo, Associação de Mulheres Indígenas Ngobe Buglé (ASMUNG), Panamá
- Segundina Flores, Parlamentar do Estado Plurinacional da Bolívia
- Yene Bellido Béjar, Rede de Comunicadores Indígenas, Peru

Equidade de Gênero, Cidadania, Trabalho e Família A.C./Equidad de Genero, Ciudadanía, Trabajo y Familia A.C.

- María Eugenia Romero, Diretora Geral, México
- Alba Leticia Cuevas, Coordenadora Executiva, México
- Luisa Emilia Reyes, Coordenadora da Área de Orçamentos Públicos, México

Federação Mundial de Mulheres Metodistas e da Igreja Unida/Federación Mundial de Mujeres Metodistas y de la Iglesia Unida/World Federation of Methodist and Uniting Church Women (WFM&UCM)

- Brenda Smith, New York Additional Representative

Federação Internacional de Planejamento Familiar (Região Hemisfério Ocidental)/Federación Internacional de Planificación de la Familia (Região Hemisferio Occidental) (IPPF/RHO)/International Planned Parenthood Federation (Western Hemisphere Region)/Fédération internationale pour la planification familiale

- Carmen Barroso, Directora Regional
- Giselle Carino, Oficial superior de programas, Aborto/Senior Programme Officer/Abortion

Fórum Internacional de Mulheres Indígenas (FIMI)/Foro Internacional de Mujeres Indígenas (FIMI)/International Indigenous Women's Forum (IIWF)/Instance internationale des femmes autochtones

- Cristi Dayana Bellido Gutiérrez
- Carolina Galindo Núñez
- María Manuela Sequeira Morales, Oficial de Programas, Nicaragua
- Karolina Isabel Galindo Nuñe
- Mariana López, Oficial de Programas, Fórum Internacional de Mulheres Indígenas, Argentina

Fundação Ford/Fundación Ford/Ford Foundation

- María del Carmen Feijoó, Program Officer Education Reform, Chile

Fundação Rockefeller/Fundación Rockefeller/The Rockefeller Foundation

- Ariel Pablos-Méndez, Managing Director, México

Geledés - Instituto da Mulher Negra

- Nilza Iraci Silva, Presidente, Brasil
- Jurema Pinto Werneck, Brasil
- Lucia Maria Xavier de Castro

Global Rights Partners for Justice

- Carlos Quesada, Diretor da América Latina, Costa Rica

HelpAge International (HAI)

- Marissa Kimsey, Research Assistant Gender and Social Protection for Latin America

Movimiento Manuela Ramos

- Gina Yañez de la Borda, Directora
- Victoria Villanova Chávez, Associada Fundadora

Organização Nacional Indígena da Colômbia (ONIC)/Organización Nacional Indígena de Colombia (ONIC)

- Dora Lilia Tavera Reaño, Dirigenta de Mujer y Familia

Organização Negra Centro-Americana (ONECA)/Organización Negra Centroamericana (ONECA)

- Elvia Best, Membro

Oxfam Grã-Bretanha

- Patricia Flores Palacios, Coordinadora Equidade Urbana e Gênero, Estado Plurinacional da Bolívia
- Monica Alves de Oliveira Gomes, Oficial de Programa, Brasil

Rede de Educação Popular entre Mulheres (REPEM)/Red de Educación Popular entre Mujeres/Women's Popular Education Network/Réseau d'éducation populaire entre les femmes

- Janneth Lozano Bustos, Coordinadora Regional, Colômbia
- Claudia Ferreira, Brasil
- Vera Soares, Brasil
- Beatriz Quintero, Colômbia
- Imelda Arana Sáenz, Integrante Conselho Diretivo, Colômbia
- Lourdes Angulo Salazar, Consultora, México

Red de Mujeres Afro latinoamericanas, Afrocaribeñas y de la Diáspora

- Maricruz Carrasco, Nicarágua
- Leydi Vidal Perlaza, Colômbia
- Dorotea Louise Wilson de Bonilla, Coordinadora General, Nicarágua
- Ana Irma Rivera-Lassén, Coordinadora Região Caribe, Porto Rico
- Alda Virginia Humpreys Salomon, Nicarágua
- Karen June Salomón, Nicarágua
- Ana Karina Moreira Godoy, Associada, Uruguai
- Gisela Arandia, Cuba
- Nedelka Yanira Lacayo Arzu, Coordinadora de Projetos Direitos Humanos, Enlace de Mulheres Negras de Honduras
- Tania Ramírez, Co-Cordinadora, Mizangas, Integrante de Rede, Uruguai

Red de Mujeres Indígenas

- Berta Eliana Nahuelhuén Collao, Presidente, Chile

Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y del Caribe (RSMLAC)/Latin American and Caribbean Women's Health Network/Réseau pour la santé des femmes d'Amérique latine et des Caraïbes

- Sandra Castañeda, Coordinadora Programática
- Alejandra López, Directora Mujer y Salud en Uruguay (MYSU)
- Ana María Pizarro Jiménez, Directora de Área e Integrante del Consejo Consultivo, Servicios Integrales para la Mujer, Nicarágua
- María Isabel Matamala Vivaldi, Observatorio de Equidad de Género en Salud, Chile

Red Latinoamericana de Católicas por el Derecho a Decidir A.C./Catholics for a Free Choice (CFFC)

- Aidé García Hernández, Coordinadora de Relaciones Interinstitucionales, México
- Yury Puello Orozco, Coordinación, Brasil
- Eliana Cano Seminario, Directora, Peru
- Silvia Juliá, Coordinadora Regional, Argentina
- María Eugenia Olmos, Argentina
- Sandra Mazo, Colômbia
- Teresa Lanza, Estado Plurinacional da Bolívia
- Silvia Salinas, Estado Plurinacional da Bolívia

SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia

- Rivane Fabiana de Melo Arantes, Educadora e Pesquisadora, Brasil

União Brasileira de Mulheres (UBM)

- Lucia Helena Rincon Afonso, Diretora, Brasil
- Helena Piragibe, Coordenadora Estadual

World Conference of Religions for Peace

- Jane Eyre Silva da Mata, membro do Comité Coordenador da Red Latinoamericana y Caribeña de Mujeres de Fe (LAWFN)

**I. Outras organizações não governamentais
Other non-governmental organizations
Autres organisations non gouvernementales**

Ação da Mulher Trabalhista (AMT)/Internacional Socialista de Mulheres/Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos

- Miguelina Paiva Vecchio, Presidente, Brasil
- Tânia Maria de Paula Feijó, Secretaria Formação Política, Brasil
- Salete Beatriz Roszkowski, Presidente, Brasil

AEQUITAS

- Gretel Guerra, Socia, Guatemala

Articulação de Mulheres Brasileiras

- Rogeria Peixinho, Coordenadora Nacional
- Amine Carvalho Santana

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)-Associação Lésbicas Feministas de Brasília

- Joelma Cézareo dos Santos, Diretora Executiva

Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)/Fórum Goiano de Mulheres

- Luzia Aparecida de Oliveira Oliveira, Coordenação Colegiada, Brasil

Articulação de Mulheres do Amapá

- Lidia Elaine da Costa Trajano, Coordenadora, Brasil

Articulação Feminista Marcosur (AFM)

- Lucy Garrido, Uruguai
- Silvana Bruera, Consultora, Uruguai

Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras de São Paulo

- Sandra Maria Mariano da Silva, Coordenação Executiva, Brasil

Associação Lésbica Feminista de Brasília Coturno de Venus

- Karen Lúcia Borges Queiroz, Assessora em Saúde das Mulheres, Brasil

Asociación Internacional de Lesbianas, Trans, Gays, Bisexuales, Intersex de América Latina y el Caribe/International Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex Association

- Toli Hernández, Secretaria Regional para América Latina, Chile

Asociación para el Desarrollo de la Mujer Negra Costarricense

- Epsy Campbell Barr, Directora Ejecutiva, Costa Rica

Campaña por la Convención Interamericana de Derechos Sexuales y Derechos Reproductivos

- Cecilia María Cristina Olea Mauleón, Coordinadora, Peru

CEDEAL

- Patricia Galvez, Directora

Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)

- Aparecida Malavazi, Diretora, Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, Brasil

- Marcela Ribeiro de Andrade, Educadora Popular

Centro de Mujeres Afro-costarricenses

- Shirley Campbell, Costa Rica

Centro de Orientación e Investigacion Integral (COIN)

- Marianela Carvajal Díaz, Oficial de PROJETOS

Colectiva Lola Kiejka

- Viviana Ramírez, Chile

Colectivo por la Ciudadanía, Autonomía y Libertad de las Mujeres A.C.

- Araceli González Saavedra, Coordinadora General, Equifonía, México

Coletivo de Jovens Feministas, Brasil

- Daiana Roberta Silva Gomes, Jovem Articuladora

Comunicación e Información de la Mujer, A.C (CIMAC)

- Miriam González Sánchez, Coordinadora de Radio y Televisión, México

Confederación Nacional de Mujeres Indígenas de Bolivia (CNAMIB)

- Justa Cabrera, Presidenta

Conselho Estadual da Condição Feminina, Brasil

- Rosmary Correa, Presidente

Coordenadoria da Mulher de Belém

- Kendra Botelho Soares, Coordenadora Geral, Brasil

Corporación Contigo Mujer

- María Victoria Ramírez, Representante Legal

Cotidiano Mujer

- Lilian Celiberti, Coordinación, Uruguay

CRIOLA

- Lúcia Maria Xavier de Castro, Coordenadora Geral, Brasil

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)

- Adriana Marcolino, Brasil
- Mariana Costa Riscali, Técnica, Brasil
- Lilian Arruda Márques, Assessora da Direção Técnica, Brasil
- Marilane Oliveira Teixeira

Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Estado do Espírito Santo

- Solisa Aldy Tavares Brito Leite, Assessora da Coordenação Estadual de Mulheres - CEMTRES, Brasil

Foro Mujer Guayas

- Karen Paola Morales Acosta, Presidenta Juventudes, Equador

Fórum de Mulheres do Distrito Federal

- Kelly Kotlinski Verdade, Coordenadora, Brasil

Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos

- Tereza Vitale, Dirigente Partidária, Brasil

Grupo CENE

- Sueli Kaiser, Diretora Presidente, Brasil

Instituto Cidades do Cerrado (ICDC)

- Jupitiara da Silva Moura, Vice-Presidente de Instituição, Brasil
- Vilma Fatima Arauo Macedo, Diretora de Relações Públicas, Brasil

Las Petateras

- Dilcia Zavala, Asociación de Comunidades organizadas por Reformas Necesarias- ACORN (Feministas en Resistencia, Honduras)

Marcha Mundial das Mulheres

- Sonia Maria Coelho, Coordenação Nacional, Brasil
- Sarah de Roure, Secretaria Executiva, Brasil

Maria Mulher - Organização de Mulheres Negras

- Maria Noelci Teixeira Homero, Diretora Executiva, Brasil

Movimento Feminista

- Maria Beatriz de Oliveira, Coordenadora Regional Minas Gerais, Brasil

Organización Feministas Huellas de Fuego

- Karolina Soledad Bobadilla, Argentina

O Movimento do Graal no Brasil

- Silvaní dos Santos Valentim Silvaní, Coordenação, Brasil

Partido Trabalhista Brasileiro (PTBMULHER)

- Vera Lucia Gorgulho Chaves de Azevedo, Presidente Municipal
- Clarice Godinho, Secretária de Comunicação

Por Amor à Arte, Por Amor à Vida

- Gabriela Rosso, Diretora

Programa Feminista Centroamericano “La Corriente”

- Helen Gabriela Flores Rodríguez
- Sara Raquel Pérez García
- María Teresa Blandon, Directora, Nicaragua

Red de Alcancías Comunes

- Sonia Maribel Vidal Tejeda, Presidenta, Perú

Red de Mujeres Afro Panameñas (REMAP)

- Urenna Best, Membro y Asesora Legal

Red de Mujeres Latinoamericanas y del Caribe en Gestión de Organizaciones

- Solange Grandjean, Comunicações para ALC, Argentina

Red Decos

- Tomasa Willca Siñani, Coordinadora Centroamericana, Costa Rica

Red Mujer y Hábitat

- Laura Romero Umana, Coordinadora Formación de Colectiva Feminista para el Desarrollo Local (CFDL), El Salvador

Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

- Telia Negrão, Secretária-Executiva, Brasil
- Maria Luísa Pereira de Oliveira, Secretária-Adjunta, Brasil

Red Venezolana sobre Violencia contra la Mujer (REVIMU)

- Margarita Uzcátegui

Red Vivo Positivo – Juntos por la vida

- Rosa Trigo Acuña, Primera Directora

Secretaria Nacional da Mulher da Força Sindical

- Selma Rossana Silva, Diretora Executiva, Vice-presidente Regional do Sindicato dos Técnicos de Segurança do Trabalho de SP

Sempreviva Organização Feminista

- Marilane Teixeira Tesoureira, Brasil

Voluntárias Sociais da Bahia

- Tânia Maria Nogueira Santos Cunha, Coordenadora do Serviço Social, Brasil

J. Painelistas
Panelists
Panélistes

- Nilcéa Freire, Ministra, Secretária de Política para as Mulheres, Brasil
- María Yolanda Ferrer Gómez, Secretaria General de la Federación de Mujeres Cubanas (FMC), miembro del Consejo de Estado y de Ministros
- Marlene Malahoo Forte, Ministra de Relações Exteriores y Comercio Exterior, Jamaica
- María del Rocío García Gaytán, Presidenta, Instituto Nacional de las Mujeres (INMUJERES), México
- Icilda Humes, Director of the Women's Department of the Ministry of Human Development and Social Transformation, Belize
- Jeannete Sánchez Zurita, Ministra de Coordinación y Desarrollo Social del Ecuador
- Marjorie Michel, Ministra de la Condición Femenina y de los Derechos de las Mujeres, Haiti
- Julia Evelyn Martínez, Directora Ejecutiva, Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer (ISDEMU)
- Magdalena León, Socióloga, Profesora Titular de la Facultad de Ciencias Humanas de la Universidad Nacional, Colômbia
- Carlos Gaviria, ex Presidente de la Corte Constitucional de Colombia
- Susana Malcorra, Secretaria General Adjunta de las Naciones Unidas para el Apoyo a las Actividades sobre el Terreno
- Virginia Vargas, integrante y socia fundadora del Centro de la Mujer Peruana Flora Tristán, Peru
- Silvia Lara, Directora Ejecutiva, Asociación Empresarial para el Desarrollo, Costa Rica
- Rania Antonopoulos, Economista, Directora del Programa Igualdad de Género y Economía del Instituto Levy, Estados Unidos
- Andrea Lorena Butto Zarzar, Conselheira Nacional dos Direitos da Mulher, Assessora Especial do Gabinete do Ministro, Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Maria da Conceição Tavares, Professora da Universidade Estadual de Campinas e professora emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
- Carmen Beramendi, Docente, Programa de Género y Cultura, FLACSO, Uruguay
- Rocío Villanova, Directora del Instituto de Democracia y Derechos Humanos de la Pontificia Universidad Católica del Perú
- Helena Hirata, Directora de investigación del Centro Nacional de Investigación Científica, França
- Barbara Bailey, Directora del Centro de Estudios de Género y Desarrollo, Universidad de las Indias Occidentales, Barbados
- María-Ángeles Durán, Profesora de Investigación del Instituto de Economía, Geografía y Demografía del Centro de Ciencias Humanas y Sociales, Espanha
- Juan Carlos Feres, Jefe de la Unidad de Estadísticas Sociales de la División de Estadística y Proyecciones Económicas, CEPAL
- Blanca Munster, Economista, Investigadora del Centro de Investigaciones de la Economía Mundial (CIEM), Cuba
- Flavia Marco, Consultora independiente, Estado Plurinacional de Bolivia
- Antonella Picchio, Profesora del Departamento de Economía Política, Universidad de Módena y Reggio Emilia, Itália

- Carmen Diana Deere, Profesora de Economía Agrícola y Estudios Latinoamericanos de la Universidad de Florida, Estados Unidos
- Tarcila Rivera Zea, Coordinadora del Enlace Continental de Mujeres Indígenas, Região Sur, Perú
- Ana Flavia Machado, Professora do Programa de Pós-Graduação em Economia, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil
- Verónica Serafini, Coordinadora General de la Unidad de Economía Social, Ministerio de Hacienda, Paraguay
- Corina Rodríguez Enríquez, Investigadora del Centro Interdisciplinario para el Estudio de Políticas Públicas (CIEPP), Argentina
- Lucía Pérez Fragoso, Coordinadora del Área de Presupuestos Públicos, Equidad de Género: Ciudadanía, Trabajo y Familia AC., México
- Sergia Galván, Directora Ejecutiva de la Colectiva Mujer y Salud, República Dominicana
- Lise-Marie Déjean, Secretaria Ejecutiva del Solidarite Fanm Ayisyen (SOFA), Haiti
- Delfina Mux Caná, Consultora del PNUD y el UNICEF, Guatemala
- Sonia Escobedo, Secretaria Presidencial de la Mujer, Guatemala
- Belén Sapag, Primera Secretaria, Misión de Chile ante las Naciones Unidas, Ministerio de Relaciones Exteriores de Chile
- Sheila Roseau, Directora Ejecutiva, Dirección de Asuntos de Género, Antigua y Barbuda
- Isabel Martínez, Secretaria General de Políticas de Igualdad, Ministerio de Igualdad, España
- Ana Lucía Herrera, Presidenta de la Comisión de Transición hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la Igualdad de Género, Ecuador
- María Ángeles Sallé Alonso, Presidenta, Fundación Directa, Espanha
- Isolda Espinosa, Consultora de la CEPAL, Nicaragua
- Charms Gaspard, Director, Division of Gender Relations, Ministry of Health, Wellness, Family Affairs, National Mobilization, Human Services and Gender Relations
- Maureen Clarke Clarke, Presidenta Ejecutiva, Instituto Nacional de las Mujeres (INAMU)

K. Convidados

Guests

Invités

- Ana Amorim, Assessora Presidência, Serviço de Processamento de Dados (SERPRO), Governo Federal
- María Cuvi, Ecuador
- Teresa Rodríguez, Consultora, Chile
- Cecilia Pérez, ex-ministra do SERNAM do Chile

L. Outros

Others

Autres

- María Marcela Pastore, Presidenta, Consejo Municipal de la Mujer de La Plata, Argentina
- Ana Karina Moreira Godoy, Asistente, Psicóloga, Uruguay

- Lidia Elena Tundidor, Asesora en Políticas de Género, Consejo Municipal de la Mujer de La Plata, Argentina
- María Antonieta Botto Handal
- Claudia Calatayud Huerta
- Milena Supic Guinle
- Sônia le Cocq, Diretora Administrativa, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Brasil
- Vera Lúcia Barrouin Crivano Machado, Subsecretária Geral de Assuntos Política I, Brasil
- Adriana Rosa Santos, Assessora, Conselheira, Ministério do Trabalho e Emprego, Brasil
- Maria Luiza Falcão Silva, Diretora da Área Internacional, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) da Presidência da República, Brasil
- Bianca Briguglio, Assistente Técnica, Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, Brasil
- Laisy Moriére Cândida Assunção, Secretária Nacional de Mulheres, Brasil
- Maira Andrade Paulo, Analista Censitária, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
- María Cristina Esteves
- Vania Lucia Janones, Cordenadora Municipal de Politicas Publicas para Mulheres, Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, Brasil
- Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Conselheira Titular, Conselho Nacional de Saude, Brasil
- Fernanda de Paula, Vice-Presidente do Conselho Gestor, Coordenadoria dos Assuntos da População Negra do Município de São Paulo, Brasil
- Maria Elvira Salles Ferreira, Presidente Nacional do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Brasil
- Tani Rose Peret Morais, Coordenadora Educação Infantil, Prefeitura Municipal de Alfenas-MG
- Tanilda das Graças Araujo, Coordenadora Municipal dos Direitos da Mulher, Prefeitura Municipal de Alfenas-MG, Brasil
- Inae Costa, Técnica, Secretaria de Política para as Mulheres, Brasil
- Maria Gloria Carvalho da Silva, Gerente de Promoção dos Direitos da Mulher, Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, Brasil
- Ana Cleuda de Souza, Gestora Pública, Secretaria Municipal (SEPPM)
- Luciana Nunes Fonseca Lu, Ministério da Saúde
- M. Ricardina Sobrinho de Almeida, Membro, Secretaria de Mulheres do Partido dos Trabalhadores do DF
- Sandra Regina Sahb Furtado, Bibliotecária, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ/SESQV)
- Marta Giane Machado Torres, Membra, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense / Rede Feminista de Saúde Regional Pará (FMAP/RFS)
- Marcia Isdebski Salles, Assessora, Banco do Brasil
- Wilza de Oliveira Morais, Coordenadoria de Política para Mulher, Prefeitura Municipal de Oiapoque
- Maria Cristina de Araújo, Coordenação, Secretaria de Mulheres do PT/DF (SMPT)
- Maria Borges de Oliveira Barbosa, Assistente Social, Associação das Pensionistas da Polícia e Corpo de Bombeiros Militares de Goiás
- Elisa Baggio Saitovitch, Presidente, Ciência Mulher (CMULHER)
- Rosa Maria Mercedes Venegas Mello, Congressista, Congresso da República do Brasil
- Elizabeth Maria de Aguiar Maia, Presidente, Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba (CMCF)
- Magali de Macedo Kolczycki, Coordenadora de Projetos, Conselho Municipal da Condição Feminina de Curitiba (CMCF)
- Winnie Samanú Lima Lopes, Assistente de Projetos, Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC)
- Marcia Gomes, Coordenadora Nacional de Pesquisa, Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (OBSERVE)

- Renata Melo Barbosa do Nascimento, Assessora Técnica, SEPP/PR
- Maria de Fátima Veloso Cunha, Presidente, Sindicalista, GO
- Talina Simões, Estudante, Brasil
- Vera Brito, Presidente da Instância de Mulheres, Partido Humanista da Solidaridade
- Maria Consolação Udry, Presidente, Instituto Oca do Sol
- Carolina Ramos Sabieiro, Tradutora, Fórum de Mulheres
- Jorge Ponce, Assessor de Comunicação
- Mary Nesbith Verdugo, Assembleista, Assembleia Nacional, Equador
- William Robert Riascos, Estudante Políticas, Universidade de São Paulo
- Albertina Solino Evelin, Consultora, Coordenadoria de Políticas para Mulheres, Brasil
- Cristina de Fatima Guimarães, Assessora, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- Edersou Maranalde, Professor de Educação Física, SESI AMAPA/AFAP-AP
- Carolina Dumaresq, Assessora, Prefeitura de Fortaleza
- Camila Isac, Assessora Parlamentar, Senado Federal, Brasil
- Elaine Ribeiro Grillo, Coordenadora Geral de Articulação Institucional, Secretaria de Programas Regionais, Ministério de Integração Nacional, Brasil
- Juliana P. Agatee, Assessora Técnica, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Najla Maluf, Assessora Parlamentar, Senado Federal, Brasil
- Mauro R.P. Lima, Diretor Financeiro, Infraero, Brasil
- Regina Aznedo, Superintendente, Infraero
- Joseanes do Santos, Consultora, Bakay
- Nair Xavier Main, Terceiro Setor, Brasil
- Marcelina Dias Neta, Assessora, Agência de Fomento do Amapá
- Renata Sakai de Barros Correia, Assessora Técnica, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
- Marcelo Barbosa, Assessor Técnico, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
- Julia Simões Zamboni, Assessora Técnica, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)
- Miriam Fochi, Diretora Jurídica, Confederação Nacional das Trabalhadoras do Ramo Financeiro da CUT (CONTRAF)
- Maria de Fátima de Castro Costa, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Marcia Herszenhut, Produtora, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Cássio Leão, Técnico Formação Específica, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Danila Galdim Oliveira, Assessora Técnica, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) Brasil
- Percília Pereira, Gerente de Informática, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Vanessa Ranilfo, Assessora Cerimonial e Eventos, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Marismar Pereira, Técnico Administrativo, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Francisco Sérgio B. da Rocha, Economista, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Fátima S. Barbosa, Assessora Técnica, Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), Brasil
- Maria da Conceição Barreto R., Conselheira, Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (CDPDDH), Brasil
- Lucienne Rocha, Administradora, Setorial Mulheres, PT-DF, Brasil
- Vanessa Sant'Anna Bonifácio Tavares, Diplomata, Ministério das Relações Exteriores do Brasil
- Maria Lúcia d'Avila Pizzolante, Diretora-Presidente, Editora Persona, Brasil
- Gerson Gomes, Assessor Técnico, Senado Federal, Brasil

M. Setor produtivo
Productive sector
Secteur productif

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

- Paulo Safady Simão, Presidente

Companhia de Eletricidade do Amapá

- Cristina Braudo, Asesora Técnica

Companhia de Gás da Bahia (BAHIAGÁS)

- José Carlos Alves Gallindo Júnior, Técnico de Processos Organizacionais, Brasil

Companhia Paranaense de Energia (COPEL)

- Regina Maria Bueno Bacellar, Diretora, Cia Paranaense de Energia (COPEL)
- Susie Cristina Pontarolli, Superintendente – Sustentabilidade Empresarial, Cia Paranaense de Energia (COPEL)

Eletrobrás

- Sandra Regina Barreto Costa, Coordenadora de Sustentabilidade, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Brasil
- Gleide Almeida Brito, Assistente de Diretor, Coordenadora do Comitê de Gênero, Eletrobrás Eletronorte, Brasil
- Shirlei Cardoso, Coordenadora do Comitê de Gênero, Eletrobrás Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Brasil
- Maria Tereza Mateus Rego, Supervisora, Eletrobrás Eletronuclear, Brasil
- Maria Guadalupe Vicente Jimenez, Guadalupe, Coordenadora de Sustentabilidade e Coordenadora do Comitê de Gênero, Eletrobras Amazonas Energia, Brasil
- Tereza Cristina Rozendo Pinto, Gerente de Responsabilidade Social, Eletrobrás, Brasil
- Maria Tereza Barbosa
- Kelly Cristina Lacerda,

Itaipú Binacional

- Maria Helena Guarezi, Coordenadora do Programa Incentivo à Equidade de Gênero
- Gladis Mirtha Baez, Assistente Administrativa
- Rosangela Silva
- Lucia Helena Mocellin

PETROBRÁS Transporte SA (TRANSPETRO)

- Elizabeth de Mello Garcez, Advogada
- Alice Fernandes Oliveira, Administradora Senior, Ministério das Minas e Energia, Brasil

**N. Centros académicos, universidades, fundações
Academic centers, universities, foundations
Centres académiques, universités, fondations**

Centro de Estudios de la Mujer (CEM)

- Alba Carosio, Directora, República Bolivariana de Venezuela

Centro de Estudios para el Desarrollo de la MULHER (CEDEM)

- Natalia Flores González, Secretaria Ejecutiva, Observatorio de Género y Equidad, Chile

Centro de Información y Desarrollo de La Mujer (CIDEM)

- Ximena Machicao Barbery, Coordinadora de Asuntos Internacionales, Estado Plurinacional de Bolivia

Centro de Investigación Social, Formación y Estudios de la Mujer

- Isolda Heredia de Salvatierra, Directora, República Bolivariana de Venezuela

Centro Feminista de Estudos e Assessoria

- Natalia Mori Cruz, Diretora Colegiada, Brasil

Fundação Dorival de Abreu

- Shane de O. Abreu, Presidente

Instituto Centroamericano de Estudios Fiscales (ICEFI)/Central American Institute for Fiscal Studies

- Vivian Guzmán, Economista Investigadora, Guatemala

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)

- Lisandra Arantes de Carvalho, Pesquisadora
- Kauara Rodrigues Dias Ferreira, Pesquisadora
- Sarah de Freitas Reis, Assessora Técnica
- Ana Cláudia Jaquetto Pereira, Pesquisadora
- Leila Regina Lopes Rebouça

Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher/Universidade Federal de Minas Gerais (NEPEM/UFMG)

- Matheus Cherem, Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ), Brasil
- Taís de Paula Barbosa Sousa, Bolsista de Iniciação Científica (CNPQ), Brasil
- Marina Brito Pinheiro, Pesquisador, Brasil
- Laura Martello, Pesquisadora, Brasil
- Breno Cypriano, Pesquisador, Brasil
- Lucas Castro Vieira, Pesquisador, Brasil
- Danusa Marques, Pesquisadora, Brasil
- Marlise Matos, Coordenadora Geral, Brasil

Núcleo Estudos da Mulher e Gênero - USP

- Vera Soares, Conselho Diretor, Brasil

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

- Marlene Strey, Professora Titular

Results for Development Institute

- Gina Lagomarsino, Managing Director, Estados Unidos

Universidade Camilo Castelo Branco (UNICASTELO)

- Soraia Veloso, Docente, Brasil

Universidad Federal de Integración Latinoamericana (UNILA)

- Graciela Quijano, Profesora

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

- Débora Foguel, Professora Universitária UFRJ, Capes, Brasil

Fundação de Seguridade Social (GEAP)

- Ronald Acioli da Silveira, Coordenador, Brasil

Fundación Diálogo Mujer/Mujeres Autoras Actoras de Paz (FDM/ MAAP)

- Sara Gómez, Coordinadora, Colômbia

Fundação Papa João XXIII

- Odete Vanzeler Saba, Coordenadora da Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, Brasil

Fundação Petrobrás de Seguridade Social - PETROS

- Vanda Maria de Souza Ferreira, Ouvidora, Brasil
- Martha Banzer Castedo, Responsável de Incidência Política, Estado Plurinacional da Bolívia

Fundación para la Formación de Líderes Afrocolombianos - Afrolider

- Maura Nasly Mosquera, Diretora Executiva, Colômbia

**O. Secretaría
Secretariat
Secrétariat**

Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)/Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC)/Commission économique pour l'Amérique latine et les Caraïbes (CEPALC)

- Alicia Bárcena, Secretária-Executiva/Executive Secretary
- Antonio Prado, Secretário-Executivo Adjunto/Deputy Executive Secretary
- Sonia Montañó, Oficial a cargo, Divisão de Assuntos de Gênero/Division for Gender Affairs
- Ricardo Bielchowsky, Director a.i., Escritório da CEPAL em Brasília
- Juan Carlos Feres, Chefe da Unidade de Estatísticas Sociais da Divisão de Estatística e Projeções Econômicas/Chief, Social Statistics Unit, Statistics and Economic Projections Division
- Luis Yáñez, Assessor Legal, Secretaria da Comissão/Legal Counsel, Secretary of the Commission
- Ana Cristina González Vélez, Oficial de Assuntos Sociais, Divisão de Assuntos de Gênero/Social Affairs Officer, Division for Gender Affairs
- Nathalie Brisson-Lamaute, Oficial de Assuntos Sociais, Divisão de Assuntos de Gênero/Social Affairs Officer, Division for Gender Affairs

- Diane Alméras, Oficial de Assuntos Sociais, Divisão de Assuntos de Gênero/Social Affairs Officer, Division for Gender Affairs
- Jimena Arias Feijoó, Oficial de Assuntos Sociais, Divisão de Assuntos de Gênero/Social Affairs Officer, Division for Gender Affairs
- Vivian Milosavlevic, Oficial de Assuntos Sociais, Divisão de Assuntos de Gênero/Social Affairs Officer, Division for Gender Affairs
- Geraldine Velandria, Oficial Associada de Assuntos Sociais, Divisão de Assuntos de Gênero/Associate Social Affairs Officer, Division for Gender Affairs
- Carlos Mussi, Escritório da CEPAL em Brasília
- María Amparo Lasso, Jefa, Unidad de Servicios de Información/Chief, Information Services Unit
- Angélica Beas, Oficial de Informação Pública/Public Information Officer
- Félix Ibáñez, Oficial de Informação Pública/Public Information Officer
- Guillermo Acuña, Assistente Legal, Secretaria da Comissão/Legal Assistant, Office of the Secretary of the Commission

Anexo 8

DOCUMENTOS DE TRABALHO/WORKING DOCUMENTS

- | | |
|---------------------|---|
| LC/G.2448(CRM.11/1) | <ul style="list-style-type: none"> - Temario provisional - Provisional agenda - Ordre du jour provisoire - Temário provisório |
| LC/G.2449(CRM.11/2) | <ul style="list-style-type: none"> - Temario provisional anotado - Annotated provisional agenda - Annotations de l'ordre du jour provisoire - Temário provisório anotado |
| LC/G.2450(CRM.11/3) | <ul style="list-style-type: none"> - Qué Estado para qué igualdad? - What kind of State? What kind of equality? - Quel genre d'État pour quel genre d'égalité? - Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade? |
| LC/G.2451(CRM.11/4) | <ul style="list-style-type: none"> - Qué Estado para qué igualdad? Síntesis - What kind of State? What kind of equality? Summary - Quel genre d'État pour quel genre d'égalité? Synthèse - Que tipo de Estado? Que tipo de igualdade? Síntese |
| LC/G.2452(CRM.11/5) | <ul style="list-style-type: none"> - Transversalização de la perspectiva de gênero en el desenvolvimiento regional: actividades de la Secretaría de la CEPAL, 2007-2010 - Mainstreaming the gender perspective in regional development: activities carried out by the Secretariat of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean, 2007-2010 - Transversalização da perspectiva de gênero no desenvolvimiento regional: atividades da Secretaria da CEPAL 2007-2010 |
| LC/G.2453(CRM.11/6) | <ul style="list-style-type: none"> - Informe de actividades del Observatorio de igualdad de género de América Latina y el Caribe, 2008-2010 - Report on the activities of the Gender Equality Observatory of Latin America and the Caribbean, 2008-2010 |
| LC/G.2457(CRM.11/7) | <ul style="list-style-type: none"> - Documentos presentados a la décima primeira CONFERÊNCIA Regional sobre la MULHER de América Latina y el Caribe - Documents presented at the eleventh session of the Regional Conference on Women in Latin America and the Caribbean |



